



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LUÍS CARLOS SANTOS OLIVEIRA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: EFEITOS NO
DESEMPENHO ESCOLAR E NA SUPERAÇÃO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL DE BENEFICIÁRIOS EM
FEIRA DE SANTANA-BA
(2006-2012)**

LUÍS CARLOS SANTOS OLIVEIRA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: EFEITOS NO
DESEMPENHO ESCOLAR E NA SUPERAÇÃO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL DE BENEFICIÁRIOS EM
FEIRA DE SANTANA-BA
(2006-2012)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a Dr^a Antonia Almeida Silva.

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Oliveira, Luís Carlos Santos
O48p Programa Bolsa Família : efeitos no desempenho escolar e na superação da vulnerabilidade social de beneficiários em Feira de Santana-BA (2006-2012) / Luís Carlos Santos Oliveira. – Feira de Santana, 2014.
147 f. : il.

Orientadora: Antonia Almeida Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

1. Educação – Políticas sociais. 2. Desempenho escolar. 3. Programa Bolsa Família – Feira de Santana, BA. I. Silva, Antonia Almeida, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 37:304(814.22)

LUIS CARLOS SANTOS OLIVEIRA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: EFEITOS NO DESEMPENHO ESCOLAR E NA
SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE BENEFICIÁRIOS EM FEIRA DE
SANTANA-BA
(2006-2012)**

Trabalho apresentado para Defesa de Dissertação, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação, tendo a seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Antonia Almeida Silva – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Dantas Pina – UESB

Prof.^a Dr.^a Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante – UEFS

Prof.^a Dr.^a Fani Quitéria Nascimento Rehem – UEFS

Feira de Santana, 13 de agosto de 2014.

Resultado: _____

Dedico este trabalho primeiramente aos meus avós Teodoro e Maria (*in memoriam*), à minha mãe Bernadete e ao meu irmão Wellington. Dedico também aos milhares de beneficiários do Programa Bolsa Família, estes homens e mulheres que cotidianamente lutam pela sobrevivência em um país que tem em sua história a marca da desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que não vivemos nem caminhamos sós. E mais, que no processo de construção e constituição humana o outro tem importante papel. O homem como ser social ao se relacionar constrói e reconstrói conhecimentos, sejam eles científicos ou não. Os primeiros passos em direção ao ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana começaram com o incentivo aos estudos por pessoas que mesmo não estando fisicamente presentes foram os principais responsáveis pela minha constituição enquanto profissional e, principalmente, enquanto homem.

Ao dedicar este momento aos agradecimentos o faço em primeiro lugar à Deus, força espiritual que guia e fortalece nos momentos em que nos encontramos diante de barreiras que se apresentam intransponíveis. Aos meus avós Teodoro e Maria que, embora não estejam presentes fisicamente, com seus legados de patriarca e matriarca de uma extensa família souberam exemplarmente nos mostrar o caminho da honestidade, perseverança, altruísmo, dentre tantas outras qualidades que, mais do que ensinar, demonstraram coerentemente ao longo de suas vidas. À minha mãe que, demonstrando preocupação com as diversas vezes que me via altas horas da madrugada estudando, cuidadosamente me pedia para descansar. Exemplo da mulher guerreira brasileira. Ao meu irmão Wellington pelo cuidado ao longo desses anos no mestrado, sempre se preocupando quando por diversas vezes via-me cansado diante das longas jornadas de trabalho e estudo.

À minha orientadora, professora Antonia Almeida Silva, que mesmo diante das dificuldades encontradas para conclusão deste trabalho acreditou que seria possível realizar o estudo. Exemplo de profissional coerente e comprometida com a profissão mostrou, ao longo destes anos, por meio de sua prática o que é ser professor e a importância da pesquisa no processo constante da formação docente. Obrigado por acreditar e me fazer acreditar que seria (e foi) possível.

Às professoras Maria Cristina Dantas Pina, Ludmila Cavalcanti e Fani Quitéria por aceitar participar como membros da banca de defesa, dedicando seu tempo à leitura deste trabalho e pelas importantes contribuições ao desenvolvimento da pesquisa e ao processo de crescimento e amadurecimento enquanto pesquisador.

Neste processo de inserção no mundo da pesquisa científica os diálogos estabelecidos com algumas pessoas contribuíram também para a escrita da dissertação. Agradeço ao primo/irmão Adriano pela companhia e pelas altas conversas madrugada adentro, além das

contribuições com livros cujas marcas dissolvem-se ao longo do texto. A Val pelo apoio e colaboração tanto nos momentos de desabafo quanto de descontração importantes para “quebra de tensão”.

À turma 2 do Mestrado cujos debates em sala de aula foram importantes para uma melhor compreensão das teorias que nos ajudam a compreender a realidade e, em especial, a educação. Neste movimento não poderia deixar de agradecer a contribuição dos professores que a partir de perspectivas teóricas diversas foram fundamentais para a escrita do presente texto: Denise, Ludmila, Marinalva e Wellington, espero encontrá-los mais vezes nas incursões pela pesquisa científica.

Embora tenha ingressado na segunda turma do mestrado, o contato com a terceira turma assim como nas discussões em sala de aula os debates pós-aula foram enriquecedores, tanto teoricamente quanto em termos de confraternização e celebração da vida. Neste processo o “Quatro Estações” se configurou como palco privilegiado de troca e construção de conhecimentos como também de descontração.

Não poderia deixar de reconhecer a importância dos funcionários da secretaria do Mestrado Hélio e Aletheia pelo apoio dado para o cumprimento dos prazos e desenvolvimento dos trabalhos. Assim como o apoio prestado pela professora Mirela enquanto representante da coordenação do PPGE/UEFS.

Por fim, e não menos importante, agradeço a colaboração da equipe da unidade escolar onde foi realizada a coleta de dados desta pesquisa em especial a diretora da escola e as funcionárias que trabalham na secretaria. Agradecimento especial às mães beneficiárias do Programa Bolsa Família que aceitaram participar das entrevistas e cujos depoimentos foram de grande relevância para compreensão do objeto de estudo.

Ciente de que posso ter deixado de mencionar a contribuição de várias outras pessoas, deixo aqui os sinceros agradecimentos a todos que direta ou indiretamente ajudaram-me no processo de formação enquanto professor-pesquisador.

Muito obrigado!

Em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna, ou que o Brasil já é a oitava potência econômica do mundo ocidental e cristão. (IANNI, 1994, p. 92)

RESUMO

A presente pesquisa problematizou a relação estabelecida entre o Programa Bolsa Família – PBF - e a educação no sentido de compreender se o mesmo exerce efeitos na vida escolar de seus beneficiários, bem como seus possíveis efeitos na superação da situação de vulnerabilidade social de famílias beneficiárias. O estudo foi orientado pela seguinte questão: quais as diretrizes do PBF para a educação e em que medida elas se efetivam como mecanismos operatórios no desempenho escolar dos beneficiários e na promoção da superação da vulnerabilidade social? Em face desta questão, a pesquisa teve por objetivo analisar se e como o Programa Bolsa Família gera efeitos no desempenho escolar e na superação da situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias. Com o aporte metodológico da pesquisa qualitativa e por meio da análise de conteúdo, a pesquisa utilizou como instrumentos de coleta de dados fontes documentais como atas de resultados finais dos estudantes entre os anos 2006 e 2012, listas de estudantes beneficiários na unidade escolar entre 2006 e 2012, legislação referente ao PBF e avaliações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Além das fontes documentais foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mães de estudantes beneficiários, selecionadas entre as que possuíam maior tempo no Programa, bem como aplicação de questionário à direção da escola. O campo de coleta de dados ocorreu na unidade escolar cujo cognome adotado para a pesquisa foi Caminho das Letras, localizada no município de Feira de Santana-Ba. Algumas categorias de análise foram importantes no movimento de compreensão do objeto de pesquisa, sendo elas a concepção de pobreza e vulnerabilidade social. Sob uma perspectiva crítica da análise de nossas políticas sociais, em especial das políticas focalizadas, entre as quais se insere o PBF, no sentido de explorar as contradições inerentes à mesmas, o quadro teórico associado às fontes consultadas, permitem inferir que na contramão das garantias sociais anunciadas pela Constituição de 1988, a vinculação da educação como condicionalidade do Programa Bolsa Família, insere-se no contexto das políticas neoliberais que ganham corpo em nosso país na década de 90 do século passado, tendo por influências marcantes na área educacional a vinculação da educação como preparação para o trabalho e qualificação de mão de obra como meio de ativação para o mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as taxas de abandono escolar dos estudantes beneficiários apresentaram declínio no período investigado. Estabelecendo comparação entre estudantes beneficiários e não beneficiários na unidade escolar, constataram-se também entre os estudantes beneficiários altas taxas de reprovação além de taxas de abandono superiores às dos estudantes beneficiários em todos os anos analisados. Acompanhando especificamente o desempenho dos filhos das cinco mães entrevistadas constatou-se entre os mesmos a recorrência de abandono escolar e alta taxa de reprovação escolar.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, educação, pobreza, vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This research problematized the relationship between the Bolsa Familia Program - PBF - and education in order to understand whether it has effects in the school life of its beneficiaries as well as their possible effects in overcoming the social vulnerability of beneficiary families. The study was guided by the following question: what are the guidelines of GMP for education and to what extent they become effective and operative mechanisms in the school performance of the beneficiaries and the promotion of overcoming social vulnerability? In the face of this question, the research aimed to examine whether and how the Bolsa Família Program generates effects on school performance and overcoming the social vulnerability of the beneficiary families. With the methodological approach of qualitative research and by means of content analysis, the research used as instruments for data collection documentary sources as minutes of final results of students between 2006 and 2012 lists of beneficiaries students at schools between 2006 and 2012, legislation related to GMP and evaluations conducted by the Ministry of Social Development. Apart from documentary sources semistructured interviews were conducted with five mothers of beneficiary students, selected among those having more time in the program, as well as a questionnaire to school officials. Field data collection occurred at schools whose cognomen was adopted for the research Way of Letters, in the city of Feira de Santana, Bahia. Some categories were important in understanding the movement of the object of research, they being the conception of poverty and social vulnerability. From a critical perspective of the analysis of our social policies, especially targeted policies, among which enters the PBF, to explore the contradictions inherent in the same, the theoretical framework associated to source data allow us to infer that the opposite of guarantees social announced by the Constitution of 1988, linking education as conditionality of Bolsa Família, is within the context of neoliberal policies gain traction in our country in the 90s of last century, with the notable influences in education linking the education as preparation for work and qualification of manpower as a means of activation for the labor market. The survey results showed that the dropout rates of students beneficiaries showed decline in the investigated period. Establishing a comparison between beneficiaries and non students at schools, it was also found between high student beneficiaries failure rates beyond dropout rates higher than those of students beneficiaries in all years analyzed. Specifically following the performance of the five children interviewed mothers was found between the same recurrence and high dropout rate of school failure.

Keywords: Bolsa Familia Program, education, poverty, social vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Mapa localização Feira de Santana-Ba | 71 |
|---|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Quantitativo de matrículas (2006 a 2012) | 74 |
| Tabela 2: Número de Matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa..... | 75 |
| Tabela 3: IDEB-FEIRA DE SANTANA (Anos finais do ensino fundamental) | 76 |
| Tabela 4: IDEB-BAHIA (Anos finais do ensino fundamental) | 76 |
| Tabela 5: IDEB-BRASIL (Anos Finais do Ensino Fundamental) | 77 |
| Tabela 6: IDEB - Unidade Escolar Caminho das Letras (Anos finais do ensino fundamental).. | 77 |
| Tabela 7: Características das mães participantes da pesquisa | 90 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Folha de Pagamento Bolsa Família por Estado – maio/2012 | 19 |
| Quadro 2: Feira de Santana: estabelecimentos de ensino por dependência administrativa | 73 |
| Quadro 3: Feira de Santana: matrículas por dependência administrativa | 73 |
| Quadro 4: Desempenho escolar dos estudantes beneficiários (2007-2009) | 110 |
| Quadro 5: Desempenho escolar dos estudantes beneficiários (2010-2012) | 110 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BE – Bolsa Escola

BF – Bolsa Família

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPAL – Comissão Econômica Para A América Latina E O Caribe

DASAGI – Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PBE – Programa Bolsa Escola

PBF – Programa Bolsa Família

PRM – Programas de Renda Mínima

PTR – Programa de Transferência de Renda

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 18 |
| 2. POBREZA, VULNERABILIDADE SOCIAL E PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES..... | 31 |
| 2.1. CONCEPÇÕES DE POBREZA E A SUA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO | 31 |
| 2.2. A POBREZA NO BRASIL: DIMENSÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS..... | 41 |
| 2.3. VULNERABILIDADE SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO COMBATE A POBREZA..... | 45 |
| 2.4. RENDA MÍNIMA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: CONCEPÇÕES E AÇÕES A PARTIR DA DÉCADA DE 1990..... | 48 |
| 2.5. DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA AO BOLSA FAMÍLIA: CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS FOCALIZADAS..... | 51 |
| 3. BOLSA FAMÍLIA E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS: CONDICIONALIDADES E ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO..... | 58 |
| 3.1. AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO DO PBF..... | 58 |
| 3.2. GESTÃO DO ACOMPANHAMENTO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO..... | 64 |
| 3.3. AVALIAÇÕES E CUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO... .. | 67 |
| 4. FEIRA DE SANTANA E O DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS..... | 71 |
| 4.1. FEIRA DE SANTANA: A PRINCESINHA DO SERTÃO E O CENÁRIO DA POBREZA..... | 71 |
| 4.2. A ESCOLA E OS INDICADORES EDUCACIONAIS: INTERFACES COM O CENÁRIO MUNICIPAL..... | 74 |
| 4.3. CRUZANDO DADOS: DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS..... | 80 |
| 5. EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE SEUS BENEFICIÁRIOS | 88 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 5.1. | OS SUJEITOS DAS ENTREVISTAS: PRIMEIROS CONTATOS | 88 |
| 5.2. | ARRIMO DE FAMÍLIA: PERFIL DAS MÃES BENEFICIÁRIAS DA PESQUISA..... | 89 |
| 5.3. | O LUGAR DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS | 93 |
| 5.4. | EDUCAÇÃO PARA QUÊ? RELAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS E A ESCOLA..... | 100 |
| 5.5. | PROBLEMAS EDUCACIONAIS NA VISÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA .. | 105 |
| 5.6. | APROXIMANDO OLHARES: ANALISANDO O DESEMPENHO ESCOLAR DE DEZ ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS..... | 109 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 115 |
| 7. | REFERÊNCIAS | 121 |
| 8. | FONTES DOCUMENTAIS | 127 |
| 9. | APÊNDICES | 130 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho Programa Bolsa Família: efeitos no desempenho escolar e na superação da vulnerabilidade social de beneficiários em Feira de Santana-Ba (2006-2012) põe em relevo a relação entre o Programa Bolsa Família e o desempenho escolar de seus beneficiários do município de Feira de Santana-Ba, bem como problematiza relação entre educação e saída da situação de vulnerabilidade das famílias pertencentes ao Programa.

Constituindo-se atualmente uma das políticas de maior alcance no Brasil, o Programa Bolsa Família – PBF – foi criado no ano de 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás, completando em 2013 dez anos de existência. De acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o Bolsa Família – BF - tem por objetivos a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate a fome e promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o combate a pobreza.

Enquanto Programa de Transferência Direta de Renda - PTR, o PBF se propõe a beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. A transferência de renda, as condicionalidades e programas complementares constituem seus três principais eixos de atuação. Segundo os termos do Programa a transferência de renda tem por finalidade o alívio imediato da pobreza. Já as condicionalidades são situadas como contrapartidas dos beneficiários tanto para a inclusão quanto para a permanência no Programa e como tal vinculam o acesso ao benefício a uma pauta de obrigações em relação a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Os programas complementares, por sua vez, apresentam-se como meios para o desenvolvimento das famílias tendo em vista a superação da situação de vulnerabilidade.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias¹. Em dez anos de existência, o PBF vem se constituindo como programa de transferência de renda de maior alcance em termos de população atendida.

¹ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/bolsa-familia-inclui-novos-beneficiarios-em-maio>> Acesso em 25 de mai. de 2014.

Quadro 1: Folha de Pagamento Bolsa Família por Estado – maio/2012

| Estado | Famílias | Total |
|--------------------|-------------------|-------------------------|
| AC | 68.843 | 9.774.520,00 |
| AL | 428.484 | 53.022.944,00 |
| AM | 322.170 | 44.782.274,00 |
| AP | 51.773 | 7.403.038,00 |
| BA | 1.778.406 | 212.610.431,00 |
| CE | 1.095.955 | 130.649.826,00 |
| DF | 85.190 | 9.225.892,00 |
| ES | 192.234 | 22.626.416,00 |
| GO | 337.435 | 39.869.004,00 |
| MA | 940.458 | 121.070.263,00 |
| MG | 1.166.787 | 137.509.774,00 |
| MS | 136.641 | 16.425.546,00 |
| MT | 175.497 | 21.019.508,00 |
| PA | 791.848 | 106.039.438,00 |
| PB | 499.642 | 59.438.286,00 |
| PE | 1.139.185 | 135.216.519,00 |
| PI | 446.770 | 53.450.305,00 |
| PR | 436.750 | 50.238.510,00 |
| RJ | 745.476 | 88.858.796,00 |
| RN | 357.123 | 42.170.010,00 |
| RO | 113.753 | 14.201.362,00 |
| RR | 46.777 | 6.353.831,00 |
| RS | 449.248 | 53.166.586,00 |
| SC | 138.388 | 16.502.566,00 |
| SE | 263.618 | 31.978.209,00 |
| SP | 1.186.610 | 137.358.984,00 |
| TO | 134.975 | 16.701.596,00 |
| Total Geral | 13.530.036 | 1.637.664.434,00 |

Fonte: MDS

O quadro acima nos dá uma visão não apenas do alcance do programa em termos de famílias atendidas, mas, principalmente, da distribuição das famílias atendidas no Brasil, reflexo das desigualdades existentes entre as diversas regiões deste país de dimensões continentais. Embora seja o estado da federação com a maior população absoluta², São Paulo

² De acordo com o Censo do IBGE, em 2010 o estado de São Paulo contava com 41.262.199 de habitantes, a Bahia com 14.016.906 e Pernambuco com 8.796.448 de habitantes. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>> Acesso em 25 de mai. de 2014.

ocupa a segunda posição em termos de número de famílias atendidas. O estado da Bahia, embora ocupe o quarto lugar no Brasil em termos populacionais, é o estado que mais possui famílias beneficiárias do Programa, com 1.778.406 famílias. Além da Bahia, mais dois estados da região nordeste do país ultrapassam a casa de um milhão de famílias beneficiárias, Pernambuco e o Ceará, com 1.139.185 e 1.095.955 de famílias, respectivamente.

Apesar do alcance do PBF em termos de famílias atendidas, as interpretações sobre o mesmo, longe de se mostrarem uníssonas, vêm sendo marcadas por dissensos. Verifica-se nesse cenário, de um lado aqueles que aprovam e apoiam a iniciativa, justificando a capacidade de melhoria nas condições de vida das famílias beneficiárias (muitas das quais têm nessa fonte a única renda familiar); outros pela capacidade de movimentação dos comércios e serviços locais, contribuindo para a geração do que chamam de ‘novos postos de trabalho’; os que consideram o potencial do recurso monetário recebido promover empoderamento das mulheres beneficiárias, além daqueles que defendem a capacidade de manter estudantes na escola e o cartão de vacinação dos filhos em dia.

Neste cenário, algumas produções acadêmicas têm problematizado o Programa a partir da concepção de sociedade a que se propõe. Dentre eles Lazani (2011) ressalta alguns detalhes ideológicos na formulação do PBF. Primeiramente, por destinar-se às famílias pobres e extremamente pobres, caracterizando-o como um programa assistencial, carregado de estigma, e que por isso se distancia da capacidade de diminuir as desigualdades bem como promover aumento de segurança entre todas as classes, visto que, para ser beneficiário, é necessário que a família esteja na base mais baixa da pirâmide social. Segundo, defende que transferência de renda é um mecanismo de alívio imediato da pobreza e não um mecanismo permanente de redução de desigualdades mais abrangente. Terceiro, acredita que a redução da concentração de renda, quase insignificante, não diz respeito apenas à ação do Bolsa Família. Por fim, afirma desconhecer evidência empírica de que os beneficiários consigam postos de trabalho mais qualificados, o que, segundo ele, contradiz o propósito do Programa de promover emancipação dos beneficiários (LAZANI, 2011).

A discussão sobre a possibilidade do PBF se configurar em instrumento de distribuição de renda é considerada por Lazani (2011) como um paradoxo, visto que para ele, apesar de ter um peso relativamente importante na diminuição da pobreza e da miséria extrema, sozinho é incapaz de produzir transformações mais substanciais a médio e longo prazo. Ainda segundo o autor, em que pese o valor transferido, considerado pequeno, e da instabilidade de permanência no Programa, “o mesmo vem representando um alívio material significativo para as famílias das regiões mais pobres do país”, o que leva apreender o PBF

nas suas contradições, nos seus limites e possibilidades de combater a pobreza imediata, assim como da possibilidade de se expandir para o conceito de cobertura financeira nos moldes universal, como defendido por Lazani (2011) e Silva (2007).

Tal interpretação também levou Silva (2006) a tecer algumas críticas, classificando-o como um programa que se aproxima de uma orientação política neoliberal e assistencial. Segundo ela, os resultados alcançados não parecem ser capazes de ultrapassar a manutenção das grandes desigualdades sociais e “parecem se direcionar para a criação de um estrato de pobres situados num patamar de indigência ou mera sobrevivência, com impactos duvidosos sobre a interrupção do ciclo vicioso de reprodução da pobreza” (SILVA, 2007, p. 38).

Para Silva (2007), embora o Programa Bolsa Família tenha sido importante na unificação dos Programas de Transferência de Renda existentes e muito já ter feito em termos de número de atendimentos e de recursos investidos, alguns obstáculos ainda se colocam tanto no que se refere à execução da proposta, quanto à modificação de uma cultura ainda persistente em alguns lugares de práticas clientelistas e conservadoras e quanto à necessidade de alterar substancialmente o quadro de pobreza, sobretudo quando se trata da questão de promoção da autonomia das famílias.

Neste mesmo movimento, Ferreira (2010), objetivando desenvolver uma análise do PBF na compreensão do perfil de política social do programa, concluiu que “a massificação do PBF não significou alteração qualitativa substancial na sua natureza de programa focalizado, seletivo e compensatório, inspirado em pressupostos neoliberais” (FERREIRA, 2010, p. 130). Assim como Lazani (2011), autores como Silva (2006) e Silva (2007) associam também o Programa à concepção de política social marcada pela influência da perspectiva neoliberal, acreditando que sequer consegue responder às necessidades mais elementares de subsistência das famílias.

Em perspectiva analítica diversa, Bichir (2010), considera que a participação dos adultos no mercado de trabalho é maior entre os beneficiários do que no restante da população. Embora a autora busque no mercado de trabalho a justificativa para localizar o sucesso do PBF, tal defesa esconde armadilhas dentre as quais a que diz respeito ao tipo de trabalho que estes beneficiários estão sujeitos, tendo em vista que para continuar no Programa existe um patamar de renda *per capita* que, ultrapassado, implica em sua exclusão. Assim, se estão no mercado de trabalho e ainda com as condições exigidas para continuar recebendo o benefício, depreende-se que estão sujeitos a postos e condições de trabalho precários, incapazes de promover a saída deste trabalhador da situação de vulnerabilidade.

A autora supracitada reconhece ainda que o PBF é um programa bem focalizado e com cobertura de grande fôlego. Entretanto, questiona as potencialidades e as limitações do Programa em termos de seus impactos sobre a redução da pobreza e da desigualdade, acreditando que o debate deve apontar para a necessidade de articulação do Programa com outras políticas — saúde, educação, geração de emprego e renda, entre outras (BICHIR, 2010).

Weissheimer (2006) levanta alguns questionamentos referentes à possibilidade de um programa como o BF ser implementado como uma política eficaz de redução das desigualdades sociais a partir de soluções clássicas de mercado. Em que pese a pertinência do questionamento feito pelo autor no que concerne às possibilidades do Programa promover redução das desigualdades sociais, o mesmo justifica o sucesso do Programa por meio de afirmações de Órgãos comprometidos com a reprodução da estrutura de produção capitalista, como o Banco Mundial – BM. Dentre as justificativas do sucesso do PBF apontado pelo autor encontra-se a do presidente do BM: “antes de tudo estou impressionado com as dificuldades pelas quais passam essas pessoas, como trabalham duro, e o esforço que fazem para ter uma dignidade tão alta em face das circunstâncias” (WEISSHEIMER, 2006, p. 49). Entretanto, Órgãos como o BM são corresponsáveis pela estrutura de desigualdades às quais famílias como as beneficiárias pelo PBF estão sujeitas.

Rego (2013, p. 13), por sua vez, acredita que as mães beneficiárias passaram a ser sujeitos de relativo empoderamento realizado por meio do dispositivo de transferência de renda. E que, ao garantir a sobrevivência dos beneficiários, o Programa Bolsa Família resulta na humanização de seus destinatários, a qual representa, a seu ver, um passo necessário e decisivo no seu processo de autonomização. Entretanto, estudos como estes, que tomam a transferência monetária de recursos como capazes de dar poder às mães beneficiárias, não problematizam os limites deste poder na sociedade capitalista. Pauta-se, assim, em uma liberdade de compra ilusória que destoa da concepção de liberdade defendida no presente trabalho, sobre a qual falaremos adiante.

Os estudos acima apontam para quadros distintos em termos de análise do Programa visto que enquanto alguns salientam os aspectos imediatos causados na vida material de seus beneficiários, outros vão além do como o Programa se apresenta para verificar as bases ideológicas em que se assentam e, por assim dizer, à lógica de organização enquanto política social em contexto neoliberal. Neste sentido, a análise de políticas e programas sociais requer atenção especial aos interesses que estão por trás das ações dos governos, visto que tanto a criação como a implementação de programas carregam consigo intencionalidades daqueles

que se encontram envolvidos no processo. Esta reflexão se aplica também ao Bolsa Família que no lugar de uma política de Estado³ constitui-se ainda como política de governo, visto que o mesmo, da forma como é operado, não se constitui uma proposta que compromete diferentes agentes da sociedade civil e da sociedade política no delineamento de políticas sociais sistêmicas mas caracteriza-se como um programa pontual que, apesar de ações objetivas, vem sendo relacionado a conjunturas e práticas políticas de governos específicos. Neste sentido, apresenta-se como um programa emergencial e sem garantias de continuidade.

Os dissensos presentes nos argumentos sobre o PBF, a exemplo da concepção acima, revelaram-se também presentes nas produções acadêmicas sobre o mesmo. Assim, no processo de levantamento das produções acerca do Programa Bolsa Família, constatamos que os debates têm perpassado por diversas áreas do conhecimento como serviço social, saúde, economia e educação. Das produções acadêmicas sobre o tema no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes - entre os anos de 2001 e 2012, foram encontrados 46 trabalhos sobre o Programa Bolsa Família. Do levantamento pode-se constatar que grande parte das produções sobre o tema foram apresentadas em universidades do Centro-sul do Brasil, mais especificamente em São Paulo (14), Rio de Janeiro (12), Brasília (05), Minas Gerais (02), Santa Catarina (02) e Rio Grande do Sul (01). Na região Nordeste identificadas produções nas universidades do Maranhão (04), Paraíba (02), Pernambuco (02) e Ceará (01); enquanto que na região Norte, apenas no Pará, 01 produção. Dentre esses trabalhos apenas um diz respeito à análise do PBF na Bahia.

No contexto das pesquisas desenvolvidas entre os anos 2001 e 2012 que tiveram por objeto de estudo o Programa Bolsa Família, abro espaço aqui para ressaltar que dentre os fatores que motivaram a presente pesquisa encontra-se o trabalho desenvolvido por mim e que resultou na monografia de final de curso de pós-graduação *latu sensu*, no curso de Especialização em Educação e Pluralidade Sociocultural, da Universidade Estadual de Feira de Santana, Sob o título Programa Bolsa Família: uma análise de resultados educacionais de bolsistas do Distrito de Maria Quitéria (OLIVEIRA, 2008). A pesquisa objetivou analisar se e em que medida o Programa Bolsa Família vinha cumprindo seu objetivo de manter os

³ Ao contrário de uma concepção de Estado restrita à sociedade política (aparelho coercitivo), compreendemos aqui o Estado em sentido amplo, como resultado da correlação de forças entre sociedade política e sociedade civil, esta formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (incluindo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura - revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc.) (COUTINHO, 1999).

estudantes na escola e se esta permanência tinha implicações em termos de sucesso escolar. A pesquisa apontou para dois caminhos. O primeiro constatou um avanço em termos de permanência dos estudantes na escola durante o ano letivo e o segundo que os resultados dos estudantes neste mesmo período indicou fragilidades em termos de aprendizado necessário ao menos para o acesso às séries seguintes, evidenciando altas taxas de reprovação escolar.

Em que pese a considerável produção sobre o tema chama atenção que a maior população beneficiária do Programa Bolsa Família, a baiana, ainda seja tão pouco estudada. Ao lado disso observa-se também que, entre todos os estudos realizados as áreas de Economia e Administração (11), englobam o maior número de trabalhos, seguidas pelas áreas de Serviço Social (08), Políticas Públicas (07), Sociologia (06), Educação (06), Saúde (05), Psicologia (02) e Comunicação Social (01).

Dos dados acima podemos depreender que apesar do expressivo número de produções sobre o Programa Bolsa Família, as pesquisas acadêmicas na área educacional (de acordo com o banco de dados para o período consultado), mostraram-se incipientes entre os anos 2001 e 2012.

Os dados acima apresentados acerca da produção sobre o Programa Bolsa Família denota carência de estudos sobre o tema, em especial na área de Educação e principalmente nas instituições de ensino superior do nordeste do Brasil, região onde a concentração de renda e pobreza é violenta, as distorções educacionais saltam aos olhos e se localiza o maior número dos beneficiários do Programa.

Partindo de tal constatação bem como da revisão bibliográfica sobre o PBF a presente pesquisa põe em relevo os efeitos do PBF no desempenho escolar de seus beneficiários. Neste sentido, a pesquisa orientou-se pela seguinte questão: quais as diretrizes do PBF para a educação e em que medida elas se efetivam como mecanismos operatórios efetivos no desempenho escolar dos beneficiários e na promoção da superação da vulnerabilidade social? Tal questão, longe de assumir um ideal de educação que a potencializa como força motriz do desenvolvimento ou mesmo como principal elemento de correção das desigualdades sociais, como pretendem as abordagens não críticas da educação (Cf. Saviani, 1989) volta-se para o tensionamento desta visão e problematiza a relação escolarização-superação da vulnerabilidade, preconizada pelo Programa. Portanto, em diálogo com as estratégias anunciadas pelo PBF, voltamo-nos para a apreensão e análise dos indicadores educacionais, confrontando o desempenho escolar dos beneficiários e dos não beneficiários, bem como a percepção dos sujeitos implicados, particularmente as mães, sobre os efeitos do Programa nas suas vidas.

Em face dessa questão o estudo assumiu como objetivo geral analisar se e como o Programa Bolsa Família gera efeitos no desempenho escolar e na superação da situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias. Como suporte ao alcance do objetivo supracitado, bem como da questão levantada, a pesquisa está orientada pelos seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar a população atendida pelo Programa;
2. Identificar as formas de acompanhamento dos beneficiários pelos Órgãos competentes;
3. Analisar as avaliações realizadas pelos órgãos governamentais referentes ao cumprimento da condicionalidade educação.

Neste movimento, algumas categorias de análise foram importantes para interpretação dos dados e no processo de apreensão dos efeitos do Programa na vida de seus beneficiários: os conceitos de pobreza e de vulnerabilidade social.

A categoria pobreza é entendida em diálogo com a advertência feita por Pereira (2006), segundo a qual “o conceito de pobreza é necessariamente prescritivo, político e moral, visto que o seu estudo deve sempre implicar algo a se feito com vista a combatê-la” (p. 236). Neste sentido, abordar a pobreza enquanto categoria de análise, mais do que concebê-la apenas como conceito analítico, implica sua compreensão como fenômeno socialmente produzido e que, no contexto em que vivemos tem filiação e exige tomada de posicionamento frente aos efeitos gerados por ela em quantidade expressiva de nossa população.

Dada a complexidade e ausência de consenso da definição da pobreza, esta torna-se um conceito político, “além de que, o seu enfrentamento implica conflitos de interesses e correlações de forças” (PEREIRA, 2006, p. 246). Prescritivo e moral, por exigir além de respostas práticas, a necessidade de posicionamento em relação a ele. A autora considera ainda que por ser o extremo inaceitável da desigualdade, não pode se restringir uma preocupação de acadêmicos e políticos, mas uma responsabilidade moral, da qual nenhum governo deve abrir mão.

Neste entendimento, em oposição à explicação das suas causas como consequências de inaptações dos indivíduos, ou de prováveis desvios, entendemos a pobreza como fenômeno intensificado pela emergência e reconfiguração do capitalismo. Significa dizer que a pobreza, como produto social, é o resultado de complexas forças sociais, como as ações de classes e de instituições que interagem dentro de uma particular ordem social e econômica (ALVES, 2010). Autores como Marx (1996), Ianni (1994), Pereira (2006), Pereira (2012), Alves (2010) nos ajudam então a compreender a pobreza relacionada à lógica de funcionamento do sistema

produtivo, do mercado de trabalho, do sistema de educação e de formação, assim como do sistema de distribuição de rendimentos e do poder na sociedade.

As discussões relacionadas à pobreza estão presentes nos discursos e documentos oficiais que balizam o Programa Bolsa Família, assim como a situação de vulnerabilidade social de seus beneficiários. Assim sendo, a vulnerabilidade social constitui-se categoria de análise da busca pelo Programa de emancipação das famílias vulneráveis por meio da ativação para o mercado de trabalho, sendo que a educação passa a ser usada como instrumento nesse processo. Assim, necessária se fez a compreensão do conceito de vulnerabilidade que fundamenta o Programa e que tem relação direta na tentativa de retirada da população situada na faixa da pobreza e da extrema pobreza desta condição para que “caminhem com as próprias pernas”.

Baseados nas análises trazidas por Monteiro (2011), levamos em consideração a compreensão dos fatores estruturais inerentes à lógica capitalista como uma das principais responsáveis pela vulnerabilidade à qual grande parte de nossa população está sujeita. Neste movimento, as análises desenvolvidas por Pereira (2012) nos ajudam a compreender o pano de fundo que sustenta a defesa do desenvolvimento de ativos pelo PBF. Assim, analisamos a relação entre o PBF e a saída da situação de vulnerabilidade social a partir das contradições ali presentes.

Metodologia e Fontes

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada sob uma concepção crítica tendo em vista a perspectiva de explorar as contradições, interesses e visões de mundo que envolvem o objeto de estudo. Para compreensão do objeto em sua complexidade os instrumentos de coleta de dados abrangeram a pesquisa documental, uso de questionário e de entrevistas semiestruturadas. Com estes instrumentos procuramos, através do resgate histórico desde o ingresso no Programa, identificar se o PBF influenciou na vida dos beneficiários, com especial atenção ao desempenho escolar dos estudantes. Sabendo que a cada indivíduo ou grupo de indivíduos correspondem histórias de vida distintas, influenciadas por diversos aspectos de seu contexto, os procedimentos revelaram-se importantes para maior aproximação com a trajetória escolar dos beneficiários em relação com questões de ordem econômico-social e cultural que interferem na vida das pessoas, simultaneamente, de forma individual e coletiva.

Os primeiros passos do desenvolvimento da pesquisa, após a levantamento da bibliografia sobre o tema, foi o mapeamento dos documentos relativos ao Programa Bolsa Família e aos estudantes beneficiários. Para a apreensão dos significados destes, foi importante o desenvolvimento da pesquisa documental. Bardin (1977) ao abordar a análise documental, a define como

Uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (p. 40).

Assim sendo, considerando que os documentos não são neutros, mas produzidos em determinado contexto, a pesquisa documental foi importante para a compreensão dos processos sociais que envolvem o objeto de estudo. O tratamento das informações contidas nos documentos consultados, como ressalta Bardin (1977), foram fundamentais para a posterior análise da relação entre o Programa Bolsa Família e sua influência na vida dos beneficiários.

Neste movimento, os documentos impressos e digitais (a exemplo de leis e decretos federais, como da criação e regulamentação do Programa Bolsa Família) forneceram dados referentes às características do Programa Bolsa Família, sua concepção enquanto programa social, os critérios de inclusão/exclusão, as condicionalidades, resultados, número de beneficiários, valores do benefício etc. Ainda foram consultados relatórios anuais acerca do Programa do Governo Federal e do Ministério da Educação no que concerne à avaliação da educação. Sobre o procedimento metodológico da pesquisa documental Demo (1992), chama atenção para que, ao analisar dados, devemos ficar atentos às omissões, isto é, ao que não se explicita de imediato, ao não revelado e o que encobrem, pois (...) “o mesmo dado pode permitir ilações contraditórias, dependendo de seu encaixe teórico” (DEMO, 1992, p. 14).

Além da utilização da pesquisa documental, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas. Estas, segundo Triviños (1987), consistem na entrevista que “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). De acordo com o autor tal procedimento favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade.

A opção pela realização de entrevista semiestruturada justifica-se por valorizar, de um lado, o direcionamento que é propiciado pela entrevista estruturada e, por outro, a flexibilidade que a entrevista não estruturada permite diante da possibilidade do imprevisto. Constitui-se, assim, de acordo com Neto (1994), uma articulação entre as duas modalidades. As entrevistas, além da compreensão dos efeitos do Programa na vida dos beneficiários (considerando o cruzamento das entrevistas com dados estatísticos e fontes documentais), permitiram também a apreensão da percepção dos usuários sobre o benefício, além de apreender as relações estabelecidas entre as famílias e a escola, possibilitando o cruzamento das informações contidas nos documentos, as prestadas pela escola bem como com as informações veiculadas pelo Programa.

Para a apreensão dos efeitos do PBF na vida dos beneficiários, a realização das entrevistas foi de grande relevância por revelar aspectos que demarcam as contradições das políticas focalizadas pautadas em condicionalidades. Assim, para além dos aspectos aparentemente perceptíveis em termos materiais, imediatos, outros elementos foram apreendidos a partir dos depoimentos das mães beneficiárias e que revelam questões que perpassam pelas concepções de pobreza, sociedade e educação do Programa.

Da realização da pesquisa documental bem como das entrevistas emergiram algumas questões que suscitaram a necessidade de elaboração de um questionário aplicado à direção da escola a fim de que o objeto de estudo fosse melhor investigado. Tal questionário diz respeito à relação da escola e suas responsabilidades frente ao Programa.

No que concerne ao município de Feira de Santana enquanto local de realização da pesquisa, apesar dos dados expressivos em relação ao quantitativo de escolas e de matrículas, a escolha do mesmo justificou-se pelas informações referentes ao percentual de pessoas na situação de extrema pobreza que, de acordo com o Boletim de Informações do Ministério do Desenvolvimento Social, indicava que o município contava com 37.986 pessoas na extrema pobreza, isto levando em consideração que Ministério do Desenvolvimento Social considerava extrema pobreza aqueles indivíduos que recebem menos de R\$70,00 mensais (BRASIL, 2013).

A delimitação do período estudado, antes prevista para o período de 2003 (ano de criação do PBF) a 2012 (ano em que se iniciou a presente pesquisa), a partir da busca dos documentos sobre movimentação escolar dos beneficiários passou a abranger apenas o período 2006-2012. Isso se deveu ao fato de não localizar no local de realização da pesquisa, nem na escola nem na coordenação local do PBF no município de Feira de Santana,

informações sobre a movimentação escolar dos estudantes beneficiários entre os anos 2003 e 2005.

Os sujeitos da pesquisa constituem-se de estudantes beneficiários do PBF e de cinco mães de estudantes beneficiários, estas últimas participantes das entrevistas. A coleta de dados empíricos se deu em uma escola integrante da rede estadual de educação, situada em Feira de Santana, e que para efeitos desta pesquisa recebeu o cognome de Caminho das Letras. Esta escola, localizada em um bairro popular do município, de acordo com dados fornecidos pela própria instituição, teve 657 alunos matriculados no ano de 2012, operando nos turnos matutino, vespertino e noturno, neste último, apenas com Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os critérios utilizados para identificação e seleção das cinco mães que colaboraram com este estudo foram o tempo no Cadastro Único⁴ e a disposição para colaborar com a pesquisa após a apresentação dos objetivos da mesma e do esclarecimento sobre os usos dos depoimentos. Em relação ao tempo, observou-se as mães que tinham mais longa duração no Programa e a partir desse critério foi possível localizar dez mães que atendiam aos critérios estabelecidos, das quais, cinco participaram das entrevistas⁵. No que diz respeito à participação das mães nas entrevistas é importante salientar o medo presente nas mesmas de que a pesquisa pudesse de alguma forma comprometer o recebimento do Benefício. Neste sentido, diante do compromisso ético aqui assumido desde o acesso aos primeiros documentos utilizados, foi-lhes explicado toda questão ética envolvendo a pesquisa bem como a responsabilidade pelos dados coletados, deixando claro que a mesma não dizia respeito a estudo de ordem institucional do governo⁶.

Para registrar as falas das entrevistas fizemos uso de gravações por meio de equipamento eletrônico, sendo as mesmas catalogadas e arquivadas separadamente, recebendo cada uma o nome fictício adotado por elas mesmas, os quais encontram-se na análise das entrevistas presentes no último capítulo.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, analisamos historicamente os conceitos de pobreza bem como a pobreza no Brasil e sua relação com o surgimento dos programas de renda mínima como

⁴ Instituído pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o Cadastro Único constitui instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007).

⁵ Levando em consideração a aceitação por livre e espontânea vontade e comparecimento à entrevista no dia agendado.

⁶ Visto que muitas, por achar em princípio, que se tratava de pesquisa do MDS por diversas vezes queixavam-se do valor recebido.

forma de superação. Discutindo a pobreza e, em especial, a pobreza no Brasil, situamos o surgimento dos Programas de Renda Mínima – PRMs – como tentativa do governo minimizar os seus efeitos. Problematizamos, por conseguinte, o conceito de vulnerabilidade social e sua utilização no cenário das políticas sociais brasileiras, em especial o BF. Ainda neste capítulo, analisamos as características do Programa Bolsa Família, sua criação, implementação e consolidação no cenário das políticas sociais brasileiras.

No segundo capítulo problematizamos algumas concepções de educação, assim como as perspectivas de emancipação do Programa Bolsa Família para, em seguida, identificar e analisar as formas de operacionalização, controle e acompanhamento dos objetivos e diretrizes do mesmo, com especial atenção à condicionalidade educação.

No terceiro capítulo, apresentamos o local onde se realizou a pesquisa empírica, bem como os sujeitos nela envolvidos e como o Programa se articula com a unidade escolar Caminho das Letras. A partir dos dados coletados nas atas de resultados finais, analisamos o desempenho escolar dos estudantes beneficiários do Programa na escola a fim de verificar como este se processou entre 2006 e 2012.

Por fim, no quarto e último capítulo, analisamos os efeitos do Bolsa Família na vida de beneficiários da unidade escolar Caminho das Letras em relação à perspectiva anunciada pelo Programa de superação da vulnerabilidade social e as possíveis implicações da educação neste processo. Iniciamos com a análise das entrevistas com cinco mães beneficiárias do Programa para, em seguida, questionar a educação como vetor de superação da vulnerabilidade social.

Nas considerações finais retomamos o objetivo e a questão da pesquisa para estabelecer síntese dos resultados obtidos a partir da análise dos dados.

2. POBREZA, VULNERABILIDADE SOCIAL E PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Este capítulo analisa historicamente a pobreza, seus conceitos e sua relação com o surgimento dos programas de renda mínima. Aqui discutimos a pobreza, em especial, a pobreza no Brasil e neste contexto, o surgimento dos PRMs como política governamental de minimização dos efeitos da pobreza. Como expressão de políticas dessa natureza o capítulo apresenta um panorama dos programas de renda mínima, com ênfase no surgimento do Programa Bolsa Família – PBF – que, entre os objetivos anunciados, visa a promoção da autonomia e a emancipação e, por meio desta, a superação da situação de vulnerabilidade de seus beneficiários, com conseqüente saída da pobreza.

2.1. CONCEPÇÕES DE POBREZA E A SUA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO

Atualmente os efeitos da pobreza encontram-se disseminados em diversos espaços. Convivemos com seus resultados diariamente e os mesmos são constantemente explicitados nas diversas mídias. Por vezes sua presença é tão constante que chega a ser vista por alguns como algo natural, sem saída ou solução. Outras vezes o pobre é vulgarmente concebido como aquele tomado pela preguiça, pelo comodismo ou dependente de programas sociais promovidos pelo governo, sendo, por conseguinte, estigmatizado. Entretanto, a pobreza, longe de ser algo natural, tem origem e filiação.

Assumindo a desigualdade social como construção social e, portanto, que remonta a períodos e contextos datados, para efeitos deste trabalho localizamos o fenômeno da pobreza a partir da emergência do modo de produção capitalista. Este marco torna-se significativo por se tratar de um período com mudanças profundas nas relações sociais e, sobretudo, no trabalho, posto que o trabalhador passou da condição de conhecedor de todo processo de produção para o de força de trabalho alienada, obrigando-se a vendê-la em troca de sua manutenção e sobrevivência. Agregado a isto, foi sob o capitalismo que a pobreza se constituiu como uma questão político-social. De acordo com Lavinas,

A pobreza institui-se como questão social, tanto na Europa quanto na América Latina, apesar de evidente defasagem no tempo, concomitantemente ao surgimento das grandes cidades, quando as condições precárias das populações recém-chegadas do campo inspiravam preocupação e receio, suscitando intervenções do setor público em prol da instituição de uma nova ordem social. Ela institui-se, portanto, ao demandar meios para uma regulação eficaz. A moderna sociedade capitalista em gestação necessitava imperiosamente integrar o proletariado e forjar a classe trabalhadora (2002, p. 25).

Ressalte-se que a integração do proletariado à sociedade, como visto acima, não se daria ao acaso, mas dentro do movimento de ajustamento da mão de obra ociosa à organização nova sociedade em formação. Como registra Marx (1996), para que se promovesse a estabilidade da ordem social em ascensão, aqueles que demonstrassem comportamentos desviantes eram severamente punidos. Assim, muitos camponeses não absorvidos pelas vagas das manufaturas, praticando então a mendicância, passaram a ser regulados, inclusive, por leis.

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (MARX, 1996, p. 356).

Entretanto, por trás da punição dos que praticavam a “vagabundagem”, supostamente de forma voluntária, como demonstrou Marx, existia a intenção de favorecer a manutenção do exército de mão-de-obra indispensável à reprodução do capital, em franco movimento de constituição. A partir do século XVI verificamos então na Europa, a formação de exército de reserva que vai compor uma das características do sistema produtivo que começa a ganhar corpo: a produção da pobreza em massa, oriunda do processo de apropriação da riqueza pela burguesia em ascensão. Como o mercado de trabalho não absorvia as grandes levas de desempregados e mesmo os que eram absorvidos estavam em condições precárias, a pobreza passou a fazer parte da dinâmica social em níveis cada vez maiores. O pobre, longe de ter reconhecida sua situação de vítima do processo foi encarado como parte responsável por sua condição.

Neste sentido,

No momento em que uma determinada classe social se apoderou das riquezas e dos meios de produção, e outra não possuía nada mais além de sua força de trabalho, a pobreza até então conhecida por alguns, tornou-se de massa. E mais, os pobres que se multiplicavam não eram considerados vítimas e merecedores de proteção de vida, mas, ao contrário, culpados pela sua condição (PEREIRA, 2006, p. 240).

Na mesma direção de Pereira (2006), Codes (2008, p. 07), assinala que inicialmente “a preocupação com a pobreza encontrava-se refletida na tônica daquelas leis que consistiam em organizar a ‘caça aos vagabundos’ e em obrigar ao trabalho todos aqueles são de corpo e

capazes de realizar atividades laborais”. É neste contexto que verificamos como uma das primeiras, senão primeira, iniciativas governamentais voltadas à redução dos impactos da pobreza na sociedade, as chamadas “Poor Laws”, ou Lei dos Pobres. As “Poor Laws” ocorreram entre 1531 e 1601 na Inglaterra como recurso político de proteção elementar à força de trabalho. Tal lei em nada alterava a situação de pobreza em que se encontrava a maioria da população não possuidora dos meios de produção. Como destaca Marx,

Recorde-se como essa lei foi aplicada no campo: sob a forma de esmolas, a paróquia complementava o salário nominal até a soma nominal necessária à mera vida vegetativa do trabalhador. A proporção entre o salário pago pelo arrendatário e o déficit salarial coberto pela paróquia mostra-nos duas coisas: primeiro a queda do salário abaixo de seu mínimo; segundo, o grau em que o trabalhador rural era um composto de assalariado e indigente, ou o grau em que se o transformou em servo de sua paróquia (1996, p. 303).

Recebendo salários abaixo do mínimo, gerava no trabalhador cada vez maior dependência à paróquia, a quem cabia complementar o salário recebido. Devido à baixa possibilidade de superação da situação de indigência, tornava-se o que Marx chama de servo de sua paróquia. Tal condição contribuía para que estes, ao recorrer às cidades em busca de trabalho, engrossassem as filas de desempregados e, em consequência, contribuísse para a redução dos salários, dada a oferta de mão de obra.

A partir das políticas desenvolvidas pela Lei dos Pobres a pobreza passou a figurar objeto das primeiras tentativas de se compreender as causas e de se mensurar sua dimensão constituindo-se também nos discursos literários e nas primeiras enquetes sociais. Concebia-se a pobreza então a partir da ideia de necessidades mínimas, cunhada na noção de subsistência.

Pode-se afirmar que o padrão de subsistência descende daquele tratamento dado aos pobres na época das “Poor Laws”, quando suas necessidades eram medidas por quantidades de pão, farinha de pão ou dinheiro equivalente, havendo, em algumas paróquias, a permissão para que se adicionassem outras necessidades às referidas medidas. Balizando-se nos resultados dos trabalhos elaborados por nutricionistas, esta abordagem definia como pobre a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física (CODES, 2008, p. 11).

As políticas de ajuste social no tocante à pobreza pautavam-se assim na concepção de que aos pobres bastava o suficiente à manutenção de suas necessidades básicas (para a época), diga-se de passagem, satisfação das necessidades alimentícias mínimas para a sobrevivência. Esta situação está documentada como na passagem a seguir, que ilustra a concepção de pobreza a partir da noção de subsistência.

Durante a crise algodoeira, em 1862, o dr. Smith foi encarregado pelo Privy Council de fazer uma investigação sobre o estado de nutrição dos desgraçados trabalhadores do algodão em Lancashire e Cheshire. Longos anos de observação tinham-no levado à conclusão de que, “para evitar doenças causadas pela fome” (starvation diseases), a alimentação diária de uma mulher média deveria conter ao menos 3.900 grãos de

carbono e 180 grãos de nitrogênio; a alimentação diária de um homem médio necessitaria ao menos de 4.300 grãos de carbono e 200 grãos de nitrogênio, para as mulheres aproximadamente tanto material nutriente quanto está contido em 2 libras de bom pão de trigo, para os homens 1/9 a mais, para a média semanal de mulheres e de homens adultos ao menos 28.600 grãos de carbono e 1.330 grãos de nitrogênio. Seu cálculo foi confirmado na prática de modo surpreendente pela coincidência com a lastimável porção de alimento a que a situação de calamidade tinha reduzido o consumo dos trabalhadores do algodão. Eles obtinham semanalmente, em dezembro de 1862, 29.211 grãos de carbono e 1.295 de nitrogênio. (MARX, 1996, p. 283).

Por sua vez, a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra fornece o campo de gestação de todo aparato necessário à exploração de grandes levas de trabalhadores que nada mais detém para sua sobrevivência além do que a força de trabalho. Na medida em que aumentava a acumulação de capital, verificava-se igualmente aumento em sua concentração e centralização. O fosso existente entre aqueles que mais tinham e os que pouco ou nada possuía aumentava vertiginosamente, expressando uma das contradições do modo de produção que emergia.

É uma das características mais melancólicas da situação social do país, diz Gladstone, que com um decréscimo na capacidade de consumo do povo e um acréscimo nas privações e na miséria da classe trabalhadora, há ao mesmo tempo acumulação constante de riqueza nas classes altas e crescimento constante de capital (MARX, 1996, p. 280).

O relato de Marx, a partir da situação descrita por Gladstone, ministro da Câmara dos Comuns, em 13 de fevereiro de 1843, nos dá uma ideia dos níveis de privações a que estava sujeita a população trabalhadora inglesa, bem como das contradições inerentes à acumulação capitalista. Se de um lado cabia aos trabalhadores as privações na manutenção de suas vidas, por outro, às classes altas cabia a acumulação de capital à base da exploração da força de trabalho daqueles. Neste cenário, embora Gladstone denunciasse a concentração de riqueza nas mãos de uns poucos, alguns anos depois, em 1863, minimizava a situação dos pobres, ao tentar justificar prováveis benefícios a estes advindos deste processo.

De 1842 a 1852, o rendimento tributável deste país cresceu 6%. (...) Nos 8 anos de 1853 a 1861, se partirmos da base de 1853, ele cresceu cerca de 20%. O fato é tão espantoso que chega a ser quase inacreditável. (...) Esse aumento embriagador de riqueza e poder (...) está totalmente limitado às classes possuidoras (...) mas deve ser indiretamente vantajoso para a população trabalhadora, porque barateia os artigos de consumo geral; enquanto os ricos se tornaram mais ricos, os pobres, em todo caso, se tornaram menos pobres. Que os extremos da pobreza tenham diminuído, não ousa afirmar (MARX, 1996, p. 281).

Diante de tal constatação Marx afirma:

Que anticlímax capenga! Se a classe trabalhadora continuou “pobre”, apenas proporcionalmente “menos pobre”, ao produzir um “aumento embriagador de riqueza e poder” para a classe proprietária, ela continua sendo, em termos relativos, igualmente pobre. Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, pois aumentaram os extremos da riqueza (1996, p. 281).

Como bem destacara Marx, o fato de ter ocorrido redução nos preços dos produtos não tem relação em termos de alteração no quadro da pobreza visto que o aumento na acumulação de capital implica em maior exploração da força de trabalho e extração da mais valia. Se os ricos tornam-se mais ricos, os pobres por sua vez continuam pobres. Os dados referentes à Inglaterra nos séculos XVIII e principalmente no século XIX retratam bem a vida dos trabalhadores não só das cidades, mas também do campo. Muitos trabalhadores, dadas as baixas remunerações e elevação das condições de sobrevivência, viviam em situação de indigência, em diversos aspectos da vida cotidiana. Neste sentido, alguns aspectos da situação de indigência em que se encontravam os pobres na Inglaterra são ilustrados por Marx a partir de um relatório apresentado pelo Dr. Simon, funcionário médico do Privy Council⁷. Segundo o Dr. Simon:

Muito antes de a insuficiência alimentar ter passado a gravitar no plano da higiene, muito antes de o fisiólogo pensar em contar os grãos de nitrogênio e carbono, entre os quais oscila a vida e a morte por inanição, a economia doméstica já terá sido despojada de todo conforto material. O vestuário e o aquecimento ter-se-ão tornados ainda mais escassos do que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno; redução do espaço de moradia a um grau que gera enfermidades ou as agrava; ausência quase total de utensílios domésticos ou de móveis; a própria limpeza ter-se-á tornado custosa ou difícil. Se, por dignidade pessoal, ainda se tenta mantê-la, cada uma dessas tentativas representa suplícios adicionais de fome. O lar há de ser onde o teto for mais barato; em áreas onde a polícia sanitária dá menos fruto, é mais lamentável o sistema de esgoto, menor o tráfego, máxima a imundície pública, mais miserável ou pior o suprimento de água e, em cidades, maior a falta de luz e ar. Tais são os perigos sanitários a que a pobreza inevitavelmente está sujeita, quando essa pobreza inclui carência alimentar. Se a soma desses males constitui perigo de terrível magnitude para a vida, a mera carência alimentar já é em si mesma horrível (MARX, 1996, p. 285-286).

A situação relatada acima nos dá pistas da situação de indigência de boa parte da classe trabalhadora de então, que vai da própria incapacidade de manutenção alimentar a problemas sanitários que causou a morte de muitos trabalhadores com a proliferação de doenças infectocontagiosas. Quando o trabalhador não consegue satisfazer a fome, diversos outros aspectos de sua vida, como vestuário, utensílios domésticos e muitas vezes a própria moradia já terá sido dele retirada.

A conexão interna entre o tormento da fome das camadas mais laboriosas de trabalhadores e o consumo esbanjador, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. É diferente a situação habitacional. Qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a consequente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores (MARX, 1996, p. 286).

⁷ Conselho Secreto, órgão especial junto ao rei da Inglaterra, constituído por ministros e outros dignatários burocráticos e religiosos. O Conselho Secreto foi criado no século XIII.

Longe de representar fatos isolados, a situação de precariedade sofrida pelos trabalhadores constituiu fruto do processo de acumulação de capital em um processo de violenta intensificação da produção de relações humanas desiguais em que os não proprietários são subalternizados. Extensas horas e precariedade nas condições de trabalho, consequente redução das horas dedicadas à família, péssimas condições de moradia e alimentação, compõem um cenário em que continuar a viver passou a representar o anseio de muitos dos que estavam em situação de indigência.

As situações acima não diziam respeito apenas à Inglaterra, mas também a outras regiões da Europa, principalmente as do Reino Unido, como o relato abaixo de um inspetor de fábrica inglês sobre a situação de um trabalhador da manufatura irlandesa.

Em minha recente inspeção ao norte da Irlanda, diz o inspetor de fábrica inglês Robert Baker, chamou-me a atenção o esforço de um operário qualificado irlandês para dar educação a seus filhos apesar de sua penúria de meios. Reproduzo literalmente suas declarações, conforme as recebi de sua boca. Que ele seja um trabalhador qualificado, percebe-se, se digo que ele é empregado para artigos destinados ao mercado de Manchester. Johnson: “Sou um beetler e trabalho das 6 horas da manhã às 11 da noite, de segunda a sexta. Aos sábados terminamos às 6 da tarde, e temos 3 horas para refeições e descanso. Tenho 5 filhos. Por esse trabalho, ganho 10 xelins e 6 pence por semana; minha mulher trabalha também e ganha 5 xelins por semana. Minha filha mais velha, de 12 anos, cuida da casa. Ela é nossa cozinheira e única serviçal. É ela quem prepara os mais jovens para a escola. Minha mulher se levanta comigo e sai comigo. Uma menina que passa por nossa casa nos acorda às 5 1/2 da manhã. Não comemos nada antes de ir para o serviço. A criança de 12 anos cuida das crianças pequenas durante o dia. Tomamos o desjejum das 8 horas e para isso vamos para casa. Temos chá uma vez por semana; senão temos uma papa (stirabout), às vezes de farinha de aveia, às vezes de farinha de milho, conforme o que conseguimos arranjar. No inverno, acrescentamos um pouco de açúcar e água à nossa farinha de milho. No verão colhemos algumas batatas que plantamos num pedacinho de terra e, quando elas acabam, voltamos para a papa. (...) Assim vão as coisas, dia após dia, domingos e dias úteis, o ano todo. Estou sempre exausto à noite, quando termino o serviço do dia. Só comemos um pedaço de carne excepcionalmente, mas é muito raro (MARX, 1996, p. 334).

Este quadro ilustra as condições de vida do operariado do Reino Unido, permeado por interferências na própria estrutura familiar. Para que os pais possam trabalhar, as crianças responsabilizam-se pelo serviço doméstico quando não são também obrigadas a trabalhar nas fábricas. Extensas horas de trabalho, sem garantias trabalhistas, precárias condições de alimentação e moradia denunciam o grau de exploração a que estava sujeita a população trabalhadora.

À vista do cenário acima, compreendemos que é a partir dos desajustes sociais provocados pela nova organização social promovida pela expansão capitalista que a temática da pobreza ganha contornos específicos que nos desafiam a pensar o passado e o presente em face das relações sistêmicas entre a produção da pobreza e a acumulação capitalista. A saída de grandes levas de trabalhadores do campo rumo às cidades em busca de meios de

sobrevivência promoveu na Europa novos arranjos sociais que levou os Estados a buscarem soluções para o restabelecimento e manutenção da ordem social.

Diante das mazelas em que se encontrava a classe trabalhadora inglesa, estudos foram motivados no intuito de verificar as dosagens de dieta alimentar necessárias a um bom funcionamento da máquina humana. Note-se que o estudo tratou como coincidência os resultados do comparativo entre o que era considerado como o mínimo necessário à sobrevivência de homens e mulheres “médios” e a proximidade com o que os trabalhadores de fato consumiam. Entretanto, o que se verifica neste cenário é uma concepção da pobreza pautada na ideia da subsistência, ou seja, do fornecimento dos mínimos necessários à manutenção dos aspectos físicos dos indivíduos. E mais, revela a situação de exploração e desproteção social a que estavam sujeitos os milhares de trabalhadores. Trabalhando e habitando locais insalubres, recebendo baixos salários e extensas jornadas de trabalho, sem direito a férias e com acesso precário à saúde e à educação.

Mas se no passado as *Poor Laws* tiveram o seu papel de assegurar o mínimo para a sobrevivência dos pobres e, no século XIX, as condições sub-humanas descritas por Marx (1996) que continuaram em evidência, as realidades político-sociais registradas acima não passaram incólumes pelo tempo. Expressão disso pode ser notada ao final da Primeira Grande Guerra (1914-1918), com o Tratado de Versalhes, o qual consagrou alguns direitos trabalhistas e previdenciários, bem como no período pós Segunda Guerra (1939-1945), quando os países do capitalismo central passaram a ampliar os sistemas de proteção social aos indivíduos em ocasiões em que perdessem suas fontes de renda (FALEIROS, 1986, p. 19).

Esse sistema de seguridade social garante serviços e benefícios do Estado ao cidadão, desde o seu nascimento até a sua morte, a partir de contribuições específicas em lei. (...) É chamado por uns *Welfare State* ou Estado de Bem Estar e, por outros, Estado de Providência ou Estado Assistencial, pelo qual o Estado garante ao cidadão a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos (FALEIROS, 1986, p. 20).

Neste cenário o Estado se apresenta como regulador do mercado. Assim, para que possibilite à população o bem-estar, deve manter os mecanismos do mercado de trabalho e as relações capitalistas de produção. Entretanto, “essa regulamentação estatal não é fruto de uma evolução do humanismo, mas das próprias contradições e conflitos de uma sociedade que produz incessantes riscos para a vida das pessoas e o esgotamento da força de trabalho” (FALEIROS, 1986, p. 26).

Longe de se constituir em Estado voltado à classe proletária, tal regulação tem fundamento em ideais liberais progressistas visando a manutenção do processo global de acumulação da riqueza capitalista, fazendo frente às crises econômicas e ameaças sociais.

Busca-se desta forma assegurar o lucro dos capitalistas que historicamente tendem a baixar pela forte disputa entre eles e pelo confronto de capital com o trabalho. Para que se garantisse o pleno emprego, John Keynes defendeu inclusive o aumento dos gastos públicos a fim de dar trabalho aos desempregados e auxílios para estimular a demanda (FALEIROS, 1986).

Entretanto, embora as limitações de um Estado providencial no capitalismo, as garantias advindas daí são fruto da luta entre as duas classes em disputa a partir do processo de industrialização europeu: burguesia e proletariado. Quanto a isto Pereira (2006) afirma que esta nova forma de regulação não mais se pauta na repressão e punição, mas na cidadania. Assim, o *Welfare State europeu*⁸, “apesar de manter a classe trabalhadora na mesma situação desigual, ofereceu proteção social e segurança no trabalho” (PEREIRA, 2006, p. 241).

Apesar dos ganhos advindos deste processo, a ideia de manutenção do pleno emprego não se sustentou nem se sustenta diante das próprias contradições do sistema capitalista, visto que o desemprego é inerente ao próprio processo de acumulação. Na medida em que gera extenso exército de reserva promove por sua vez redução dos salários. Embora o Estado de Bem-Estar tenha promovido a garantia de direitos sociais, não alterou o quadro de pobreza tanto nos países de capitalismo central, como nos periféricos.

À medida que a pobreza se expande, seu entendimento também vai ganhando novos contornos. Na década de 1960 do século XX verificamos, dentre as conceituações, a das necessidades insatisfeitas, referindo-se à existência de um padrão mínimo de condições de vida. Neste entendimento, “vivem na pobreza absoluta ou na indigência todos aqueles cujo padrão de consumo situa-se abaixo do mínimo vital em razão do seu déficit de renda” (LAVINAS, 2002, p. 35). Percebemos então a renda como parâmetro de conceituação do limite entre o ser e o não ser pobre. “Está diretamente associada à ideia de sobrevivência física, à satisfação de mínimos sociais à reprodução da vida com um mínimo de dignidade humana” (PEREIRA, 2006, p. 233).

Já na década de 1970, no debate europeu, verifica-se a concepção de pobreza relativa, a qual passa a figurar como medida para identificar a posição social do pobre conforme o padrão médio de consumo da população como um todo.

É pobre, relativamente ao conjunto da população, quem se situa abaixo desse padrão médio de consumo, não só do ponto de vista do seu déficit de renda, mas também do não acesso a bens e serviços. Passa-se de uma abordagem centrada exclusivamente na renda para um enfoque mais amplo, o da falta de recursos. O hiato ou diferencial que separa o pobre desse padrão mediano expressa a intensidade da pobreza (LAVINAS, 2002, p. 36).

⁸ Lembrando Pereira (2012) não existe e nunca existiu um padrão unívoco de Estado de Bem-Estar nos países capitalistas centrais, por isso a expressão *Welfare State europeu*.

A renda deixa então de ser caracterizada como único elemento de definição do pobre para incluir o que se chama de recursos. Isto caracteriza não apenas a renda auferida pelo indivíduo ou grupo de indivíduos, mas também a capacidade de acesso a determinados bens e serviços. Pouco tempo depois, em 1976, pobres passam a ser entendidos pela comunidade Econômica Europeia – CEE – como todos os indivíduos e famílias cujos recursos, de tão escassos, os excluem dos modos de vida, hábitos e atividades normais do Estado onde vivem (LAVINAS, 2002, p. 36). De acordo com Pereira (2006), diz respeito à satisfação de necessidades em relação ao modo de vida de determinada sociedade, tendo vinculação à relação entre pobreza e distribuição das riquezas socialmente produzidas. “Dessa forma, enquanto houver desigualdade e estratificação social, uma percentagem da população será sempre pobre em relação a algum grupo mais privilegiado, não importando o grau de riqueza da nação considerada” (PEREIRA, 2006, p. 233).

A negação do acesso a direitos sociais essenciais à existência humana (como saúde, alimentação, habitação, saneamento básico, educação) bem como aqueles que as sociedades passam a considerar como básicos às atividades diárias (como acesso à internet, meios de transporte, aparelhos e equipamentos eletrônicos voltados à comunicação e acesso à informação) imputa nos indivíduos impedidos de acessá-los, sensação de alheamento, de exclusão, visto que estes provocam “sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade” (LAVINAS, 2002, p. 37).

Os conceitos de pobreza que até a década de 1970 ganhavam os contornos até aqui apresentados, a partir do esgotamento do Estado de Bem estar europeu, em meados dessa década, também sofrem os efeitos das orientações pautadas no Estado mínimo e na negação dos direitos sociais, consoante a prevalência do princípio do *Workfare* sobre o *Welfare* e da substituição das políticas universais pelas focalizadas; da redução dos gastos sociais; da primazia da lógica do mercado sobre a das necessidades sociais e bem como do mérito empreendedor dos indivíduos em detrimento dos direitos (PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2012). Tal passagem insere-se nas transformações do cenário econômico advindos da crise enfrentada pelo capitalismo.

Com efeito, em meados dos anos 1970, ao findar o ciclo expansivo da economia internacional, iniciado no segundo pós-guerra, todo o mundo capitalista conheceu uma nova crise, que se revelou estrutural e se prolonga até os dias de hoje, crise esta causada por desequilíbrios entre acumulação e consumo e pela transformação do excedente produzido pela economia real em capital financeiro (PEREIRA, 2012, p. 731).

As políticas sociais (e neste movimento as formas de conceber a pobreza, e por assim dizer o pobre) também passam a ser fomentadas visando atender as demandas inerentes às transformações pelas quais vem passando o capitalismo. Assim, ao pobre é imposta a autorresponsabilização por seu fracasso, o que demanda dos mesmos “autossatisfazerem suas necessidades sociais; ou, então, a darem algo em troca pelos auxílios públicos recebidos, como se fossem eternos devedores, e não credores, de vultosas dívidas sociais” (PEREIRA, 2012, p. 738).

O Estado provedor, garantidor de direitos sociais cede lugar ao Estado que deposita no indivíduo a responsabilidade pelos seus atos, pautando-se na concepção de que o alcance do bem estar depende do quão o indivíduo se dedicou para alcançá-lo, sendo operada a mesma lógica em casos de fracasso, insucesso e, sendo assim, de pobreza, miséria ou indignância.

Em verdade, o predomínio contemporâneo da ética da autorresponsabilização no contexto mundial da política social mostra que está havendo um contínuo e crescente esvaziamento do padrão capitalista de Estado social de direito em favor do padrão capitalista de Estado neoliberal meritocrático, laborista, ou do que a literatura especializada vem chamando de transição do *Welfare State* para o *Workfare State*. É o que, com outras palavras, Lööf-Wacquant (2007) vem falando da substituição do Estado Social pelo Estado Penal, principalmente quando se refere aos Estados Unidos, por sinal o país precursor da ideologia do *work fare* (bem-estar em troca de trabalho, não importa qual) em substituição ao *welfare* (bem-estar incondicional, como direito). (PEREIRA, 2012, p. 738).

O *Workfare State* acima referido assenta-se nas correntes de pensamento que remontam concepções patológicas de explicação das causas da pobreza. Centradas no indivíduo, às políticas sociais cabem a correção de possíveis comportamentos desviantes, seja por meio da “cobrança de contrapartidas dos beneficiários da assistência social pública, para livrá-los da dependência desta, seja na ativação imperiosa desses beneficiários para a sua inserção no mercado de trabalho com vista a sua autossustentação.” (PEREIRA, 2012, p. 747). De acordo com esta autora os últimos governos brasileiros vêm demonstrando sua adesão a este tipo de política, e, neste contexto, o Programa Bolsa Família se apresenta como uma de suas maiores expressões. Resta salientar que em oposição às explicações que situam a pobreza como consequência de inaptações dos indivíduos, ou de prováveis desvios, entendemos que esta é um fenômeno intensificado pela emergência e reconfiguração do capitalismo. Neste sentido, compreendemos que a pobreza, como produto social,

É o resultado de complexas forças sociais, como as ações de classes e de instituições que interagem dentro de uma particular ordem social e econômica, e que vão, ao longo do tempo, criando e recriando as circunstâncias em que vive a população e os pobres em particular (ALVES, 2010, p. 30-31).

Como resultante de forças sociais, portanto, a pobreza não se apresenta como um fenômeno natural, tampouco se explica atemporalmente, mas antes remete aos processos de

produção das relações sociais em cada em cada tempo e contexto de sua materialização e suas diferentes formas de expressão. No Brasil a configuração de uma sociedade pautada na exploração humana tem sua marca já no processo de colonização do país por Portugal como veremos a seguir.

2.2. A POBREZA NO BRASIL: DIMENSÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS

Em países como o Brasil, os sintomas da pobreza se fazem sentir desde as primeiras tentativas de colonização e povoamento, visto que a articulação do Estado português com a colônia brasileira pautou-se em valores que concebeu na colônia uma elite mercantil formadora de uma sociedade fundamentada no trabalho escravo e no comércio colonial primário-exportador (SIQUEIRA, 2009). Portanto, na sociedade em que se assentava a mão-de-obra escrava, o latifúndio e a exportação, Portugal preparava uma trajetória na qual mais tarde o ardil capitalista encontraria terreno fértil à proliferação de suas teias e marginalização de grande parte de nossa população. Aqueles que trouxeram a pobreza ao solo brasileiro trouxeram quem também cuidasse da assistência aos pobres. Entretanto, tal assistência caracterizava-se por paliativos, cumprindo a função de reprodução das estruturas sociais.

Assim, segundo Siqueira (2009), para Portugal, a colonização e a montagem de estruturas socioeconômicas hierarquizadas no novo mundo serviam ao propósito de preservar a antiga ordem metropolitana, transferindo para o Brasil os princípios lusitanos, promovendo a expansão do projeto de assistência pela ação da Ordem da Misericórdia, por meio de auxílio espiritual e material aos necessitados. A pobreza cumpria então o papel político – fidelidade dos pobres aos doadores afortunados; social – diferenciação das classes abastadas; e religioso – por meio da noção do perdão e salvação dos pecados através da doação aos pobres. Verifica-se então que, se por um lado existiu a preocupação em promover assistência, por meio da Ordem da Misericórdia, ainda que emergencial, por outro não são buscadas alternativas sociais para diminuir a pobreza e combater a situação de miserabilidade que se espalhava nas províncias.

Embora as ordens religiosas tenham cumprido papel de socorrer aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade, tal assistência, por outro lado, cumpria a função de manutenção e reprodução da desigualdade de nossa então sociedade patrimonialista e de sua estratificação em classe. Os pobres constituíam uma camada social de impossibilitados e desclassificados, criados na indigência, sem condição suficiente de sobrevivência. Até a

abolição da escravatura, o Brasil já estava povoado de pobres, caracterizando uma pobreza rural extensiva aos centros urbanos (SIQUEIRA, 2009). Durante todo o período colonial brasileiro, a pobreza fez-se presente, agravando-se ainda mais nos períodos posteriores com o conseqüente aumento populacional e inserção do país na ideologia capitalista.

Longe de representar uma sociedade sem conflitos, desde a vigência do regime de trabalho escravo estava posta uma questão social visto que o escravo, expropriado no produto de seu trabalho e na sua pessoa, sequer podia dispor de si. Como propriedade, o senhor podia dispor dele como quisesse, declarando-o livre ou açoitando-o até a morte. Entretanto, com a abolição da escravidão e emergência do trabalho assalariado ganham relevo manifestações em prol de melhores condições de vida e trabalho. No século XX, portanto,

Aos pouco, alguns setores dominantes e governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizam a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda assim se começa a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o *status quo* seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 20 e 30 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político (IANNI, 1994, p. 89).

Se durante o regime escravista o governo resolvia tudo à base da violência e do uso da força, a questão social que então se colocava (ou seja, os problemas gerados pela opressão capitalista que colocava grande parte da população, principalmente a classe trabalhadora, na pobreza, com condições de vida precárias) passa a ser encarada de forma negociada de modo que não se abalassem as estruturas de dominação.

Como nos leva a entender Ianni (1994), à medida que o país se industrializava, verificava-se também o aumento das desigualdades sociais. O Brasil começava a se inserir no mercado de exportações dinamizando progressivamente sua economia, diversificando sua produção ao passo em que acelerava a sua urbanização. Isto, contudo, não se fez acompanhar por mudanças nas relações sociais. A distribuição de renda permaneceu desigual e, segundo, Ianni (1994, p. 90),

Das pessoas que recebiam renda, os 40% mais pobres detinham 9,7% da renda total, enquanto os 10% mais ricos detinham 47% - esse o problema da pobreza no Brasil. Mesmo após 45 anos de progresso e desenvolvimento acelerado, cerca de 50 milhões de brasileiros sofrem as dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde.

Os números acima demarcam a extensão da desigualdade em nosso país diante da lacuna existente entre os poucos que muito possuem e os muitos que pouco ou nada têm. Portanto, olhando da colônia ao final do século XX no Brasil, o que marca é justamente a

prosperidade do capital por meio da exploração dos trabalhadores do campo e da cidade. Neste processo verificamos também suas resistências e lutas, avanços e recuos.

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas movimentam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida e garantia de direitos. (...) Esse é o contexto em que o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo se tornam realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos, greves expressam algo desse contexto. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural (IANNI, 1994, p. 91-92).

Se de um lado as indústrias se desenvolvem e as cidades passam por profundos processos de urbanização, paralelo a isto a vida da população passa, simultaneamente, por um alinhamento às exigências dos “novos” modos de vida, mas também por processos de mudanças nas bases jurídicas e no acesso a direitos sociais, não sem conflitos. Entretanto, este ajustamento não é acompanhado do desenvolvimento verificado nas relações de produção. Pelo contrário, “as dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna” (IANNI, 1994, p. 92).

Diante do medo de que as reivindicações produzam efeitos inesperados, os setores sociais dominantes costumam reagir de forma violenta e intolerante, muitas vezes optando pela repressão massiva dos movimentos reivindicatórios. Longe de representar tendência recente tal forma de reagir não é nova. E em muitos casos os pauperizados são vistos como responsáveis, como se a pobreza se desse em decorrência da falta de iniciativa desses sujeitos, ou decorrente de fatalidades. Posicionamentos como estes têm como pano de fundo a defesa da ordem social estabelecida. Entretanto, como bem salienta Ianni (1994)

O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações do fluxo e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral são ingredientes desses processos. O contingente desses trabalhadores de reserva tem sido um elemento altamente conveniente para a empresa e a fazenda, no sentido de reduzir os custos da mão-de-obra para o comprador, além de facilitar a divisão da classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos, movimentos sociais. É enganoso sugerir que os ‘dois’ brasis pouco ou nada têm a ver um com o outro. A análise atenta das relações, processos e estruturas de denominação política e apropriação econômica permite demonstrar que os progressos da economia têm raízes na pauperização relativa – e às vezes absoluta – de trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, os ‘participantes’ e os ‘excluídos’ estão atados por relações, processos e estruturas que os reiteram continuamente, em distintas formas, diferentes regiões, em geral por intermédio de instrumentos e técnicas controlados pelos que mandam, ou seja, uma parcela dos ‘participantes’ (IANNI, 1994, p. 99).

Como demonstrou Ianni, a miséria e a pobreza são ingredientes do processo do fluxo de negócios e como tal compõem faces do modelo de desenvolvimento dominante. Cabe lembrar aqui que, para a reprodução do capital, poucos não foram os discursos de ressignificação do trabalho no Brasil com o intuito de apagar de nossa memória os estigmas gerados em relação àqueles que estavam no serviço braçal, qualificado ou não, no período colonial.

Tratava-se de libertar a força de trabalho e o trabalhador do estigma criado por séculos de escravismo. (...) Ao longo das várias repúblicas, desenvolve-se uma vasta louvação do trabalho, como indispensável à vida do indivíduo, dos negócios e da nação. Desde Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, lida-se com este aspecto da questão social. Além dos governantes e dos porta-vozes dos setores dominantes, nesta ou naquela conjuntura, vários intelectuais dedicam-se a fazer apologia do trabalho. Os novos tempos exigem a pregação sobre o trabalho como atividade dignificante. Trata-se de combater a preguiça, leseira, tristeza, luxúria (IANNI, 1994, p. 105).

Personalidades ilustres de nossa história como Rui Barbosa, integrou o grupo dos que não hesitaram em construir um ideário de trabalho, criticando o modo de vida caipira que subsistia no Vale do Paraíba, após os tempos de prosperidade cafeeira. Consistia numa tentativa de como disse Ianni (1994), “exorcizar” todas as formas de vida e visão do trabalho do período colonial. O que estava por traz de toda essa campanha era a defesa do capital como justificação para o progresso. E para que não pareça algo circunscrito à primeira década do século XX, “o próprio Ulisses Guimarães adotou a postura de beatificação do trabalho no discurso de promulgação da Constituição de 1988. ‘A nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia’ (IANNI, 1994, p. 108).

Assim, a pobreza longe ter origem ao acaso ou decorrente da ação, ou falta de ação, por parte do pobre, tem sua origem demarcada nos antagonismos provenientes da acumulação capitalista de produção. Para além de decorrente da mera consequência das relações de produção, possui bases ideológicas e este dado nos remete a um paradoxo entre a garantia imediata das condições básicas de sobrevivência e a defesa de projetos estruturantes de superação da pobreza.

Esse paradoxo, que aparece muitas vezes de forma difusa, trouxe para a agenda das últimas gestões governamentais um acento em ações de combate à pobreza e redução das desigualdades sociais pela via da garantia imediata das condições básicas de sobrevivência. Mas em que medida o alinhamento do Estado ao capital possibilita que políticas sociais focalizadas não apenas reduzam a pobreza, mas, principalmente, as desigualdades sociais, é uma questão que se coloca na linha que divide e une as escolhas políticas e suas relações com as políticas públicas empreendidas. Acompanhem alguns lances dos movimentos que vem

orientando os programas de combate à pobreza e seus fundamentos para avançarmos na reflexão desta questão. Como parte destes movimentos, a própria noção de vulnerabilidade social se coloca como uma questão de fundo a ser olhada de perto.

2.3. VULNERABILIDADE SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO COMBATE A POBREZA

O conceito de vulnerabilidade emerge com a tentativa de alargar as discussões tanto da pobreza como da exclusão social. Assim, de acordo com Abramovay et al (2002)

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social. Tais obras se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral (ABRAMOVAY, 2002, p. 28).

Parte-se dos debates sobre a pobreza e indigência, passando pelas discussões sobre a exclusão social para analisar os motivos que promovem riscos de mobilidade social descendente, não se restringindo àqueles localizados abaixo da linha da pobreza. A vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais.

Vignolli (2006) distingue os estudos sobre a vulnerabilidade social em seis linhas analíticas. A primeira, chamada de enfoque clássico dos grupos vulneráveis, localiza segmentos propensos a sofrer determinados efeitos por compartilharem características básicas, a exemplo da idade. Tais sujeitos estariam expostos a determinados riscos devido a condição que apresentam como doenças, desemprego, violência ou discriminação.

A segunda linha concentra suas análises nos impactos promovidos nos níveis de vida causados por efeitos externos, a exemplo de crises econômicas ou desastres ambientais. Uma outra linha de análise, de acordo com Vignolli (2006), associa a vulnerabilidade à incerteza, insegurança e rupturas promovidas pela complexidade do modelo de vida característico da modernidade avançada, como por exemplo, a precarização do trabalho.

A quarta linha de análise vincula a vulnerabilidade à desproteção caracterizada pela interiorização da erosão do Estado e família como instâncias de apoio social. A carência, desatualização ou imobilidade de ativos, caracteriza a quinta linha de análise. Esta linha, segundo Vignoli (2006), deposita nas diferentes formas de capital (seja ele físico, humano ou

social), ao trabalho, ao patrimônio, por exemplo, a capacidade de exercer influência sobre aqueles que tomam decisões e distribuem recursos para organizações, representações, vínculos etc.

Por fim, o autor destaca a sexta linha analítica que amplia a concepção da vulnerabilidade incorporando algumas ideias anteriores. Nesta perspectiva,

Encontra-se o enfoque de tomar emprestadas algumas ideias anteriores, operacionalizar a vulnerabilidade social como exposição do principal risco social, qual seja, o de cair na pobreza, muito mais frequente atualmente, devido à crescente volatilidade das receitas e dos sinais da intensificação dos índices da rotatividade em torno da linha da pobreza (VIGNOLLI, 2006, p. 95).

Nesta interpretação, abordar o conceito de vulnerabilidade social requer atenção tanto à exposição ao risco como à capacidade de resposta dos indivíduos à situação de fragilidade. Sendo que são diversas as formas que tornam pessoas ou grupos de pessoas vulneráveis, alguns trabalhos operam com este conceito, o que não significa descartar o debate sobre pobreza e exclusão inerentes neste processo. Entretanto, a abordagem da vulnerabilidade tem motivado estudos sobre juventude, doenças sexualmente transmissíveis, desastres ambientais, estresse, entre outros.

Na América Latina, especificamente, alguns autores (ABRAMOVAY et alii, 2002; ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; VIGNOLLI, 2006; MONTEIRO, 2011), tem localizado a sistematização da abordagem da vulnerabilidade a partir dos trabalhos de Carolina Moser e seu grupo do Banco Mundial, por meio do que denominou *asset/vulnerability framework*.

Em sua pesquisa sobre estratégias de redução da pobreza urbana (1998), além de destacar o caráter dinâmico desse enfoque, Moser ressalta a importância dos ativos das famílias – não se referindo apenas à renda ou posse de bens materiais – os quais influenciariam seu grau de vulnerabilidade social, sua renda e sua capacidade de responder a crises; o que do ponto de vista da formulação de políticas constituiu uma inovação (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 29).

Para Monteiro (2011), o avanço dos estudos de Moser se destaca por apontar que os riscos de mobilidade social descendentes não se apresentam apenas para a população pobre, mas para a sociedade em geral. Tal constatação parte do princípio de que a desproteção e a insegurança transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas. Nesta perspectiva, o conceito de vulnerabilidade social passa a ser difundido principalmente por organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas – ONU e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL - por considerar esgotada a matriz analítica da pobreza, considerando-a reduzida às questões econômicas.

Entretanto, as análises aí empreendidas ancoram-se nos estudos da teoria do capital humano ao considerar os ativos individuais como condicionantes do grau de vulnerabilidade.

Os chamados ativos dizem respeito à posse ou controle de recursos materiais ou simbólicos que permitem aos diversos atores se desenvolver em sociedade (ABRAMOVAY et al, 2002). Nesta discussão colocam-se dois pressupostos a serem percebidos em sua compreensão.

O primeiro pressuposto deve ser percebido como risco de ser ferido ou prejudicado frente à mudança ou permanência de situações indesejáveis, como embates adversos de origem externa. O segundo refere-se à capacidade de respostas que os grupos sociais têm às mudanças e aos desafios que o meio natural e social impõe (expressos nos indivíduos como sensações de indefesa, medo e insegurança frente aos riscos de se viver em sociedade) (MONTEIRO, 2011, p. 33).

Assim, de um lado as possibilidades de ser acometido por situações vulnerabilizantes, de outro, colocam-se as capacidades de indivíduos ou grupos para mobilizar ativos que possibilitem a superação da situação de vulnerabilidade, o que implica a aquisição de recursos simbólicos e materiais capazes de contribuir para o acesso a bens e serviços, bem como a promoção de alguma mobilidade social.

Além dos ativos, Abramovay et al (2002) acentuam, ainda, dois elementos que contribuem para a conformação da situação de vulnerabilidade: as estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade e as estratégias de uso dos ativos. No que concerne às estruturas de oportunidades os autores as associam aos níveis de bem-estar que possibilitam o uso mais eficiente dos recursos, propiciar novos ativos, ou ainda resgatando ativos esgotados. As estratégias de uso dos ativos por sua vez referem-se à forma que os indivíduos operacionalizam seu conjunto de ativos, como os utilizam de forma a enfrentar as mudanças estruturais do contexto em que vive.

Vale notar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 30).

Apesar dos avanços apontados pelos autores acima nos estudos sobre a vulnerabilidade social, e que tem influenciado as avaliações das políticas sociais, a influência de matrizes teóricas como a do capital humano revela contradições na própria abordagem do tema. Percebe-se que a superação da situação de vulnerabilidade social não se faz presente na lógica analítica que se pauta em aspectos conjunturais, posto que a mesma despreza questões estruturais inerentes a organização capitalista. E mais,

Atribui-se a vulnerabilidade a alguém, logo ao invés de se analisar a vulnerabilidade passa-se a olhar para o sujeito vulnerável. Neste sentido [esta concepção] se dá numa lógica de submissão do sujeito à essa condição, podendo assumir o caráter pejorativo e reducionista, portanto o enfrentamento pode se dar numa perspectiva de culpabilização, numa perspectiva estigmatizante (MONTEIRO, 2011, p. 37).

Neste entendimento que atribui ao indivíduo a responsabilidade de desenvolvimento e aproveitamento de ativos, retira-se das estruturas produtoras das vulnerabilidades a responsabilidade pela situação de desigualdade social, característica do capitalismo. Monteiro (2011, p. 37) ainda acrescenta que

Embora a essa concepção se dê numa perspectiva mais ampliada, na medida em que considera elementos da realidade social como condicionantes do processo também sustenta-se numa perspectiva relacional e conjuntural. Portanto, a concepção de vulnerabilidade não considera o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematiza a superação das suas contradições, na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais. Logo, toda a possibilidade de enfrentamento se dá dentro desta lógica, sem confrontar seus condicionantes. Embora aponte possibilidades de contribuir com o enfrentamento dos determinantes dos elementos que condicionam a vulnerabilidade, apontam para o fortalecimento das potencialidades, empoderamento dos sujeitos, desenvolvimento das capacidades, ou seja, numa lógica paliativa, atrelada aos sujeitos e não à estrutura social.

Na mesma direção de Monteiro (2001), as análises desenvolvidas por Pereira (2012) nos ajudam a compreender o pano de fundo que sustenta a defesa do desenvolvimento de ativos por autores como Moser, pois desta lógica advém a da ativação dos indivíduos para o trabalho (ressalte-se mais uma vez, precário), bem como a autorresponsabilização dos indivíduos pelo seu fracasso. Neste interim, as análises empreendidas por Monteiro (2011) e Pereira (2012) ganham maior relevo na análise de políticas sociais nos chamados países emergentes como o Brasil, onde nas últimas décadas políticas de enfrentamento à vulnerabilidade tem se configurado como carros-chefes das políticas públicas no país, a exemplo dos programas de renda mínima sobre os quais abordaremos a seguir.

2.4. RENDA MÍNIMA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: CONCEPÇÕES E AÇÕES A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2012),

A ideia de Programas de Transferência de Renda passa a integrar a agenda pública brasileira a partir de 1991, quando é apresentado e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei de autoria do senador petista Eduardo Suplicy, propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, destinado a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade que auferissem uma renda que corresponda, a cerca de três salários mínimos (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 16).

Embora os atuais programas de transferência de renda tenham origem na década de 1990, os processos iniciais de constituição de um sistema de proteção no Brasil remetem às décadas de 1930 e 1940, quando ocorre aceleração do processo de desenvolvimento

econômico e industrial no país. Verificamos também neste momento um reordenamento do papel do Estado que passa a assumir, mais extensivamente, a regulação ou provisão direta da educação, saúde, previdência, dentre outros (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 25). Em que pesem as relações entre Estado e mercado, identificamos neste momento a existência de uma solidariedade social, em que o Estado assume o papel de promotor da comunidade de interesses e de responsável pela promoção do bem-estar social. Ainda verificamos a existência de uma concepção de cidadania forjada na obtenção de benefícios sociais vistos como “concessão”. Concepção esta que será questionada no processo de redemocratização e abertura política, de um processo que culmina em uma “ampliação da concepção de cidadania” (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 26).

Apesar das conquistas em termos de direitos sociais na primeira metade do século XX, quando era responsabilidade do Estado garantir ao cidadão a oportunidade de acesso gratuito a certos serviços e prestação de benefícios mínimos para todos (FALEIROS, 1986), as transformações ocorridas nas últimas décadas do século passado, especialmente as que inserem o Brasil no contexto das políticas neoliberais, a partir da ideia de ajuste econômico, provocou retrocesso para a vida dos trabalhadores. Neste contexto percebemos o Estado brasileiro orientando sua atuação nos parâmetros do projeto neoliberal.

Se a partir da década de 1930 percebemos o Estado assumindo o papel de promotor de serviços sociais, no final do século XX, verificamos sua inversão.

Em última análise, nos anos 1990, assistiu-se a um verdadeiro desmonte do Sistema Brasileiro de Proteção Social que parecia apontar, a partir dos anos 1980, em direção à universalização dos direitos sociais básicos, evidenciando retrocessos nas ofertas de serviços, mesmo nas áreas sociais básicas. Nesse contexto, o movimento rumo à universalização dos direitos sociais cede lugar ao que passou a ser considerado como um movimento de focalização, todavia longe de significar uma discriminação positiva em direção aos seguimentos mais pobres da população brasileira (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 29).

As aspirações advindas do *Welfare State*, não mais davam conta das questões sociais que estavam postas diante do agravamento das contradições inerentes às relações entre Estado e capitalismo. Os programas sociais, como não são imunes às relações econômicas, passam então a sofrer modificações. Neste contexto os programas de transferência de renda apresentam-se como possibilidades para o enfrentamento do desemprego e da pobreza.

No Brasil, precisamente na década de 1980, a ampliação dos debates acerca dos Programas de Transferência de Renda tem grande relação com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e enfrentamento do desemprego também. As transformações tecnológicas percebidas aí influenciaram sobremaneira as formas de organização do trabalho colocando em situação de fragilidade grandes massas de trabalhadores, especialmente nos países de

economia em desenvolvimento. As tensões advindas desses movimentos, como em outros contextos, trouxeram para a ordem do dia o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento desse cenário, inclusive no plano social.

No debate sobre as experiências de transferência de renda no Brasil, Silva, Yazbek e Giovanni (2012) identificam a possibilidade de existência de pelo menos duas orientações.

a) Transferência de renda enquanto programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos liberais/neoliberais, mantenedores dos interesses do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivos garantir a autonomia do indivíduo como consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza; b) Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da cidadania universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos. Nesse caso, o objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos que necessitam do benefício ou os cidadãos em geral, visando à garantia de uma vida para todos. O impacto desejado é a inclusão social (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 42).

As duas orientações destacadas acima são importantes para entendermos o Programa Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do Brasil em termos de alcance, pois partem de diferentes projetos de sociedade em disputa. Embora nas origens das primeiras propostas de Programas de Renda Mínima no Brasil se colocasse como bandeira de defesa para o enfrentamento e extinção da pobreza, como a de Antônio Maria da Silveira⁹, em 1975 (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012).

No contexto dessas políticas, a primeira proposta de amplitude nacional aprovada pelo Senado Federal, de autoria do senador Eduardo Suplicy, que defendia um Programa de Renda Mínima, foi aprovado pelo Senado Federal - Projeto de Lei nº 80/1991 – mas substituída pela proposta de autoria do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) que foi aprovada no Senado (Lei nº 9533, de 10 de dezembro de 1997) e sancionada pelo Presidente da República em 2 de junho de 1998 por meio do decreto nº 2.609.

O projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso era fruto do próprio projeto

⁹ De acordo com SILVA; YAZBEK e GIOVANNI (2012, p. 97), em 1975, Antônio Maria da Silveira, publicou na Revista Brasileira de Economia, o artigo “Redistribuição de Renda” no qual argumentava que a economia brasileira, conforme estruturada, não atendia às necessidades de sobrevivência de todos, mesmo os que se encontravam inseridos no mercado de trabalho, não se verificando uma relação adequada entre crescimento econômico e bem-estar. Defendia então que uma efetiva extinção da pobreza exigia uma intervenção governamental, apresentando uma proposta fundamentada no Imposto de Renda Negativo, tendo em vista a redução da pobreza.

dominante de sociedade em curso no Brasil, visto que a proposta de Marchezan não deixava claro de qual lado estava se progressista ou liberal.

A própria concepção de pobreza destes programas demarcava o projeto de sociedade que estava a servir, visto que entendia que a superação da pobreza seria alcançada por meio da estabilidade da moeda e do crescimento da economia. Este alinhamento das políticas sociais à política econômica constitui, por sinal, um dos problemas apontados por Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 119), visto que nesta relação, para ser legitimada, exige-se dos resultados das políticas retornos econômicos.

Assim como a primeira proposta nacional sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, as experiências municipais de Políticas de Transferência de Renda - PTR - no Brasil tiveram sua orientação ideológica influenciada por pressupostos neoliberais.

No Brasil, a inspiração de muitos programas, sobretudo os de iniciativa de municípios, iniciados em 1995, se originaram de propostas de políticos do Partido dos Trabalhadores, procurando orientar-se por uma perspectiva rumo à redistribuição da riqueza socialmente produzida. Todavia, a ampliação dessas propostas e a formulação de programas nacionais de grande abrangência, com aparente consenso entre políticos de diferentes orientações ideológicas, parecem vir direcionando as experiências para uma perspectiva orientada por pressupostos liberais/neoliberais (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 44).

Embora os diversos programas municipais apontem pontos de divergências, alguns elementos serviram de justificativa para sua aprovação e posterior implementação, como é o caso da focalização na extrema pobreza (característico da primeira orientação dos programas de transferência de renda indicadas acima) bem como da exigência de contrapartidas, dentre elas a obrigatoriedade de manter crianças na escola a exemplo do Programa Bolsa Familiar para a Educação e o Programa Poupança-Escola do Governo de Brasília-DF, de autoria de Cristóvão Buarque, bem como do próprio Programa aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998, denominado Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação, conhecido como Bolsa Escola, sobre o qual falaremos a seguir.

2.5. DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA AO BOLSA FAMÍLIA: CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS FOCALIZADAS

Dentro do contexto do surgimento e expansão dos Programas de Transferência de Renda no Brasil discutiremos nesta subseção as características dos programas nacionais –

Programa Nacional de Bolsa Escola e o Programa Bolsa Família –, sua consolidação e avaliações, sem perder de vista as concepções políticas que movimentam estes programas.

No ano de 2001, em substituição ao Programa de Garantia de Renda Mínima para toda criança na escola – PGRM (orientado para apoio a iniciativas dos municípios que apresentassem renda familiar per capita inferior às respectivas médias estaduais), o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei 10.219, de 11 de abril de 2001 (BRASIL, 2001), regulamentada pelo Decreto nº 3.823, de 28 de maio de 2001 (BRASIL, 2001a), sob a denominação Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola". Esta lei faz parte do processo que vinha se desenvolvendo no país de combate à pobreza por meio da transferência de renda às populações que se encontravam na faixa da extrema pobreza. O artigo 1º do Decreto 3.823/2001 deixa claro a focalização do Programa nas famílias que faziam parte do que consideravam extrema pobreza: “É fixado em R\$ 90,00 o valor máximo de renda familiar *per capita* para fins de participação financeira da União em programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas instituídos por Municípios, que atendam ao disposto neste Decreto”.

Os procedimentos de execução do Programa Bolsa Escola encontravam-se no âmbito do Ministério da Educação, o qual poderia contar (e contou), no processo de operacionalização do mesmo, com o apoio técnico de outros órgãos da Administração Pública Federal, a exemplo da Caixa Econômica Federal, a quem competia, dentre outros compromissos:

- I - o fornecimento da infraestrutura necessária à organização e manutenção do Cadastro Nacional de Beneficiários;
- II - o desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados;
- III - a organização e operação da logística de pagamento dos benefícios;
- e
- IV - a elaboração dos relatórios necessários ao acompanhamento, à avaliação e à auditoria da execução do Programa Bolsa Escola por parte do Ministério da Educação (BRASIL, 2001a).

Em que pese a articulação do Ministério da Educação com outros Órgãos, a implementação do Programa Bolsa Escola estava circunscrito àquele Ministério, demarcando em primeiro plano a vinculação da transferência de valores monetários às ações socioeducativas, como se depreende do seu artigo 2º:

A partir do exercício de 2001, a União apoiará programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas, que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

(...)

- III – incluam iniciativas que, diretamente ou em parceria com instituições da comunidade, incentivem e viabilizem a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar, por meio de ações socioeducativas de apoio aos trabalhos escolares, de

alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas (BRASIL, 2001a).

Embora o PBE estivesse circunscrito ao Ministério do Desenvolvimento Social, a lei 10219/2001 dialogava também com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, ao exigir como condição para adesão dos municípios o cumprimento do que dispõe o inciso V do artigo 11 desta, qual seja:

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996).

Não bastava aos municípios a declaração do cumprimento ao quanto ali estabelecido, mas sim a comprovação de cumprimento ao que dispõe a lei 9394/96. Se em um primeiro momento a adesão dos municípios brasileiros ao Programa mostrou-se efetivada por apenas 43 municípios (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012), principalmente por aqueles que já desenvolviam algum tipo de programa de transferência de renda, aos poucos muitos municípios passaram a aderir pelos diversos benefícios que os mesmos traziam às populações locais¹⁰. Como revela Valente (2003), em algumas cidades a renda obtida com os programas de transferência de renda era/é capaz de movimentar consideravelmente as economias locais.

O montante do dinheiro em circulação nesses municípios, antes inexistente, representa uma receita importante para o pequeno comércio. Pode potencializar, ainda, negociações vantajosas para o consumidor. Comerciantes de alguns municípios ofereciam crédito às mães ou responsáveis pelas crianças bolsistas (VALENTE, 2003, p. 167).

A participação no Programa Bolsa Escola garantia às famílias a percepção de um valor correspondente a R\$15,00 (quinze reais) por criança, limitado ao máximo de três crianças por família. Como dito anteriormente, para receber esses valores as famílias deveriam manter as crianças na escola e com frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) do calendário letivo, para os estudantes do ensino fundamental. Em vista das elevadas taxas de evasão escolar no Brasil, o Programa Bolsa Escola tinha por objetivos:

Possibilitar o acesso e a permanência de crianças pertencentes a camadas sociais tradicionalmente excluídas na escola; integrar as famílias ao processo educacional dos seus filhos; reduzir os custos decorrentes da evasão e repetência escolar; contribuir para o combate ao trabalho infantil; evitar a permanência de crianças na rua e contato com situações de risco pessoal e social; elevar a qualidade de vida de famílias de níveis de renda menores; recuperar a dignidade e autoestima das camadas excluídas da população, despertando a esperança no futuro dos filhos, o que significa a 'inclusão social pela via da educação' (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 120).

¹⁰ De acordo com Silva; Yazbek e Giovanni (2012) em 2001 foram credenciados 5.470 dos 5.561 municípios brasileiros, tendo alcançado cerca de 8,5 milhões de crianças.

Além dos objetivos acima, os idealizadores do Programa almejavam os seguintes impactos: “universalização do ensino fundamental; redução da evasão e repetência escolar; ampliação do horizonte econômico, cultural e social da população que se encontra abaixo da linha de pobreza; desenvolvimento da cidadania e dinamização das economias locais” (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 120).

Examinando os objetivos, bem como os impactos pretendidos, depreende-se que embora o PBE tivesse como pano de fundo a transferência dos recursos monetários às famílias, ao pretender a inclusão social pela via da educação o Programa se depara com um antigo paradoxo que envolve os debates educacionais desde o início do século XX. Isto é, voltava a reiterar as interpretações que atribuíam a educação o poder de transformar a realidade brasileira, sem, contudo, problematizar a própria ordem social e as relações de poder em jogo. Tal concepção funda-se na chamada educação compensatória, segundo a qual a função básica da educação é equalização social. Nesta compreensão, “para que a escola cumpra sua função equalizadora é necessário compensar as deficiências cuja persistência acaba sistematicamente por neutralizar a eficácia da ação pedagógica” (SAVIANI, 1999, p. 43).

Retomando os objetivos do PBE acima elencados, podemos verificar que se atribui à educação o papel de correção de problemas que não fazem parte de sua competência, distorcem o seu fim. Neste sentido, a educação sendo entendida como instrumento de equalização social, de correção de distorções sociais, encobre a estrutura complexa e contraditória de nossa sociedade da qual aquela, longe de constituir-se harmônica, contribui para a reprodução da concepção de sociedade na qual está inserida.

Com o PBE, mais uma vez emerge essa interpretação minimalista ao estabelecer a exigência da frequência dos beneficiários à escola sem o desenvolvimento paralelo de ações que promovessem alterações na própria estrutura das escolas, e mais ainda, difundiu-se a ideia de que aquela era uma estratégia eficiente de combate a pobreza e promoção da universalização da educação.

Não obstante o PBE tenha apresentado a maior dimensão quantitativa dos programas de transferência de renda até então (em termos de crianças e famílias atendidas), algumas críticas foram lançadas tanto aos seus objetivos bem como aos impactos desejados. Segundo Silva; Yazbek e Giovanni (2012) e Valente (2003) a universalização no atendimento às famílias poderia ser alcançada não fossem os limites postos pela fixação de cotas para cada município, o que impediu o Programa alcançar todo o público pretendido. Quanto à ampliação

do horizonte econômico, Silva; Yazbek e Giovanni (2012) consideram ser o valor transferido irrisório para produzir o impacto pretendido diante da situação de carência das famílias beneficiárias. Valente (2003), por outro lado, afirma que para aquelas famílias que conviviam com uma renda per capita de até noventa reais, o valor recebido contribui decisivamente para o orçamento mensal.

Embora o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Escola tenha inaugurado um processo de estratégias no combate à pobreza em âmbito nacional, o mesmo não prosperou, sendo substituído já nos anos iniciais do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo Programa Bolsa Família.

Considerado como um dos principais instrumentos dos últimos governos no combate a fome e a miséria no Brasil, o Programa Bolsa Família teve sua origem no Programa Nacional de Bolsa Escola. Ao sancionar a Lei 10836, de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o presidente Luís Inácio Lula da Silva instituiu o Programa Bolsa Família, unificando os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n° 2.206-1, de 06 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n° 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n° 3.877, de 24 de julho de 2001.

Os programas que até então eram executados isoladamente foram unificados, incorporando gradativamente os beneficiários dos programas remanescentes. De acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, dentre os principais objetivos do Programa Bolsa Família, destacam-se:

- Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Combater a pobreza (BRASIL, 2004).

Como se pode deprender dos objetivos acima, o PBF visa o acesso a serviços sociais básicos como saúde e educação, além do combate à fome, a pobreza e a extrema pobreza. O estabelecimento de objetivos como promover acesso à educação e saúde denota a tentativa do governo corrigir distorções historicamente produzidas em nosso país. Por outro lado, coloca-se novamente a questão da qualidade dos serviços prestados não apenas aos beneficiários, mas

à população brasileira como um todo. O combate à fome e à pobreza constitui campo de debates em diversos trabalhos (LAZANI, 2011; SILVA, 2008; GUIMARÃES, 2010; BICHIR, 2010), principalmente no tocante à capacidade do valor repassado prover as necessidades alimentares de seus beneficiários. Quanto à emancipação sustentada, alguns questionamentos serão lançados mais adiante, visto que tal objetivo para se efetivar depende da configuração integrada de diversos direitos sociais, como o educacional.

Tendo em vista a focalização nas unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza, o Programa possui os seguintes tipos de benefícios financeiros:

- I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;
- II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;
- III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família;
- IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:
 - a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade; e
 - b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita (BRASIL, 2004).

Diante dos tipos de benefícios ofertados verifica-se que a maior parte dos recursos é destinada àquelas famílias que possuam crianças e adolescentes. Embora privilegie estas famílias, também podem ser beneficiadas as que, mesmo não possuindo crianças, encontrem-se em situação de vulnerabilidade social. Dentre os grupos beneficiados pelo Programa, para o presente trabalho interessam apenas aqueles que possuam crianças e adolescentes e que estas estejam frequentando a escola.

Para a concessão e manutenção do benefício as famílias precisam atender algumas exigências, a exemplo do cumprimento das condicionalidades, concernentes à frequência escolar estabelecida no percentual de 75% e 85%. Embora o artigo 3º da Lei 10.836/2004 tenha por exigência frequência escolar mínima de 85%, a mesma diz respeito apenas aos estudantes de 06 a 15 anos. A frequência mensal mínima de 75% é devida apenas aos estudantes de 16 a 17 anos, conforme se depreende do site do Ministério do Desenvolvimento Social:

“Todas as crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%” (BRASIL, 2013a).

Apesar de algumas semelhanças com o conceito de renda universal, o PBF apresenta grandes diferenças em relação àquele, principalmente pelo fato de ser estruturado em condicionalidades, limitado por prazos de permanência e ainda por cima justificado pelo governo como um auxílio aos mais pobres, caracterizando sua focalização. As condicionalidades estão focalizadas nas áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social, conforme se apreende tanto do artigo 3º da Lei do Bolsa Família como do próprio site do Ministério do Desenvolvimento Social.

De acordo com o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004a), que regulamenta o PBF, as condicionalidades previstas na lei representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios. Estas, segundo o decreto, visam estimulá-las a exercer o direito de acesso às políticas públicas, promover a melhoria das condições de vida da população, além de identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito (BRASIL, 2004a). Para que as contrapartidas sejam cumpridas, o mesmo decreto incumbe às diversas esferas do governo a oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

A Lei do PBF criou ainda um órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, que, dentre outras funções tem por finalidade apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. É também este Conselho o responsável por supervisionar o cumprimento das condicionalidades, incluindo nestas a Educação.

3. BOLSA FAMÍLIA E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS: CONDICIONALIDADES E ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

No presente capítulo problematizamos algumas concepções de educação assim como perspectivas de emancipação do Programa Bolsa Família para, em seguida, identificar e analisar as formas de operacionalização, controle e acompanhamento dos objetivos e diretrizes deste, especialmente com relação a condicionalidade educação

3.1. AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO DO PBF

Como visto no capítulo anterior, o Programa Bolsa Família assenta-se no cumprimento de algumas condições para recebimento e manutenção do benefício. Dentre as condições exigidas destacamos a educação como condicionalidade. Tendo em vista que a emancipação das famílias beneficiárias não se processa apenas com a transferência de recursos financeiros, a educação passa a ser justificada como importante instrumento nesse processo¹¹. Essa injunção nos convida a pensar, para além da concepção do PBF, a sua concepção de educação, assim como de emancipação.

De acordo com o artigo 4º da lei 10836/2004, cabe ao Conselho Gestor, dentre outros objetivos, apoiar iniciativas para a instituição de políticas que promovam a emancipação das famílias beneficiárias.

Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo (BRASIL, 2004).

¹¹ Exemplo disto pode ser verificado no site desenvolvido em comemoração aos dez anos do Programa Bolsa Família onde, dentre outros pontos considerados positivos pela coordenação do programa localizamos: “Nos últimos anos, o país superou as dificuldades para ampliar o acesso de suas crianças ao ensino. O Bolsa Família foi desenvolvido para garantir não apenas o direito de todas as crianças à educação, mas sua permanência na escola para que tenham um futuro melhor, rompendo o ciclo da pobreza que, no passado, marcou gerações de famílias”. Disponível em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>. Acesso em: 13 de jun. de 2014.

Assim, a emancipação das famílias constitui um dos objetivos principais do Programa como pode ser verificado no art. 4º do Decreto que o regulamenta (BRASIL, 2004a), o qual foi citado no capítulo anterior. Ressalte-se que o art. 12 do referido decreto anuncia a possibilidade de realização de acordos de cooperação a serem celebrados entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo como objeto programas e políticas sociais orientadas ao público beneficiário do Programa Bolsa Família. Entre os objetivos de tais acordos encontra-se a promoção da emancipação *sustentada* das famílias beneficiárias sem, entretanto, anunciar o que entende por esta. Entretanto, na busca do que o PBF entende por emancipação, localizamos no art. 26 os instrumentos a serem utilizados para o alcance daquela:

Art. 26. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome incentivará a inserção financeira das famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal pelo acesso a serviços financeiros oferecidos pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, em condições adequadas ao seu perfil.

Parágrafo único. A inserção financeira de que trata o *caput* e sua operacionalização serão objeto de acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Caixa Econômica Federal ou outra instituição financeira, que deverá contemplar:

I - oferta de instrumentos financeiros capazes de contribuir para a promoção da emancipação econômico-financeira das famílias de que trata o *caput*, respeitando-se a capacidade de comprometimento financeiro dos cadastrados (BRASIL, 2004a).

Como se infere do artigo supracitado, a emancipação pretendida diz respeito a *inserção financeira* das famílias por meio de acordos estabelecidos entre o MDS e a CEF, tratando-se, neste caso, de emancipação econômico-financeira, a qual encontra limites na própria lógica de funcionamento do mercado. A compreensão do que esta vem a ser pode ser localizada também na publicidade feita pelo MDS dos casos de beneficiários que deixaram o Programa para “caminhar com as próprias pernas”¹². A autonomia e independência alcançada pelos ex-beneficiários se configuram pela inserção produtiva no mercado de trabalho, típico do *workfare*, sobre o qual falamos anteriormente.

No entanto, para além da promoção da emancipação econômica e financeira (que promove, além do afastamento do Estado de suas obrigações em termos de garantias dos direitos constitucionais, o individualismo), compreendemos emancipação como um processo de libertação. Emancipação que não liberta não cumpre o seu papel primordial. Entretanto, tal liberdade não se encerra numa liberdade liberal que no lugar de emancipar, aprisiona, visto que “estar livre no liberalismo significa ter permissão para fazer aquilo que se deseja desde que se obedeça a certas regras. Tais regras, por sua vez, referem-se às de mercado que

¹² Como se pode verificar em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/33276>. Acesso em 13 de jun. de 2014.

independem da ação dos homens” (PARO, 2001, p. 15). Tal concepção funda-se no pressuposto de que a liberdade é intrínseca ao ser humano, posto que é natural. Situada no âmbito do natural essa noção de liberdade acaba por favorecer as concepções conformistas diante da realidade. Dessa forma, vive-se uma liberdade forjada por e para um modo de vida em que o estar livre circunscreve-se à lógica dominadora do capitalismo e onde existe dominação inexistente liberdade.

Compreendemos que a liberdade enquanto emancipação humana cumpre papel fundamental na medida em que possibilita ao homem a construção e transformação de sua história. O ser emancipado tem condições de decidir sobre sua história, além de que “o homem tem capacidade de discernir o que é e o que não é bom. Cria valores. A verdadeira liberdade consiste no poder discernir” (PARO, 2001, p. 15).

No processo de libertação, de alcance de uma condição emancipada, a educação desempenha papel fundamental, não como salvadora e redentora da humanidade como as concepções não críticas da educação¹³ defendem, mas enquanto processo de construção e constituição de consciências livres a qual perpassa pela apropriação e produção do conhecimento socialmente produzido. Entretanto, em nossa sociedade brasileira o acesso à educação constituiu-se, por muito tempo, um direito historicamente negado.

Dermeval Saviani (2002), ao articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade brasileira, denunciou o problema referente ao alto número de crianças que se encontram marginalizadas das escolas. O descaso com o direito à educação aparece então como uma constante na história do Brasil, podendo ser verificado desde o momento de nossa formação como país independente, como identificou o próprio Saviani.

Com a dissolução da Assembleia Constituinte D. Pedro I outorgou, em 1824, a primeira Constituição do Império do Brasil que se limitou a afirmar no inciso 32, do último artigo (179), do último Título (VIII) que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. (SAVIANI, 2002, p. 274).

Como se verifica, a importância que se dava à educação no processo de formação de nossa sociedade enquanto país independente de Portugal se resumia ao último artigo da primeira Constituição do Brasil. Vale lembrar que à época era comum as famílias que compunham as elites brasileiras enviarem seus filhos para estudar em escolas europeias.

Assim como aquela Constituição (diga-se de passagem, outorgada), diversas outras leis foram criadas revelando concepções de educação representativas das camadas sociais que as fomentavam. O descompasso educacional brasileiro, que ao longo da história do Brasil tem

¹³ Ver Saviani (1999).

servido aos interesses de determinados grupos, perturba e incomoda aqueles que, comprometidos com um ideal de educação voltada aos interesses dos grupos aos quais foi negado o acesso, lutam e pressionam o Estado num jogo de forças em prol da elaboração e implementação de políticas capazes de corrigir as distorções que por anos privilegiou alguns poucos em detrimento de muitos outros.

Partindo da compreensão deste descompasso existente no Brasil, da oferta de determinado ensino para as elites e outro para a população pobre, alguns autores tem analisado a educação enquanto condicionalidade, apontando os aspectos positivos e negativos desta relação.

Percebendo a contribuição do PBF em termos de acesso à educação, Silva (2008), considera a potencialidade desses programas para criação de condições de forma progressiva e em longo prazo, de inclusão das futuras gerações de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias à escola. Entretanto, adverte que o alcance dessa intencionalidade requer mudanças no sistema educacional, não só com o acesso, mas também com melhoria do ensino.

Rodrigo Lazani (2011, p. 94), por sua vez, entende que se o Estado tem por dever o fornecimento de direitos sociais básicos como educação “não se pode dizer que uma criança não frequenta uma escola porque sua família é muito pobre, mas sim porque essa escola simplesmente não existe”. O autor estabelece relação com estudos que apontam para a inexistência de uma correlação clara entre escolarização de qualidade e programas de transferência de renda. Para ele,

O próprio eixo central que qualifica os Programas de Transferência de Renda no Brasil – articulação da transferência monetária com a obrigatoriedade de frequência a escola – não é um aspecto pacífico e nem tão simples, posto que a obrigatoriedade de frequência à escola não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, alterar a pobreza (LAZANI, 2011, p. 94).

Aponta, então, como saída a expansão, democratização e melhoria dos sistemas educacionais estaduais e municipais. Depreende-se deste pressuposto, que não basta à criança estar matriculada e frequentando a escola, o ensino precisa ser de boa qualidade. Por fim, a partir de estudo divulgado pelo IPEA, o autor acredita que não é possível relacionar diretamente o PBF com desempenho escolar. O estudo analisado por Lazani (2011) constatou, a partir das primeiras avaliações de indicadores escolares dos recipientes do Bolsa Família, que, a despeito do aumento da frequência escolar, o desempenho escolar dessas crianças é mais baixo do que o de crianças que estão fora do Programa.

Fahel, França e Moraes (2011) por sua vez, ao empreenderem análise sobre os impactos do PBF sobre a matrícula escolar de beneficiários entre 16 e 17 anos em Minas Gerais, observaram que se de um lado o Programa aumenta a matrícula escolar dos beneficiários, demonstrando efeito significativo na permanência dos beneficiários na escola, por outro “a frequência à escola não garante que o aluno aprenderá os conteúdos ensinados em sala de aula e conseguirá competir no mercado de trabalho por empregos mais qualificados e mais bem remunerados” (FAHEL, FRANÇA e MORAES, 2011, p. 05).

Em que pese a contribuição do estudo acima realizado, em especial a constatação da influência do Bolsa Família na elevação do número de matrículas no Estado de Minas Gerais, o que pode denotar a ampliação do acesso à educação naquele estado, além da correspondência entre a permanência e o aprendizado dos estudantes, a relação feita pelos autores entre frequência escolar e preparação para competir no mercado de trabalho revela uma compreensão da função da escola circunscrita a uma concepção de educação que se distancia do que se entende aqui por uma educação que vise a emancipação/libertação.

Neste sentido a análise de Galvão (2008) é enriquecedora. Segundo o autor, o exercício da cidadania plena sob o modo de produção burguês encontra severos limites e, portanto, a relação entre escolarização e acesso ao emprego não é uma verdade completa. Galvão então adverte que associar o desemprego à falta de formação escolar constitui-se numa falácia, visto que o mercado de trabalho possui seus próprios mecanismos de produção da desigualdade e da exclusão. “A difusão da educação como mola propulsora para o progresso e para a cidadania, está sendo usada, arditamente, para ocultar as verdadeiras razões da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil” (GALVÃO, 2008, p. 04). As afirmações de Galvão são pertinentes no sentido de que o problema do emprego, ou melhor, do desemprego, se coloca além dos limites da escola, não cabendo, portanto, a esta a solução da falta de emprego.

A exemplo de Paro (2001), as reflexões de Galvão (2008) podem ser ampliadas para a compreensão da própria natureza da educação. Sua concepção pautada na preparação para o trabalho contradiz o caráter educativo e demarca sua filiação ao capitalismo que, ao apropriar-se do trabalho alienado, aniquila o ser humano enquanto sujeito. A relação estabelecida entre educação e mercado de trabalho constitui uma das críticas feitas por Vítor Henrique Paro (2001) no que concerne à confusão que se faz em relação a que a educação se destina.

Elencando aspectos que nomeia de equívocos da função da escola, o autor destaca: 1º) a existência entre boa parte dos educadores da crença de que a escola só ganha status de

preocupação nacional se contribuir com algum retorno para o sistema econômico. Discordando de tal posicionamento, compreende que a escola deve ser importante acima de tudo como a realização de um direito de usufruir de um patrimônio construído pela humanidade (PARO, 2001); 2º) a utilização da educação (em termos de falta de acesso ou da falta de qualidade) como justificativa para a falta de ascensão social, o que considera ser uma falácia visto que a escola não pode criar as vagas de emprego que o sistema produtivo não conseguiu criar (PARO, 2001); e, 3º) diz respeito à dependência que o sistema produtivo teria de um grande contingente de profissionais com formação acadêmica cada vez maior e cada vez mais atualizada. Para o autor esta não se constitui uma das funções primordiais da escola, visto que a educação tem tarefa primordial de preparar para a cidadania, além de que os profissionais com qualificação superior sempre se constituiu minoria diante da grande massa de trabalhadores do sistema capitalista. Desta forma, concordamos com o autor quando constata que servir ao capital tem sido o grande erro da escola básica.

Ao contrário, a escola deveria promover uma educação crítica, de tal forma que os educandos fossem instrumentalizados intelectualmente para a superação da atual organização social que favorece o trabalho alienado [...] não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele. (PARO, 2001, p. 24).

Muitos educadores acabam por assimilar a concepção da educação a partir da lógica da preparação para o mercado de trabalho. Justificá-la como instrumento de desenvolvimento econômico, numa concepção salvacionista, ou como necessária à ascensão social, tira o foco de sua função maior. Permanecer presa a esta concepção faz com que a própria escola contribua com a reprodução das estruturas de exploração e dominação vigentes em nossa atual forma de organização social. Diferente disto, Paro (2001) compreende a educação como um processo de atualização histórica de cada indivíduo, sendo o educador o mediador que serve de guia para o mundo da criação humana. Neste sentido, assim como Silva (2007a), compreendemos que a educação “em sua unidade dialética com a totalidade é um processo que conjuga apropriação e reelaboração de saberes que constituem herança socialmente produzida e cujas marcas são as aspirações e necessidades dos seres humanos no contexto de sua situação histórico-social” (SILVA, 2007a, p. 32).

Em face das concepções de educação em disputa e das interpretações que o PBF vem polarizando, é fundamental empreender o movimento de se aproximar das escolas e dos seus beneficiários e perscrutar, para além das estatísticas, se e como o Programa tem efeitos na vida das pessoas.

Diante do quanto exposto, o Bolsa Família, como programa de renda mínima, vem se constituindo uma das políticas sociais de maior visibilidade no cenário nacional. Como parte

de um conjunto de estratégias desenvolvidas pelo governo brasileiro na tentativa de amenizar os efeitos causados pela pobreza, alia serviços sociais básicos como educação e saúde visando constituir política de redução das desigualdades sociais que assolam o nosso país desde o período colonial, como vimos na seção 2.2.

Desta forma, localizamos o PBF, de acordo com o Decreto 5209/2004, como parte dos instrumentos que dão corpo à política de promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social. Sendo assim, passamos a analisar a seguir os mecanismos de gestão do acompanhamento da educação enquanto condição de permanência de seus beneficiários.

3.2. GESTÃO DO ACOMPANHAMENTO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO

A gestão do acompanhamento das condicionalidades na área da educação é de responsabilidade do Ministério da Educação – MEC – e realizado por profissionais da educação em todos os municípios do país e dos estados (os burocratas, como diria Palumbo), com o apoio e parceria da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC/MDS, responsável pela implementação da Política Nacional de Renda de Cidadania. No caso da educação a gestão do acompanhamento do cumprimento desta condicionalidade tem sua visão voltada principalmente para a matrícula e a frequência escolar.

Em 17 de novembro de 2004, o Ministério da Educação publicou a Portaria Interministerial nº 3.789 (BRASIL, 2004b) estabelecendo atribuições e normas para o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade que compõem as famílias beneficiárias do PBF. As justificativas para as ações desenvolvidas pelo programa pautam-se, de acordo com a Portaria, na consideração de que

Constitui fundamento do Programa Bolsa Família a associação de transferência de renda ao direito básico de acesso à educação e permanência na escola; considerando que a concretização do direito à educação compreende responsabilidades tanto por parte do Estado quanto da sociedade e dos indivíduos, cabendo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o papel de oferecer os serviços básicos de educação, de forma digna e com qualidade, elemento fundamental para a inclusão social das famílias beneficiadas; considerando que a escola é um espaço de construção de conhecimento, formação humana e proteção social às crianças e adolescentes e que o baixo índice de frequência escolar é um dos indicadores de situação de risco que deve ser considerado na definição de políticas de proteção à família; considerando que há necessidade de interferir nos baixos índices de frequência e evasão escolar no ensino fundamental, que são relacionados com a situação socioeconômica e cultural das famílias, dentre outras situações que interferem no desenvolvimento integral do aluno (BRASIL, 2004b).

Das considerações que justificam a instituição da portaria depreende-se que ao associar a transferência de renda ao direito de acesso à educação e permanência na escola, se reconhece que embora a educação se constitua direito constitucional para todo brasileiro, o mesmo não vinha sendo acessado por grande parcela de nossa população (nem sempre por desinteresses desta), nem vinham sendo promovidos os meios necessários à permanência dos estudantes carentes. O PBF visou então, dentre suas justificativas, a promoção de meios que contribuíssem não apenas para o acesso à educação pela população beneficiada, mas também para a permanência dos estudantes na escola, de forma a reduzir as taxas de evasão escolar.

Ainda de acordo com a Portaria Interministerial nº 3.789, à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cabem não apenas o papel de oferecer os serviços básicos de educação, mas também que seja feito *de forma digna e com qualidade*, sendo a educação considerada *elemento fundamental para a inclusão social das famílias beneficiadas* (BRASIL, 2004b). Entretanto, como verificaremos adiante, a carência de investimentos na qualidade dos serviços prestados pela escola pública brasileira deixa esta cada vez mais longe da pretensa forma digna e de qualidade inserta na referida Portaria.

Ressalte-se que na referida Portaria a contribuição do Programa na redução da vulnerabilidade social dos beneficiários vincula-se à concepção da escola como espaço de construção de conhecimento, formação humana e de proteção social às crianças e adolescentes. No entanto, para que a escola seja um espaço que contribua para o desenvolvimento da cidadania e que a educação se configure como espaço de socialização do conhecimento e desenvolvimento de consciências críticas, faz-se necessário que os investimentos necessários ao seu funcionamento pleno sejam envidados.

De acordo com o documento, do baixo índice de frequência escolar bem como dos altos índices de evasão escolar, que o mesmo reconhece ter relação com a situação socioeconômica e cultural das famílias, decorreria então a necessidade de interferir, por meio do PBF, naqueles índices, em princípio no ensino fundamental (visto que atualmente seja estendido à educação básica). Desta forma, o artigo 1º da referida Portaria estabelece atribuições e normas para o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, comprometendo tanto o Poder Público quanto a família neste processo.

§ 1º Caberá ao Poder Público a oferta de serviços de educação com acompanhamento da frequência escolar dos alunos.

§ 2º Caberá às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família zelar pela frequência escolar em estabelecimento regular de ensino (BRASIL, 2004b).

Como se verifica, para o alcance dos objetivos em termos de frequência escolar comprometem-se tanto o Poder Público quanto a família. De acordo com a Portaria, ao Poder Público cabe a responsabilização na oferta dos serviços sociais. Por sua vez, as famílias que se desobrigarem do compromisso estabelecido no parágrafo segundo ficam sujeitas à suspensão do benefício ou até mesmo exclusão do Programa. Entretanto, para além das consequências em termos de permanência no Programa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) estabelece como responsabilidade solidária de pais ou responsáveis¹⁴, juntamente com a União, Estados e municípios, o zelo à frequência escolar dos estudantes como se depreende abaixo.

§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

[...]

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1996).

A frequência escolar a ser cumprida pelos estudantes beneficiários é estabelecida com base nos dias letivos do calendário escolar de cada sistema de ensino. Sendo assim,

§ 3º. A obtenção, pelos alunos, de índices mensais de frequência escolar inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) deverá ser avaliada pelo dirigente do estabelecimento de ensino, com vistas à comunicação aos pais ou responsáveis no sentido de restabelecer a frequência mínima e, conforme o caso, informar ao Conselho Tutelar para as medidas cabíveis (BRASIL, 2004b).

Ressalte-se que os percentuais da frequência acima são impostos aos estudantes do ensino fundamental, visto que aos estudantes do ensino médio a frequência mínima é de 75%, como salientado anteriormente. Esta frequência, apurada pelas unidades escolares a cada mês, deve ser consolidada bimestralmente conforme calendário agendado pelo Ministério da Educação, sendo registradas no sistema de frequência escolar – Sistema Presença – cujo acesso é permitido a profissionais previamente cadastrados, responsáveis pela veracidade das informações.

Constituem-se como principais objetivos deste sistema o monitoramento do cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, a responsabilização do poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis, além de identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior

¹⁴ Vale notar que a inserção da família neste processo pode ter efeito positivo, diante das transformações pelas quais as mesmas vêm passando ao longo dos anos diante dos rearranjos familiares face a necessidade de um número cada vez maior de seus membros prover o sustento familiar, ficando a atenção à educação dos filhos muitas vezes em segundo plano. Para além disto, as famílias que tradicionalmente tinham em sua composição a figura de pai, mãe e filhos vem sofrendo transformações que tem sobrecarregado a figura feminina como principal responsável pela manutenção do lar, como poderemos verificar na análise das entrevistas realizadas com mães de estudantes beneficiários no último capítulo. O quadro de mudanças na estrutura familiar e a importância de melhor compreensão destas transformações vêm estimulando estudos acerca das relações entre escola e família (FARIA FILHO, 2000).

vulnerabilidade, orientando as ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias (BRASIL, 2013b).

3.3. AVALIAÇÕES E CUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO

Algumas avaliações vêm sendo empreendidas pelo MDS bem como estudos acadêmicos vem se debruçando na análise e avaliação do cumprimento das condicionalidades pelos beneficiários. Em 2007 o Ministério do Desenvolvimento Social publicou um documento intitulado Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. A pesquisa, que entrevistou 15.426 famílias, foi realizada em 269 municípios de todas as regiões do país, tendo por objetivo analisar os efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias e sobre o bem-estar destas e de suas crianças (BRASIL, 2007).

Além dos impactos sobre os gastos totais, a pesquisa analisou também os componentes do consumo como alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde e demais despesas. Entretanto, para o que nos interessa destacaremos as análises concernentes aos efeitos sobre a educação. Neste sentido, a avaliação (BRASIL, 2007) se debruçou sobre os seguintes aspectos educacionais: frequência à escola, evasão, progressão e a alocação entre trabalho e estudo.

Ao estabelecer relações entre alunos beneficiários e não beneficiários a pesquisa constatou que estudantes beneficiários tiveram maior frequência à escola que estudantes não beneficiários nas regiões Sudeste/Sul e Nordeste (BRASIL, 2007, p. 13). Tal constatação corrobora com resultados de diversos outros estudos (BICHR, 2010; CASTRO, 2009; FAHEL, 2011; LAZANI, 2011; SILVA, 2007).

No que diz respeito à evasão, foi constatado que estudantes bolsistas vêm evadindo menos que estudantes não bolsistas, à exceção de estudantes do sexo masculino da região Norte/Centro Oeste.

Há uma diferença favorável aos beneficiários do Programa Bolsa Família relativamente às crianças em domicílios que não participam de nenhum programa, no Brasil como um todo e para os mais pobres na Região Nordeste. Diferenças positivas, que indicam uma maior evasão dos beneficiários do Programa Bolsa Família, foram observadas somente entre os homens da região Norte/Centro-Oeste, em relação ao grupo de beneficiários de outros programas (BRASIL, 2007, p. 14).

Embora a pesquisa tenha constatado maior evasão dos estudantes beneficiários em relação aos que não possuem o benefício na região Norte/Centro Oeste, não foram apontadas as razões que naquela região contribuíram para que aqueles estudantes evadissem mais que os

não beneficiários. Quanto à progressão no sistema de ensino somente entre as mulheres da região sudeste foi verificado resultado positivo em relação aos não beneficiários do Programa.

A maior parte dos diferenciais significativos do Programa Bolsa Família são negativos, indicando uma menor aprovação dos beneficiários desse programa, sobretudo em relação ao grupo de não-beneficiários. Da mesma forma, resultados em termos da proporção de reprovados entre 2004 e 2005 com diferenças negativas os quais sugerem um potencial efeito positivo, pela menor reprovação dos beneficiários, são identificados somente entre as mulheres da região Sul/Sudeste, em relação ao grupo de beneficiários de outros programas. A maior parte dos diferenciais significativos do Programa Bolsa Família possuem diferenças positivas, indicando uma maior reprovação dos beneficiários desse programa, principalmente em relação ao grupo de não-beneficiários (BRASIL, 2007, p. 14).

Como se verifica na avaliação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social, embora a frequência à escola tenha apontado efeitos positivos dos estudantes beneficiários do PBF em relação aos que não recebem o benefício, a progressão nos estudos não logrou sucesso pelo menos na comparação ali estabelecida, à exceção de estudantes do sexo feminino da região Sul/Sudeste do Brasil. Entretanto, cabem estudos que analisassem os motivos pelos quais houve maior aprovação no grupo de beneficiários do sexo feminino na região Sul/Sudeste do país em detrimento dos estudantes beneficiários do sexo masculino.

Vale salientar que embora oficialmente a condicionalidade educação se proponha a manter a frequência escolar dos estudantes beneficiários, a gestão do Programa vem sinalizando para aspectos mais amplos como o desempenho escolar dos estudantes beneficiários, o que figurou como um dos elementos de avaliação do MDS (BRASIL, 2007).

Em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social divulgou outro documento, dessa vez intitulado de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 2ª Rodada (BRASIL, 2012). Assim como a pesquisa publicada em 2007, esta comparou estudantes beneficiários dos não beneficiários em 269 municípios brasileiros divididos em três macrorregiões: Nordeste, Norte Urbano+Centro Oeste e Sul+Sudeste (BRASIL, 2012). Nesta rodada a pesquisa (BRASIL, 2012) tentou responder a duas questões: primeiro, se as famílias beneficiárias do PBF estão em melhores condições de vida em 2009 do que estavam em 2005 e, segundo, se isto ocorre por causa do PBF.

Entre os aspectos analisados pelo estudo desenvolvido pelo MDS foram avaliadas, dentre outras, as influências na moradia dos beneficiários, nas relações sociais comunitárias e na participação dos entrevistados em grupos e organizações sociais. Neste último aspecto “a pesquisa revelou que, com exceção da participação em grupos e atividades relacionados à igreja/religião, a adesão dos entrevistados nos demais tipos de organizações é muito pequena em ambas as rodadas” (BRASIL, 2012, p. 12). Desta forma, a participação em organizações sociais como sindicatos e até mesmo associações de bairros, importantes instrumentos de

organização social da comunidade, inclusive para a reivindicação de melhorias sociais, mostrou-se frágil, não demonstrando influências em termos de incentivo à organização comunitária.

No que se refere à qualidade dos serviços educacionais, a pesquisa avaliou cinco dimensões: matrícula, assiduidade dos professores, estrutura física, alunos por sala e atenção dada aos alunos (BRASIL, 2012). Com relação à frequência escolar

A avaliação de impacto propriamente dita, demonstra que a participação no Programa Bolsa Família tem efeito positivo sobre a educação de crianças e jovens apenas na região Nordeste. A frequência escolar de crianças de seis a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias foi 19,9 pontos percentuais ($p < 0,01$) maior em comparação com famílias não beneficiárias (BRASIL, 2012, p. 20).

Como se depreende do acima exposto a participação no Programa Bolsa Família tem efeito positivo sobre a educação de crianças e jovens *apenas na região Nordeste*, uma das regiões mais carentes economicamente. Embora a contribuição do PBF para a manutenção das crianças e adolescentes na escola tenha sido identificada em diversos estudos, o comparativo estabelecido pela pesquisa realizada pelo MDS merece melhores esclarecimentos acerca dos motivos do Programa não ter influenciado uma melhor frequência dos beneficiários em relação aos não beneficiários em outras regiões do país além da Nordeste.

Outros aspectos apreendidos pela avaliação feita pelo MDS evidenciaram que

As taxas de abandono escolar são bastante baixas até a idade de 13 anos, mas aumentam uniformemente dos 14 aos 17 anos de idade; as taxas de progressão escolar oscilam ligeiramente até os 13 anos, com queda a partir dos 14 até os 17 anos de idade; as taxas de reprovação escolar tem o pico aos sete anos de idade (correspondendo de forma evidente à repetição do 1º ano) diminuindo ligeiramente a seguir, mas permanecendo praticamente constantes para as idades maiores (BRASIL, 2012, p. 22).

As informações acima, no que diz respeito ao aumento das taxas de abandono entre os 14 e 17 anos, requerem melhor atenção aos implementadores do Programa por representar uma faixa etária em que muitos adolescentes buscam ocupações visando a inserção no mercado de trabalho, o que leva muitos a abandonar a escola ou mesmo migrar para o ensino noturno.

Se a primeira avaliação feita pelo MDS não verificou variação positiva entre beneficiários e não beneficiários das regiões pesquisadas (BRASIL, 2007), a última avaliação constatou que a progressão de ano para estudantes de 06 a 17 anos de famílias beneficiárias foi 6,0 pontos percentuais maior em comparação com crianças na mesma faixa etária em famílias não beneficiárias (BRASIL, 2012).

Em pesquisa realizada pelo Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - DASAGI (BRASIL, 2012a) em três municípios da região Nordeste

com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e com os gestores municipais do Programa, constatou-se que nos municípios investigados, o acesso à educação é visto como a única herança deixada pela família, como fator de mudança e de superação da história de exclusão vivenciada pelos pais (BRASIL, 2012a), revelando uma concepção salvacionista da educação por parte dos beneficiários pesquisados.

Entretanto,

No município de médio porte no CE e no município de pequeno porte no RN não foi identificada qualquer preocupação em relação à aprendizagem e ao rendimento escolar, sendo o foco das atenções, exclusivamente, a frequência à escola com vistas a atender as condicionalidades. Apenas no município de grande porte em PE observamos alguns casos de preocupação com o rendimento escolar e foi constante o questionamento em relação à qualidade do ensino dos filhos a partir da acirrada competição para ingressar na escola técnica e da defasagem de conhecimento dos jovens que precisam fazer cursinhos preparatórios para a seleção (BRASIL, 2012a, p. 09).

Na pesquisa realizada pelo DASAGI (BRASIL, 2012a), embora tenha verificado por parte dos beneficiários a educação como fator de mudança e superação da história de exclusão vivenciada pelos pais, pouca atenção a população pesquisada no município do Ceará deu à aprendizagem dos filhos, voltando a atenção apenas à frequência escolar dos mesmos como forma de cumprir as condicionalidades do Programa. Embora no município do estado de Pernambuco tenha-se verificado casos de preocupação com o rendimento escolar e à qualidade do ensino esta se mostrou voltada à preparação para acesso às escolas técnicas visando por certo inserção no mercado de trabalho. Ressalte-se ainda que a pesquisa constatou também que o significado que as famílias atribuem ao Programa se configura como ajuda e generosidade do governo e não como direito de cidadania (BRASIL, 2012a, p. 14).

Se nas avaliações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2007; BRASIL, 2012) a frequência dos beneficiários foi positiva o mesmo não se pode afirmar do desempenho escolar dos estudantes beneficiários do Programa nas mesmas avaliações. A seguir, analisamos o desempenho escolar dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, estabelecendo relação com estudantes não beneficiários em uma unidade escolar do município de Feira de Santana-Ba.

4. FEIRA DE SANTANA E O DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS

Se até aqui o estudo deu relevo aos aspectos conceituais e normativos que orientam o PBF, a partir de agora será acentuada a relação entre esses aspectos e os dados empíricos coletados. Para tanto situamos o município de Feira de Santana e a escola através da qual pudemos nos aproximar do desempenho escolar de estudantes beneficiários do PBF.

4.1. FEIRA DE SANTANA: A PRINCESINHA DO SERTÃO E O CENÁRIO DA POBREZA

Feira de Santana, segunda maior cidade do estado da Bahia, está localizada a 108 km da capital do estado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Feira de Santana possui população estimada em 606.139 habitantes. Considerada o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, o município, pela sua localização privilegiada, recebeu de Rui Barbosa, em uma visita à cidade em 1919, o título de “Princesa do Sertão”.

Figura1: Mapa localização Feira de Santana-Ba



Fonte: IBGE¹⁵

¹⁵ Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291080>>. Acesso em 09 de set. 2014.

Com área territorial de 1.337,993km² (IBGE)¹⁶, Feira de Santana possui oito distritos: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Matinha e Tiquarucu; limitando-se ao Norte com os municípios de Santa Bárbara e Santanópolis, ao Sul com Antônio Cardoso e São Gonçalo dos Campos, a Leste com o município de Coração de Maria e a Oeste com Anguera e Serra Preta¹⁷.

Segundo o Portal da Transparência do governo federal¹⁸, no ano de 2012, o município de Feira de Santana contava com 54.792 famílias beneficiárias, número por sinal superior a população de muitos municípios do estado da Bahia, sendo transferido naquele ano o valor correspondente a R\$72.259.222,00.

De acordo com o Atlas Brasil 2013 (PNUD, 2013), a renda média no município de Feira de Santana apresentou aumento entre os anos 1991 e 2010, passando de R\$317,02 para R\$662,24 no ano 2010. Da mesma forma, o estudo indica redução da extrema pobreza¹⁹ entre 1991 e o ano 2000, passando de 21,51% da população, para 5,38% respectivamente. Entretanto, o Índice de Gini²⁰ nas duas décadas avaliadas sofreu pouca redução, passando de 0,61 em 1991 para 0,60 no ano 2000, o que demarca a presença das desigualdades no município dentro do contexto brasileiro. Assim, o aumento identificado na renda média no município entre 1991 e 2010 deve ser percebido dentro na lógica de concentração de renda existente no Brasil.

Com relação à vulnerabilidade social, no ano de 2010 o município possuía 9,10% de crianças extremamente pobres e 39,42% da população encontravam-se vulneráveis à pobreza²¹. Vale notar que os índices analisados pelo PNUD no que diz respeito à vulnerabilidade social levam em consideração, além de aspectos relacionados a renda, saúde e educação dos indivíduos e famílias pesquisadas.

Quanto aos dados educacionais o município de Feira de Santana possuía no ano 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – de 0,460, saltando para 0,712 em 2010, ficando acima da média estadual (0,660) e abaixo da média nacional (0,727) (PNUD,

¹⁶ Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291080&search=bahia%7Cfeira-de-santana>. Acesso em 14 de mai. de 2014.

¹⁷ Fonte: site da prefeitura de Feira de Santana, disponível em < <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/cidade.asp> > Acesso em 14 de mai. de 2014.

¹⁸ Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em 14 de jun. de 2014.

¹⁹ Considerando-se a renda per capita inferior a R\$70,00 em agosto de 2010.

²⁰ O Índice de Gini consiste em um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda, apontando aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, vai de uma escala de 0 a 1, onde 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

²¹ Considerando-se os indivíduos com renda familiar per capita de R\$255,00 mensais em agosto de 2010 (PNUD, 2013).

2013). Lembrando que para o cálculo do IDH são utilizados três indicadores sociais: renda, longevidade e educação. Analisando separadamente, o IDHM no ano de 2010 para estes indicadores foi de 0,710; 0,820 e 0,619, respectivamente. Em todas as amostras realizadas pelo PNUD o índice da educacional do município esteve abaixo dos demais.

Outros dados sobre o índice educacional chamam a atenção, no ano de 2010, 46,67% dos jovens de 15 a 17 anos possuía o ensino fundamental completo e 34,99% dos jovens de 18 a 20 anos possuíam ensino médio completo, o que revela aspectos da distorção idade série do sistema educacional do município.

Segundo dados do IBGE o município possui, de acordo com o censo de 2012, 706 estabelecimentos de ensino, distribuídos de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 2: Feira de Santana: estabelecimentos de ensino por dependência administrativa e etapa da educação básica²² (2012)

| | Pré-Escolar | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Total |
|--------------|--------------------|---------------------------|---------------------|--------------|
| Municipal | 141 | 175 | 0 | |
| Estadual | 03 | 71 | 49 | |
| Federal | 0 | 0 | 01 | |
| Privada | 118 | 128 | 20 | |
| Total | 262 | 374 | 70 | 706 |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir de dados extraído do IBGE

Ainda de acordo com o IBGE, no ano de 2012, Feira de Santana obteve um volume expressivo de matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino, chegando à marca de 118.357 matrículas, distribuídas de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 3: Feira de Santana: matrículas por dependência administrativa (2012)

| | Pré-Escolar | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Total |
|--------------|--------------------|---------------------------|---------------------|----------------|
| Municipal | 7.342 | 32.089 | 0 | |
| Estadual | 195 | 31.445 | 17.896 | |
| Federal | 0 | 0 | 151 | |
| Privada | 6.513 | 19.668 | 3.058 | |
| Total | 14.050 | 83.202 | 21.105 | 118.357 |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir de dados extraído do IBGE

²² A nomeação das etapas da educação básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio) foi utilizada pelo autor com base na caracterização do IBGE, onde foram coletados os dados. Como se pode notar, essa divisão não abrange toda educação infantil, posto que não informa dados sobre a creche (0 a 3 anos), mas apenas a pré-escola (4 a 5 anos).

Como pudemos verificar nos quadros acima, o município de Feira de Santana apresentou no ano 2012 número expressivo tanto do quantitativo de estabelecimentos de ensino, quanto de matrículas. A seguir aproximaremos o olhar para a unidade de ensino onde foram coletados os dados dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

4.2. A ESCOLA E OS INDICADORES EDUCACIONAIS: INTERFACES COM O CENÁRIO MUNICIPAL

Como ressalta Triviños (1987), as interpretações dos resultados da pesquisa qualitativa emergem enquanto a totalidade de uma investigação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Neste sentido, o campo de pesquisa insere-se no contexto educacional brasileiro e como tal possui traços que, para além de constituírem-se exceção, dizem respeito a um todo característico da realidade educacional brasileira.

A unidade de ensino pesquisada, cujo nome fictício adotado para o presente trabalho é Caminho das Letras, faz parte da rede estadual de ensino do Estado da Bahia e localiza-se em um bairro periférico do município de Feira de Santana-Ba. Com oito salas de aula, a unidade escolar é composta por uma biblioteca (adaptada à sala de vídeo), um laboratório de informática (cujo acesso se dá pela biblioteca/sala de vídeo), um refeitório, contando, em 2012, com um quadro de 24 professores, sendo que destes 21 são efetivos e 23 do total possuem formação em nível superior. O público estudantil da unidade de ensino é composto em sua maioria por estudantes de famílias pobres de bairros como Campo Limpo, Novo Horizonte, George Américo, Conjunto Renascer, dentre outros.

Entre os anos de 2006 e 2012 o número de estudantes matriculados na unidade escolar foi o seguinte:

Tabela 1: Quantitativo de matrículas (2006 a 2012)

| Ano | Nº de alunos |
|------------|---------------------|
| 2006 | 570 |
| 2007 | 630 |
| 2008 | 651 |
| 2009 | 630 |
| 2010 | 610 |
| 2011 | 640 |
| 2012 | 657 |
| 2013 | 780 |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados coletados na Unidade Escolar Caminho das Letras

Os dados acima apontam para um aumento considerável no quantitativo de alunos matriculados no intervalo 2006 a 2008, saltando de 570 matrículas naquele ano para 651 em 2008, acompanhada de queda nos dois anos seguintes. De 2011 pra cá podemos verificar um novo aumento no número de matrículas, tendo o ano de 2013 atingindo o maior volume da série apresentada, com 780 alunos matriculados²³. Este crescimento apresenta um quadro inverso ao verificado na rede pública²⁴ brasileira entre os anos 2006 e 2012, conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica 2012.

Tabela 2: Número de Matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa

| Ano | Total Rede Pública | Federal | Estadual | Municipal | Rede Privada |
|------------|---------------------------|----------------|-----------------|------------------|---------------------|
| 2006 | 48.595.844 | 177.121 | 23.175.567 | 25.243.156 | 7.346.203 |
| 2007 | 46.643.406 | 185.095 | 21.927.300 | 24.531.011 | 6.385.522 |
| 2008 | 46.131.825 | 197.532 | 21.433.441 | 24.500.852 | 7.101.043 |
| 2009 | 45.270.710 | 217.738 | 20.737.663 | 24.315.309 | 7.309.742 |
| 2010 | 43.989.507 | 235.108 | 20.031.988 | 23.722.411 | 7.560.382 |
| 2011 | 43.053.942 | 257.052 | 19.483.910 | 23.312.980 | 7.918.677 |
| 2012 | 42.222.831 | 276.436 | 18.721.916 | 23.224.479 | 8.322.219 |

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir de dados extraído do INEP/MEC²⁵

Note-se que as matrículas nas redes estaduais e municipais decresceram entre 2006 e 2012, enquanto as matrículas na rede federal e na rede privada de ensino cresceram. A unidade escolar em que coletamos os dados, por sua vez, seguiu a tendência da rede pública federal apresentando queda entre os anos 2008 e 2010, retomando o crescimento no ano seguinte, chegando, inclusive, ao maior número de matrículas no ano de 2013, com 780 registros.

Quanto aos indicadores de desempenho, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos anos de 2007, 2009 e 2011, a rede pública de ensino do município de Feira de Santana²⁶ obteve os seguintes resultados no que concerne aos anos finais do ensino fundamental:

²³ Embora o marco da pesquisa limite-se ao ano de 2012, diante da existência de dados relativos à matrícula no ano de 2013 o mesmo foi utilizado como forma de perceber o crescimento do número de estudantes naquela unidade.

²⁴ Considerando-se as dependências administrativas da rede federal, estadual e municipal.

²⁵ Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos> > Acesso em 20 de mai. de 2014.

²⁶ Entenda-se aqui como rede pública de ensino as dependências administrativas da rede federal, rede estadual e rede municipal.

Tabela 3: IDEB-FEIRA DE SANTANA (Anos finais do ensino fundamental)

| Município | Ideb Observado | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|---------------|----------------|------|------|------|------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| F. de Santana | 2.7 | 2.8 | 2.8 | 3.0 | 2.8 | 2.9 | 3.2 | 3.6 | 3.9 | 4.2 | 4.5 | 4.8 |

Fonte: INEP

A análise dos dados acima nos permite inferir que entre os anos de 2005 e 2011 o desempenho da rede pública de ensino no município embora seja crescente, à exceção do ano de 2007, não alcançou ao menos o índice projetado pelo MEC. Vale ressaltar que o IDEB foi criado em 2007 pelo Ministério da Educação e varia em uma escala de zero a dez, sendo calculado com base em dados referentes a aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), em que são avaliados conhecimentos nas área de língua portuguesa e matemática.

Por sua vez, o resultado do IDEB na rede pública de ensino (estadual, municipal e federal) no estado da Bahia apresentou no mesmo período desempenho melhor que o apresentado nas unidades da rede pública de ensino do município de Feira de Santana. Os resultados obtidos não apenas foi maior na comparação com o município de Feira de Santana como também ultrapassou as metas projetadas para os anos 2007, 2009 e 2011, como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 4: IDEB-BAHIA (Anos finais do ensino fundamental)

| Estado | Ideb Observado | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|--------|----------------|------|------|------|------------------|------|------|------|------|------|------|--|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | |
| Bahia | 2.6 | 2.8 | 2.9 | 3.1 | 2.6 | 2.8 | 3.0 | 3.4 | 3.8 | 4.1 | 4.3 | |

Fonte: INEP

Da mesma forma que na rede pública de ensino do estado (estadual, municipal e federal) da Bahia, as médias observadas nas avaliações em nível nacional foram superiores à meta projetada para o período. Entretanto, a comparação dos resultados das redes públicas (estadual e municipal) com a rede privada aponta para um fosso tanto nos resultados observados quanto nas metas projetadas. Note-se que a meta projetada para a rede privada em 2007 foi superior à meta projetada para a rede pública de ensino em 2021.

Tabela 5: IDEB-BRASIL (Anos Finais do Ensino Fundamental)

| | IDEB Observado | | | | Metas | | | | |
|-----------------------------------|----------------|------|------|------|-------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2021 |
| Total | 3.5 | 3.8 | 4.0 | 4.1 | 3.5 | 3.7 | 3.9 | 4.4 | 5.5 |
| Dependência Administrativa | | | | | | | | | |
| Pública | 3.2 | 3.5 | 3.7 | 3.9 | 3.3 | 3.4 | 3.7 | 4.1 | 5.2 |
| Estadual | 3.3 | 3.6 | 3.8 | 3.9 | 3.3 | 3.5 | 3.8 | 4.2 | 5.3 |
| Municipal | 3.1 | 3.4 | 3.6 | 3.8 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.9 | 5.1 |
| Privada | 5.8 | 5.8 | 5.9 | 6.0 | 5.8 | 6.0 | 6.2 | 6.5 | 7.3 |

Fonte: INEP

Os resultados apurados na unidade Escolar Caminho das Letras, por sua vez, não refletem as médias dos desempenhos nem em nível nacional nem estadual. Embora as metas projetadas fossem superiores às do estado da Bahia, a unidade escolar apresentou nos anos de 2007, 2009 e 2011 uma oscilação no desempenho observado, não conseguindo manter regularidade.

No primeiro ano da avaliação do IDEB (2007) a meta projetada (3,0 pontos) não foi atingida, ficando aquém do que se esperava (2,6). Em 2009, a meta observada (3,2 pontos) foi exatamente a meta projetada, ocorrendo nova oscilação na avaliação de 2011, quando o resultado observado (2,3 pontos) não apenas foi inferior ao projetado (3,6 pontos), como também foi inferior ao resultado de 2007.

Tabela 6: IDEB - Unidade Escolar Caminho das Letras (Anos finais do ensino fundamental)

| Escola | Ideb Observado | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|-----------------|----------------|------|------|------|------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Unidade Escolar | 3.0 | 2.6 | 3.2 | 2.3 | 3.0 | 3.2 | 3.6 | 4.0 | 4.5 | 4.7 | 5.0 | 5.2 |

Fonte: INEP

A análise do desempenho do IDEB da Unidade Escolar Caminho das Letras assinala para uma inconstância nos resultados das avaliações dos estudantes naquele período, o que demanda uma investigação mais aproximada dos fatores que a motivou, o que foge aos limites do presente trabalho. Entretanto, os mesmos resultados revelam que a unidade escolar não vem alcançando sequer os indicadores mínimos esperados pelos Órgãos avaliadores, os quais, para além de avaliar devem também implementar políticas de correção de distorções como estas.

No que diz respeito ao corpo docente da unidade escolar, segundo dados fornecidos pela direção, a escola contava em 2013 com o total de 24 professores, sendo 21 efetivos e 03 temporários. Do total de professores 23 possuíam formação em nível superior. Entretanto, não podemos afirmar se os professores encontravam-se lecionando nas respectivas áreas de formação.

A escola, desde o ano de 2010 tem a direção eleita por meio do voto direto, conforme foi instituído na rede estadual por meio do decreto nº 13.202, de 19 de agosto de 2011, que dispõe sobre os critérios e procedimentos do processo seletivo interno realizado pelas unidades escolares do estado para o preenchimento dos cargos de Diretor e Vice-diretor das Unidades Escolares do Estado da Bahia (BAHIA, 2011). De acordo com o decreto a investidura nos cargos de diretor e vice-diretor do magistério público do ensino fundamental e médio das unidades escolares da rede pública estadual de ensino dá-se por nomeação do Secretário da Educação, mediante processo seletivo realizado pela respectiva unidade escolar, após certificação dos candidatos aprovados na avaliação de conhecimento em gestão escolar.

O artigo 2º do referido decreto, estabelece que o processo seletivo, realizado na própria unidade escolar, tem por diretriz estimular a participação da comunidade escolar. Como comunidade escolar o decreto entende:

- I - estudantes a partir de 12 (doze) anos de idade, com frequência regular;
- II - pais ou responsáveis por estudantes, com frequência regular;
- III - membros do magistério, compreendendo os professores e os coordenadores pedagógicos integrantes do Magistério do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e os professores contratados sob o Regime Especial de Direito Administrativo - REDA;
- IV - demais servidores públicos da Administração Pública federal, estadual ou municipal, em efetivo exercício na unidade escolar, inclusive os contratados sob o Regime Especial de Direito Administrativo - REDA (BAHIA, 2011).

Como o período de gestão é de três anos, a unidade Escolar Caminho das Letras, após a instituição da eleição direta para diretores passou por apenas uma experiência de eleição de seu corpo diretor. Neste processo a atuação da comunidade escolar bem como do Colegiado Escolar torna-se imprescindível para o acompanhamento e participação nas decisões tomadas pela direção. A escola possui Colegiado Escolar que, de acordo com informações prestadas pela direção, tem reuniões regulares e extraordinárias, promovendo a interlocução com a comunidade escolar. Entretanto, o grêmio estudantil, importante meio de organização dos estudantes, assim como Conselho Escolar não existem na escola.

Em relação ao PBF, a unidade escolar Caminho das Letras contou em 2012 com 282 estudantes beneficiários do PBF, ou seja, quase 43% do total de estudantes matriculados naquele ano. Os cuidados com o acompanhamento do programa na escola estão sob a

responsabilidade de uma servidora, a qual cuida das informações sobre o cumprimento das condicionalidades e do seu envio à coordenação municipal do PBF. Esta realiza, de acordo com a direção da escola, reuniões com os servidores responsáveis pelas informações referentes ao cumprimento da condicionalidade educação. Entretanto, tais reuniões limitam-se ao aperfeiçoamento dos servidores responsáveis pela coleta e envio dos dados de frequência escolar dos estudantes beneficiários.

Da mesma forma, a atuação da escola com relação aos estudantes beneficiários encontra-se limitada ao levantamento da frequência e abandono dos estudantes. De acordo com a direção, a mesma desenvolve atividades de reforço escolar como parte das atividades do Programa Mais Educação²⁷ - PME - do governo federal, no entanto, quando da realização da presente pesquisa as atividades ainda não haviam começado, pois ainda encontrava-se em fase de adesão ao PME.

As limitações da unidade escolar frente ao acompanhamento do desempenho dos estudantes beneficiários denotam fragilidades em termos de alcance de resultados que ultrapasse a frequência escolar dos estudantes. O próprio reforço escolar anunciado pela escola diz respeito a oficinas realizadas por profissionais contratados temporariamente para desenvolver atividades, segundo o MEC²⁸, nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Entretanto, tais oficinas não são operadas no sentido de acompanhar estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Após a análise do resultado da unidade educacional em avaliações do INEP em que pudemos verificar que a mesma não vem alcançando as metas projetadas por este nas avaliações bianuais, como se configurou o desempenho dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família inseridos neste contexto, entre os anos de 2006 e 2012? Passamos então a essa análise.

²⁷ De acordo com o MEC, O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115 Acesso em 29 de mai. de 2014.

²⁸ Para maiores informações sobre o PME acessar: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115

4.3. CRUZANDO DADOS: DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS

No movimento de compreender os efeitos do PBF no desempenho escolar dos estudantes beneficiários, após a análise do desempenho da unidade em tela nas avaliações do INEP, em que são avaliados, além de dados referentes à movimentação escolar, o desempenho geral dos estudantes na Prova Brasil, na presente seção analisaremos especificamente o desempenho escolar de estudantes dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Para efeitos de comparação será analisado também o desempenho dos estudantes não beneficiários do Programa entre os anos de 2006 e 2012.

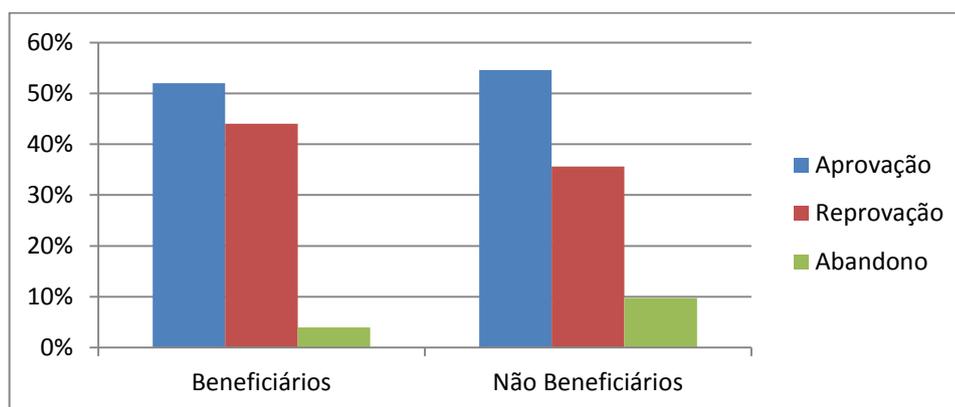
Para esta aproximação foi necessário recorrer às atas de final de ano de estudantes beneficiários e não beneficiários, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, de 2006 a 2012. Embora o Programa Bolsa Família tenha sido criado em 2003 e iniciado sua implementação em 2004, o marco temporal do presente trabalho deve-se à ausência de dados tanto na unidade escolar quanto na gestão municipal do Programa no município de Feira de Santana acerca dos estudantes beneficiários entre 2003 e 2005. Vale ressaltar que foi protocolado pedido de informações ao Portal da Transparência do governo federal no sentido de fornecer a relação dos estudantes no município naqueles anos, tendo sido informado que a solicitação demandaria o processamento de diversas bases de dados tornando impossível o atendimento do solicitado. Diante da ausência das informações naqueles anos, a análise foi realizada com base nos dados do período 2006 - 2012.

Antes de proceder a análise dos dados extraídos das atas de final de ano da unidade escolar e dos dados das avaliações do IDEB, esclarecemos que por aprovação, reprovação e abandono (desistência) utilizaremos o mesmo conceito definido pelo Ministério da Educação em suas avaliações. Por aprovação entende-se a conclusão do ano escolar pelo aluno com sucesso, estando apto a se matricular na etapa e/ou ano seguinte. Por reprovação a não obtenção de êxito na conclusão do ano letivo, não podendo, portanto, matricular-se na série seguinte à que foi reprovado. E, por abandono (ou desistência), entende-se o aluno que deixou de frequentar a escola antes da conclusão do ano letivo, não tendo sido desvinculado por transferência, não possuindo, portanto, registro de rendimento (BRASIL, 2013d). Dito isto, passamos a seguir a apresentação e análise dos referidos dados.

No ano de 2006 os beneficiários do Bolsa Família da unidade escolar analisada já apresentavam baixa taxa de abandono escolar como se verifica no gráfico 1 (4%), taxa bem inferior à da abandono dos estudantes não beneficiários do Programa (9,77%). Entretanto, a

taxa de aprovação dos estudantes não beneficiários neste ano (54,60%) foi superior à dos estudantes beneficiários (52%). Apesar das taxas de aprovação serem superiores às taxas de reprovação tanto para os estudantes beneficiários quanto para os estudantes não beneficiários, verificamos que estas apresentaram-se altas, visto que as taxas de reprovação de estudantes beneficiários e não beneficiários ficaram em 44% e 35,63%, respectivamente.

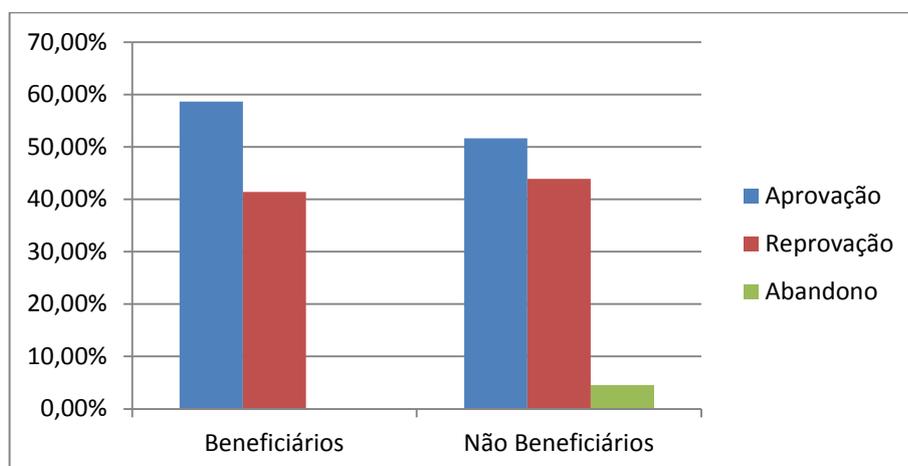
GRÁFICO 1: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – Colégio Estadual Caminho das Letras (2006)



FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2006 extraída na unidade escolar

No ano seguinte (2007), um ano após o início do efetivo controle das condicionalidades do PBF, verificamos uma taxa de abandono em 0% dos estudantes beneficiários, bem como aumento na taxa de aprovação destes estudantes (58,62%) com consequente redução na taxa de reprovação (41,38%). Quanto aos dados referentes aos estudantes não beneficiários verificamos queda na taxa de aprovação (51,65%) e abandono (4,48%), acompanhada de elevação nas taxas de reprovação (43,87%). Comparando os resultados, em 2007 os estudantes beneficiários obtiveram resultado da taxa de aprovação superior à dos não beneficiários. Vale lembrar que este mesmo ano a meta projetada pelo INEP nas avaliações do IDEB (tabela 4) para a unidade escolar não foi atingida. As altas taxas de reprovação podem ter relação com a baixa nota do IDEB deste ano.

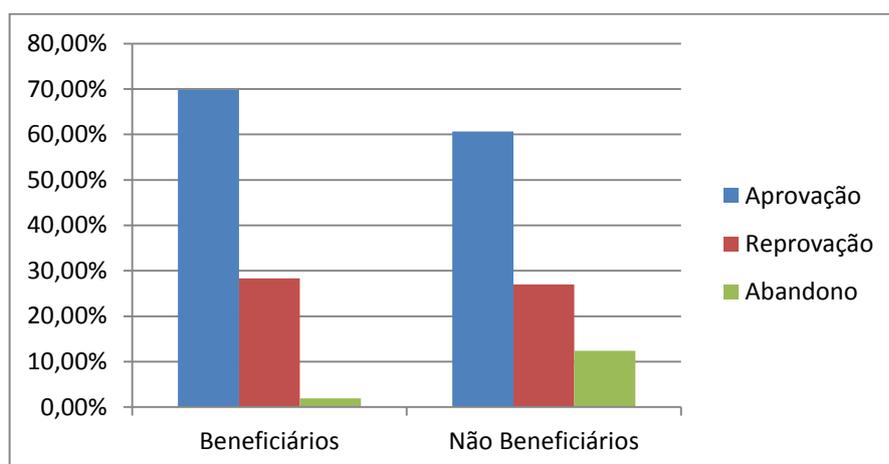
GRÁFICO 2: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – Colégio Estadual Caminho das Letras (2007)



FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2007 extraída na unidade escolar

Em 2008 a taxa de aprovação dos estudantes beneficiários continuou crescente, atingindo um percentual de 69,81% e reprovação 28,30% e taxa de abandono de 1,89% (gráfico 3). Comparando estes resultados com os não beneficiários, verificamos que embora tenha ocorrido aumento na taxa de aprovação (60,63%), esta ainda permanecia abaixo da taxa de aprovação dos estudantes beneficiários do PBF, o mesmo podendo ser afirmado no que concerne à taxa de abandono (12,36%).

GRÁFICO 3: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – Colégio Estadual Caminho das Letras (2008)

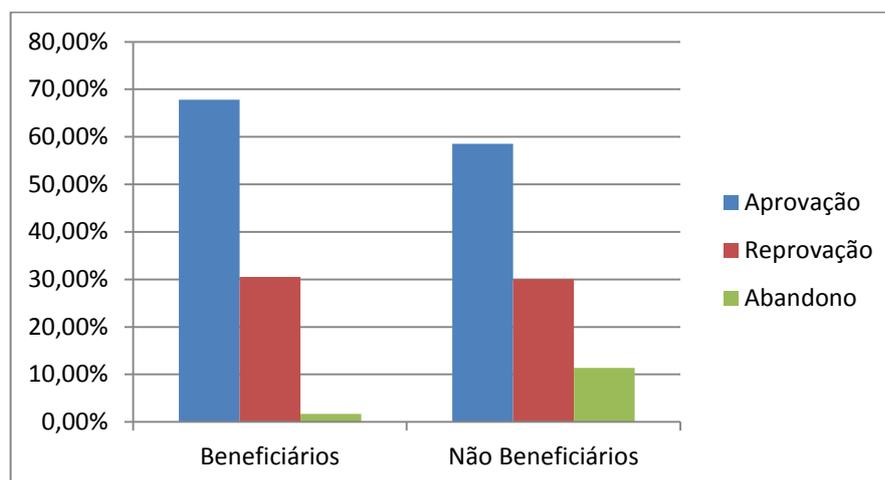


FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2008 extraída na unidade escolar

Em 2009, ano em que é realizada mais uma avaliação do IDEB, os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família apresentaram taxa de aprovação de 67,80% e

30,51% de reprovação, que comparado ao desempenho no ano anterior revela queda na taxa de aprovação e elevação na taxa de reprovação, sofrendo leve redução na taxa de abandono (1,69%). Os resultados apresentados por estes estudantes também neste ano foram favoráveis em relação aos estudantes não beneficiários do Programa, que obtiveram taxa de aprovação e reprovação de 58,57% e 30,08%, respectivamente. Embora as taxas de aprovação dos estudantes beneficiários e não beneficiários tenham apresentado queda em relação ao ano de 2008, a taxa de aprovação em 2009 foi superior à verificada em 2007, o que pode ter refletido no desempenho do IDEB/2009, quando a meta projetada para a unidade escolar (3,2 pontos) foi atingida (tabela 4).

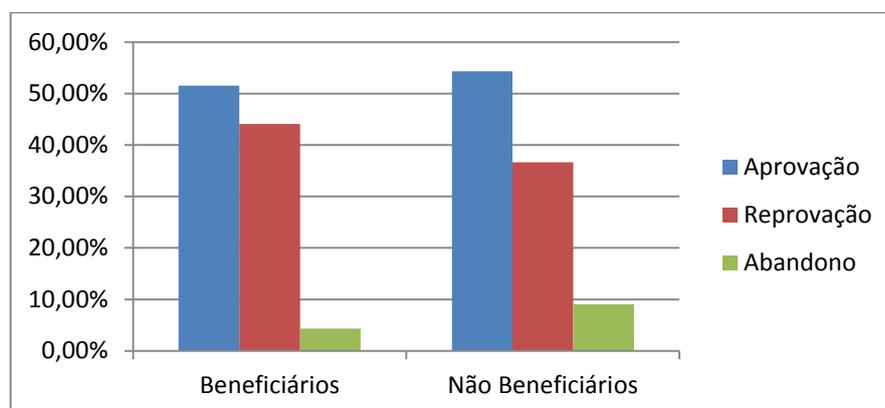
GRÁFICO 4: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – Colégio Estadual Caminho das Letras (2009)



FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2009 extraída na unidade escolar

Em 2010, em ambos os casos verificamos acentuada queda nas taxas de aprovação. A taxa de aprovação dos estudantes beneficiários (51,55%) foi, em 2010, inferior à taxa de aprovação dos não beneficiários (54,30%). O que chama a atenção nos dados referentes ao ano de 2010, além da queda nas taxas de aprovação é a elevação nas taxas de reprovação que ficou em 44,10% para os estudantes beneficiários, quase metade destes estudantes, e 36,65% dos demais estudantes (gráfico 5). Percebemos neste ano, mais uma vez, taxas de aprovação dos não beneficiários superior à dos beneficiários.

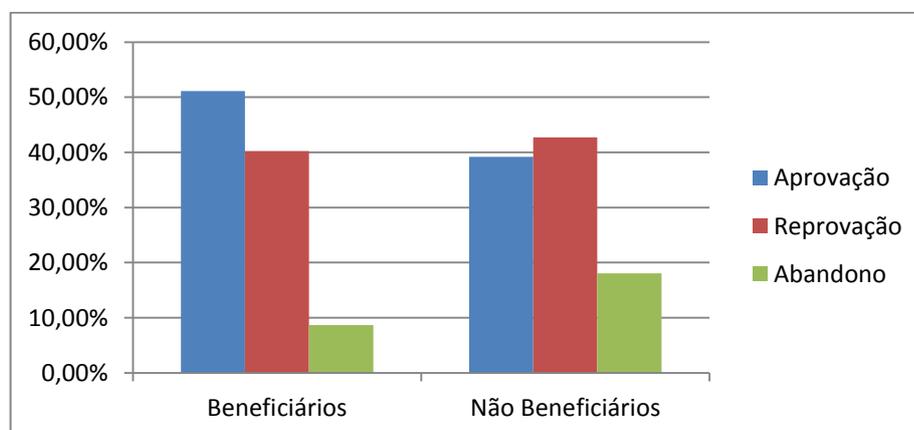
GRÁFICO 5: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – Colégio Estadual Caminho das Letras (2010)



FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2010 extraída na unidade escolar

Em 2011, a taxa de aprovação dos beneficiários do PBF manteve-se estável (51,09%), mas em crescente queda em relação ao ano de 2008. A queda na taxa de reprovação (40,22%) foi acompanhada de elevação na taxa de abandono que dobrou (8,69%). Pela primeira vez, desde 2006, a taxa de aprovação dos estudantes não beneficiários (39,21%) no ano de 2011 foi inferior à taxa de reprovação (42,74%). Assim como o resultado dos estudantes beneficiários, a taxa de abandono dos estudantes não beneficiários também dobrou em relação ao ano anterior (18,05% em 2011). Refletindo o desempenho acima, o resultado da unidade escolar apurado no IDEB (tabela 4) neste ano (2,3 pontos) também ficou aquém do projetado pelo INEP (3,6 pontos).

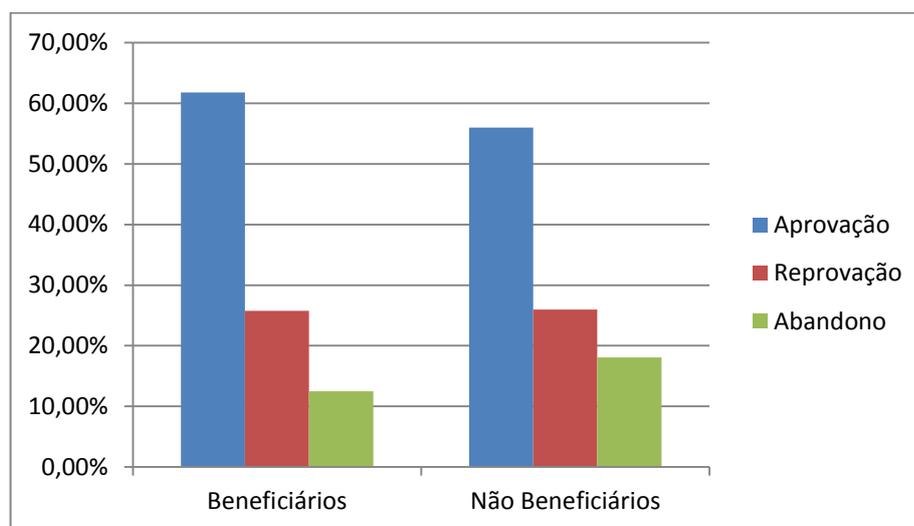
GRÁFICO 6: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – (2011)



FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2011 extraída na unidade escolar

No ano seguinte, 2012, os estudantes beneficiários voltam a ter aumento na taxa de aprovação (que ficou em 61,76%) e abandono (12,5%), com redução na taxa de reprovação (25,74%), conforme gráfico 7. Com taxa de aprovação inferior à apurada dos estudantes beneficiários, os estudantes não beneficiários tiveram neste ano 55,95% de aprovação, 25,99% de reprovação e 18,06% de abandono, como se verifica no gráfico 7.

GRÁFICO 7: Aprovação, reprovação, abandonos: beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família – (2012)



FONTE: Elaborado pelo autor da pesquisa a partir da Ata Escolar 2012 extraída na unidade escolar

De acordo com dados do INEP (BRASIL, 2012), a taxa de aprovação total do ensino fundamental da rede pública no país em 2012 foi de 86,9% e da rede particular de ensino de 96,3%, sendo a dos anos finais do ensino fundamental equivalente a 82,6% na rede pública e de 94,4% na rede particular de ensino. Comparando o desempenho nacional com o da região Nordeste do país onde a taxa de aprovação no mesmo ano ficou em 76,4% na rede pública e de 93,4% na rede particular de ensino, verificamos que as taxas de aprovação no Nordeste do Brasil, comparada com a média da rede pública nacional apresentam discrepâncias. Se a comparação for feita com o desempenho da rede particular, a lacuna entre as taxas de aprovação e reprovação são ainda maiores. Note-se que o comparativo das taxas de aprovação da rede privada em nível nacional (94,4%) com a da região nordeste (93,4%) não apresenta distorções tão grandes quanto as verificadas nas comparações da rede pública de ensino.

Este cenário é ilustrativo se considerarmos o desempenho dos estudantes na unidade escolar em tela, visto que as taxas de aprovação ali verificadas, embora inferiores, aproximam-se muito mais do desempenho da rede pública da região Nordeste do país (na qual

está inserida) que da média apurada em nível nacional. E isto, pelo que podemos verificar, não é apenas uma coincidência, mas revela contradições da relação educação-condições sociais (pobreza) em uma sociedade marcada pela desigualdade e os conflitos daí decorrente. Esta relação pode ser ilustrada por Paiva (2012), segundo a qual

Como materialidade da ação do Estado, a política educacional é permeada pelas estruturas de poder e dominação, assim como os conflitos presentes em todo o tecido social. Por isso, nos marcos da sociedade capitalista, a educação é organizada de forma a responder às demandas postas por essa sociedade. Nesse sentido, Marx e Engels (2004, p. 10) indicam que “o sistema de ensino capitalista objetiva reproduzir o sistema dominante, tanto em nível ideológico, quanto técnico produtivo”, e isto explica a existência da escola dual, determinada pela classe social que frequenta, bem como o porquê da diferenciação existente nas atividades desenvolvidas no âmbito da escola capitalista. Uma divisão que não surge como uma resposta às diferenças individuais, mas como reflexo de uma concepção que indica a necessidade de manutenção da divisão de classe na sociedade. Nesse contexto, identificam-se diferentes concepções sobre a organização da escola, mas que guardam entre si a identidade de perpetuação da sociedade em que essa escola está inserida (PAIVA, 2012, p. 83).

Vivemos, pois, em um país marcado pela desigualdade seja ela social, econômica, cultural. Como instituição inserida nesta realidade e sendo fomentada por um Estado que atende aos seus anseios, a educação é, em boa medida, corresponsável pela manutenção e reprodução desta estrutura social desigual. E esta desigualdade marca e é marcada por nosso sistema público de ensino que, visando atender necessidades do mercado, corrompe e distorce aquele que deveria ser o fim da educação, a constituição cultural de sujeitos livres (PARO, 2001). Tal liberdade na concepção aqui defendida constitui-se, no processo educativo, marca importante no processo de transformação desta mesma realidade. A realidade presente nos dados educacionais dos estudantes beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família até então analisados vem refletindo os efeitos negativos de nosso sistema educacional dual.

Assim, embora em alguns anos o desempenho dos estudantes beneficiários do Bolsa Família tenham sido superiores ao desempenho dos estudantes não beneficiários, as taxas de aprovação daqueles não foram suficientes para afirmar que o Programa tem contribuído para melhorá-los (visto que as taxas de aprovação além de baixas apresentam descontinuidades), tampouco para interromper os ciclos de baixa escolaridade da população atendida pelo Programa. A análise do desempenho da unidade escolar nas avaliações do SAEB por sua vez dá sinal da instabilidade no desempenho dos estudantes da unidade escolar investigada naquela avaliação (alternado o alcance da meta em uma avaliação do IDEB e ficando abaixo desta em outra).

Se por um lado o presente estudo vem corroborando com a pesquisa desenvolvida pelo MDS (BRASIL, 2007) no que diz respeito às baixas taxas de abandono dos estudantes

beneficiários em relação aos estudantes não beneficiários, por outro, a comparação estabelecida com a taxa de aprovação em nível nacional deixa ainda mais claro o quão ainda temos que avançar para que seja interrompido o percurso histórico de fracasso escolar (PATTO, 1999) que tem marcado nossa educação pública.

5. EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DE SEUS BENEFICIÁRIOS

No presente capítulo analisaremos os efeitos do Bolsa Família na vida de beneficiários da unidade escolar Caminho das Letras em termos de superação da situação de vulnerabilidade social e as possíveis implicações da educação neste processo. Para isso iniciaremos com a análise das entrevistas com cinco mães beneficiárias do Programa para, em seguida, problematizar os limites e possibilidades da educação como vetor de superação da vulnerabilidade social.

5.1. OS SUJEITOS DAS ENTREVISTAS: PRIMEIROS CONTATOS

Após o levantamento da relação de estudantes beneficiários e a identificação daqueles cujas mães possuíam mais tempo com a Bolsa chegou-se ao número de onze mães com registro de pertencimento ao PBF na escola há mais de oito anos. Das onze mães, selecionamos as cinco com maior tempo no Programa, cuja caracterização encontra-se na próxima seção. Após a seleção das cinco mães o primeiro contato com as mesmas foi feito via telefone, conseguido por meio da unidade escolar. Por esta via as mães foram convidadas a colaborar com a pesquisa e, para firmar essa ação, a comparecerem à escola para detalhamento da proposta. Após contato pessoal na escola e a anuência das colaboradoras, as entrevistas foram marcadas para os dias 08 e 11 de novembro e 12 de dezembro de 2013.

O primeiro contato pessoal com as mães exigiu cuidado especial para explicá-las que se tratava de uma pesquisa de mestrado que não tinha relação institucional com o Ministério do Desenvolvimento Social. Portanto, procurou-se tranquilizar as entrevistadas de que não havia relação entre as informações e o recebimento do benefício. Nesse processo de esclarecimento das entrevistadas também ficou acordado de que cada uma teria sua identidade preservada e que os depoimentos poderiam ser revisados e/ou excluídos parcial ou integralmente, caso este fosse o desejo da entrevistada quando da apresentação das transcrições. Embora todo o cuidado em demarcar que não estávamos ali como representantes da gestão do PBF, em diversos momentos as mães questionavam o motivo de receber menos que outras beneficiárias e denunciar pessoas que acreditavam não precisar do benefício.

As questões que nortearam as entrevistas foram delineadas com vistas ao alcance dos objetivos propostos na presente pesquisa, especialmente acerca da relação da família com a escola, a importância do benefício para a vida das famílias, se os valores recebidos trouxeram mudanças para a vida delas, no movimento de compreender o lugar do recurso recebido nas suas vidas. Além de questões voltadas ao acompanhamento escolar dos estudantes beneficiários pelos pais e do benefício para a educação dos mesmos. Salientamos que as respostas obtidas por meio das entrevistas são reveladoras tanto das condições materiais das famílias como das mudanças advindas para as mesmas após o ingresso no Programa. Além disso, as perguntas feitas às mães foram também importantes para efeitos de caracterização destas, o que passamos então a analisar.

5.2. ARRIMO DE FAMÍLIA: PERFIL DAS MÃES BENEFICIÁRIAS DA PESQUISA

Segundo o dicionário Luft (2005, p. 117) arrimo significa: “s.m. 1. Amparo, proteção. 2. (fig.) Esteio, apoio, escora”. Tal conceituação tornou-se importante considerando algumas características comuns entre as participantes das entrevistas, sobre as quais abordaremos a seguir.

Como visto anteriormente, para a realização das entrevistas foram selecionadas cinco mães beneficiárias do Programa Bolsa Família. O critério de seleção priorizou mães beneficiárias que tivesse(m) cadastro no PBF e filho(s) matriculado(s) na unidade de ensino há mais tempo e que, localizadas, aceitassem participar da pesquisa. Das cinco mães participantes das entrevistas todas estão cadastradas no Programa há aproximadamente dez anos, sendo assim, dentro dos critérios estabelecidos. Os motivos que levaram as mães a procurar o programa são diversos, mas com traços comuns entre eles: a) a pobreza material a que estavam submetidas, em muitos casos, sem ter como prover a alimentação diária; b) dificuldades para aquisição de peças do vestuário, pagamento de contas de água e luz (duas delas por sinal não tinham acesso a luz elétrica e água encanada em casa); c) compra de material escolar para os filhos.

Para efeitos de preservação das identidades das participantes da pesquisa, nas entrevistas foi solicitado que as mesmas escolhessem cognomes pelos quais seriam chamadas durante as gravações. O quadro abaixo apresenta a idade das mães, estado civil, o número de

filhos, com os respectivos dados sobre número de estudantes e pessoas da família que trabalham.

Tabela 7: Características das mães participantes da pesquisa

| Nome da mãe | Idade | Estado civil | Nº de filhos | Nº de estudantes | Quantas pessoas trabalham na família |
|--------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------------|---|
| D. Vânia | 46 | Casada | 4 | 2 | 1 |
| D. Joana | 49 | Divorciada | 2 | 2 | 0 |
| D. Ana | 52 | Solteira | 4 | 4 | 3 |
| D. Gleice | 44 | Divorciada | 2 | 2 | 2 |
| D. Isabel | 48 | Solteira | 4 | 3 | 1 |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor da pesquisa a partir de dados extraídos das entrevistas realizadas com as mães beneficiárias do PBF.

Olhando para esta tabela uma característica que se pode verificar no perfil das famílias das mães participantes das entrevistas é que constituem famílias pequenas com, no máximo, cinco indivíduos. Como se depreende da tabela acima, a idade das mães varia entre os 44 anos, a mais nova e os 52 dois anos, a mais velha. Das cinco mães entrevistadas apenas uma é casada, dona Vânia, sendo duas divorciadas, Dona Joana e Dona Gleice, e duas solteiras, Dona Ana e Dona Isabel. Mas além desses traços próximos entre as beneficiárias, também se faz notar que quatro das cinco mães não concluíram o ensino médio. Perguntadas sobre os motivos de afastamento dos estudos todas enfatizaram a necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento familiar. Das cinco mães apenas uma conta com ajuda financeira do marido, sendo que as demais são responsáveis diretas pela manutenção da casa como a compra de comida, roupas e pagamento de contas de água e luz.

Das quatro que não são casadas, três trabalham e apenas uma vive exclusivamente do benefício do Programa Bolsa Família. Os trabalhos desenvolvidos pelas mães são de auxiliar de serviços gerais (duas delas) e doméstica (uma delas). Apenas em dois casos há mais de um trabalhador dentro da casa, são as famílias de Dona Ana, com três trabalhadores e a de Dona Gleice com dois trabalhadores. Embora com mais de um trabalhador em casa, a família de Dona Ana, empregada doméstica, tem em sua renda a fonte principal pelo sustento da casa, tendo em vista que os outros dois trabalhadores (estudantes) precisam arcar com pagamento de pensão alimentícia. No caso de Dona Gleice, auxiliar de serviços gerais, o valor recebido por um dos filhos, dado o caráter esporádico da renda, não é contabilizado para as despesas domésticas, ficando como despesa pessoal do filho. Neste caso, cabe também à Dona Gleice a manutenção da casa.

Como visto no capítulo 1, a pobreza, longe de algo dado, natural, tem origem e filiação. Apesar das diversas concepções de pobreza que permeiam o debate acadêmico um elemento sobressai: continua a se produzir e a alimentar relações e condições sociais desiguais. Os efeitos provocados pela desigualdade promovida pelo modo produção capitalista podem ser verificados na vida das famílias beneficiárias participantes da presente entrevista, como se infere no depoimento de Dona Ana ao ser interrogada sobre a situação econômica da família.

É precária lá em casa né, porque as vezes falta as coisa, porque o dinheiro da bolsa família não cobre tudo direito aí tem vez que passa dificuldade, um apertinho. Porque a gente só tá vivendo da bolsa família porque não tá tendo trabalho. Porque só José tá trabalhando, aí ele ajuda, o menino ajuda dentro de casa. Mas só que ele ganha muito pouco, né? aí tem que dividir com os filho dele e comigo também, né? e ele fica com um trocado na mão, né? Aí por isso passa dificuldade também (D. ANA, 08/11/2014).

A situação vivida pela família de D. Ana não é caso isolado das demais mães, assim como sua a família, a situação de D. Isabel revela as dificuldades enfrentadas para não apenas a manutenção diária da casa, mas, principalmente, para a sobrevivência dos membros da família. Interrogada sobre a importância do valor recebido para o orçamento familiar, assim respondeu.

Hoje em dia dá mas não dá, porque a gente que tem casa, família, todo dia a gente compra e todo dia a gente precisa. E a gente tem assim salário mínimo e o mínimo quando desconta vai pra quinhentos reais. Hoje aí você tendo uma inteirazinha, dá pra ajudar, não pra dizer ah! dá pra tudo, entendeu? Tem que se virar com o que tem pro dia (D. ISABEL, 11/11/2013).

Os depoimentos de D. Ana e D. Isabel revelam duas realidades que tem muito em comum. Em ambas as famílias existem pessoas trabalhando, entretanto, o valor recebido, mesmo com o recurso da transferência de renda do Bolsa Família, é insuficiente para a manutenção da família, chegando ao nível da subsistência, como denuncia a fala de D. Isabel: “tem que se virar com o que tem pro dia”. O que não parece ser diferente da situação de D. Ana, segundo a qual, além de considerar a situação “precária”, a família conta com a ajuda de um dos filhos que ainda sustenta uma outra família. Ao que revela, sua família tem como renda fixa os rendimentos transferidos pelo Programa.

A realidade enfrentada pelas famílias em tela torna o debate realizado por Marx (1996) cada vez mais atual. A pobreza, desde suas origens, continua a assolar os grupos populacionais aos quais tem e vem sendo historicamente negligenciado o direito aos frutos do próprio trabalho. Assim, diante da realidade vivida pelas famílias entrevistadas, em especial as situações acima relatadas, vale retomar um trecho citado no capítulo 1 que reflete ainda hoje o papel de muitas políticas sociais.

As políticas de ajuste social no tocante à pobreza pautavam-se assim na concepção de que aos pobres bastava o suficiente à manutenção de suas necessidades básicas (para a época), diga-se de passagem, satisfação das necessidades alimentícias mínimas para a sobrevivência (MARX, 1996, p. 283).

Os relatos de D. Ana e D. Isabel nos levam a inferir que o recurso recebido mantém as respectivas famílias, em que pese contar com ajuda de trabalhadores (dois na casa da primeira e um na casa da segunda), os mantém ainda no nível da subsistência. O “apertinho” relatado por D. Ana e o “se virar” de D. Isabel vem fazendo parte do cotidiano de grande parte das famílias brasileiras. Contribui para esta situação as constantes altas nos preços de alimentos e serviços muitas vezes em descompasso com os ganhos reais nos salários dos trabalhadores brasileiros.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 5,91% em 2013, ficando ligeiramente acima do observado em 2012 (5,84%). Com este resultado, a inflação brasileira registra, pelo quarto ano consecutivo, variação superior ao centro da meta de 4,5%, estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas ainda mantendo-se abaixo do limite superior de 6,5%.

Na desagregação do IPCA em 2013, nota-se que o foco inflacionário veio dos preços livres, com alta de 7,3% ante a taxa de 6,6%, em 2012, pressionados, sobretudo, pelo comportamento dos serviços, dos alimentos e dos bens de consumo duráveis. No caso dos serviços, a inflação de 8,7% observada em 2013 manteve-se estável em relação a 2012, mas em nível muito desfavorável. Já no caso dos alimentos, apesar de alguma descompressão quando comparada a 2012 (8,5% contra 9,9%), a trajetória altista deste grupo de produtos também contribuiu para manter a inflação em patamar elevado. Por fim, ainda em relação aos preços livres, deve-se destacar que a desvalorização de 15% do real diante do dólar e o fim das isenções fiscais de uma série de produtos fizeram com que os bens de consumo duráveis revertissem a deflação de 3,5%, obtida em 2012, e registrassem alta de preços de 3,6%, em 2013 (IPEA, 2014, p. 43).

Os dados acima ilustram, por meio das taxas de inflação do ano de 2013 em comparação ao ano de 2012, a elevação no custo de vida reflexo da alta de preços principalmente de alimentos, o que atinge diretamente as populações pobres do Brasil. Quanto a isso, o depoimento emocionado de D. Gleice é bem ilustrativo desse processo de pauperização à qual se encontram as famílias aqui entrevistadas. Tendo sido motivada a falar sobre a situação atual da família assim relatou:

Desculpa eu tá me emocionando porque a dificuldade são tantas que a gente passa, pelo menos, eu passo. Que você sonhar, ter vontade de ter uma coisa e não poder. Seu filho tem vontade de ter uma coisa, dizer mainha eu quero isso, e você não poder dar, porque você tem que ter ali aquele dinheiro controlado. Pra quando chegar no final do mês, porque é de um mês a mês que você recebe, aí quando chega você tá com dinheiro contado só pra pagar e depois ter que comprar fiado de novo, e ver essa vida assim e não poder construir uma casa, não poder ter um alimento na mesa melhor de você poder oferecer aos seus filhos, de muitas vezes passar até necessidade. Eu passo mesmo trabalhando. Eu não acho isso uma vida digna. Eu não acho... é muito difícil. (pausa – choro) e também não creio que isso vai mudar não (D. GLEICE, 08/11/2013).

O relato emocionado da mãe acima remete à análise de Lavinias (2002) ao imputar a negação do acesso a serviços essenciais à existência humana como saúde, alimentação, saneamento básico, educação, transporte, dentre outros, a sensações de alheamento e exclusão nos indivíduos impedidos de acessá-los. Tal situação denuncia ainda um dos antagonismos inerentes à nossa sociedade, como bem salientara Ianni (1994, p. 90), visto que, quanto mais a economia (capitalista) se desenvolve, mais se aprofunda o fosso entre os que tudo tem e os que, por nada possuir além da força de trabalho, “sofrem as dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde” (IANNI, 1994, p. 90).

D. Gleice traz, em sua fala, reflexões que nos chama a atenção à importância da efetivação de direitos sociais que, embora constitucionais, não vêm sendo garantidos, como podemos extrair do depoimento a seguir.

Você vê passando tanta coisa na televisão, tanta coisa. O que que eles tão fazendo? O que os prefeitos tão fazendo? O que é que os vereadores estão fazendo? Nada. Você corre pra um lado, corre pra o outro, nada. Eu mesmo to com um bocado de requisição de exame ai, mais de mês pra conseguir fazer uma consulta, consegui fazer um exame, tanto meu quanto da minha filha. Todo dia acordo 5 da manhã pra tá numa fila, e quando chega na hora não tem, não consegue. Todo dia a mesma coisa, venha pra semana, venha pra semana, meses e meses... (D. GLEICE, 08/11/2013).

Apesar dos baixos anos de escolaridade as mães participantes das entrevistas, a exemplo de Dona Gleice, demonstram percepção acerca dos problemas sociais que circundam nossa sociedade e a ausência de respostas pelos governos à efetivação de direitos sociais como a saúde, como se depreende de sua fala acima. Lembramos, entretanto, que o Programa Bolsa Família tem em seu corpo de objetivos a promoção do acesso à rede de serviços nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Além dos acima citados, um dos objetivos do Programa Bolsa Família é favorecer a saída da situação de vulnerabilidade social, o que implica na emancipação das famílias beneficiárias. Entretanto, os relatos a seguir dão indícios de que para as famílias do público entrevistado emancipação é um horizonte que se apresenta cada vez mais distante.

5.3. O LUGAR DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS

Na tentativa de identificar de que forma o Programa vem contribuindo para a saída das famílias da situação de vulnerabilidade, a pergunta que norteou a presente seção questionou as

mães acerca da importância da transferência do recurso do Programa na vida das mesmas a fim de apreender as mudanças trazidas para elas. Lembramos que, como visto no capítulo 1, os valores monetários transferidos pelo PBF visam inicialmente o alívio imediato dos efeitos da pobreza. Entretanto, por meio do acesso a serviços sociais básicos, dentre eles a educação, o programa visa romper o ciclo da pobreza entre as gerações, promovendo emancipação das mesmas.

Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais *visando promover a emancipação* das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo (grifos nossos) (BRASIL, 2004).

A promoção da emancipação das famílias beneficiárias caracterizaria, por assim dizer, a saída das mesmas de situações vulneráveis. No movimento de compreender a importância do benefício na vida das famílias beneficiárias e deste para melhoria nas condições de vida interrogamos as mães inicialmente de que forma o dinheiro recebido é gasto. Iniciemos as análises da presente seção por Dona Vânia.

Na família de D. Vânia, composta de quatro pessoas, apenas seu esposo trabalha, segundo a mesma fazendo “bicos”, sem emprego fixo e sem garantias trabalhistas. Embora afirme que os filhos precisam do dinheiro, quando interrogada sobre como é gasto o valor recebido do programa, afirmou gastar “dentro de casa”. Ao explicar o que seria “dentro de casa” relatou gastar com comida, pagamento de contas como água e luz. Sobre a possibilidade de trabalhar para ajudar no orçamento doméstico, alegou não trabalhar por ter passado por cirurgia recente e não ter qualificação para o trabalho.

Assim como D. Vânia, D. Joana utiliza o recurso para manutenção diária da casa como se pode verificar no trecho a seguir.

Olha, serve para pagar luz, serve pra comprar gás, serve pra comprar remédio, serve pra comprar material pros meninos. A gente vai usando pro que vai precisando, se no dia que receber o dinheiro tiver faltando feijão, vai e compra o feijão se tiver faltando o arroz vai e compra o arroz. E tem também os meninos né que as vezes perde lápis, caneta... (D. JOANA, 08/11/2014).

No mesmo direcionamento das mães acima Dona Gleice respondeu: “Tipo comida, roupa, remédio e passagem pra minha filha ir, por exemplo, pra escola, ir à rua...” (08/11/2013). Interessante notar que os gastos relativos a material escolar, em todos os relatos não é citado em primeiro lugar, figurando nessa posição os gastos com alimentação e manutenção da casa.

Apesar da importância do dinheiro para a manutenção das despesas domésticas, a maioria das mães não pensa em sair do programa. Segundo dona Joana a saída do programa seria considerada soberba. Em suas palavras “não, porque aí é soberba né, se a pessoa tá precisando?” (08/11/2013). Questionada ainda se buscava formas de sair do programa respondeu que devido a problemas de saúde não tinha condições

À mesma pergunta as demais mães responderam que nunca pensaram em sair do programa. Na fala de D. Ana:

Pensar em sair? Não, enquanto estiver parada agente não pensa né, vai viver do que? [...] A gente iria passar dificuldade porque a gente só vive da Bolsa Família, não tem outro dinheiro pra comprar as coisas, comida, pagar conta... Ia ter que buscar outra ajuda (12/12/2013).

Ao ser questionada se houve mudança na vida da família a partir do ingresso no Bolsa Família, assim respondeu:

Depois que passou a receber a bolsa miorou sim. Miorou assim em uma parte, por exemplo, a gente cozinhava de lenha, agora não cozinha mais de lenha, a gente não tinha condições de pagar uma luz, agora a gente tem condição de pagar uma luz, tem condição de pagar uma água (D. ANA, 12/12/2013).

A importância do recurso recebido por Dona Ana trouxe mudanças na vida material, pois do que se infere da resposta acima, antes do pertencimento ao PBF a família não tinha acesso a alguns bens e serviços elementares no contexto atual, tais como fogão a gás, água encanada e energia elétrica. Todavia, o depoimento acima, como o anterior, demonstra certa dependência da família aos recursos recebidos, sem indicação clara sobre a emancipação enunciada nas diretrizes do PBF.

Para dona Isabel, por sua vez, a transferência monetária do PBF já faz parte do orçamento doméstico, sendo gasto “para pagar uma prestação de uma roupa, pagar a prestação de um remédio. A gente sempre tem uma previsão, né?” (11/11/2013). Sobre as possíveis mudanças na vida da família de Dona Vânia, esta também sinalizou para mudanças em termos de acesso a alimentação pois, antes da inserção no Programa, ficava dependendo dos “bicos” que faz para sustentar a casa.

Quanto a Dona Joana, o valor recebido passou a fazer a diferença após a separação do marido, visto que, quando casada, era o marido o responsável direto pelo sustento da família. Sobre a situação financeira da família antes de entrar no PBF afirmou não ser “tão ruim” por ter a ajuda financeira do marido, passando a precisar do recurso recebido do Programa após a separação. Sobre as mudanças após a separação, assim respondeu “tem mudança sim, por que ajuda muito comprar o material, que quando chega no dia a gente compra né?” (DONA JOANA, 08/11/2013). A compra de material a que Dona Joana se refere diz respeito ao

material escolar dos filhos. Para Dona Joana o PBF passou então a fazer diferença a partir do momento em que sozinha passou a ser a responsável pela manutenção da família, uma das características das mães, como vimos anteriormente.

Dona Gleice, entretanto, foi a única mãe a dizer que o dinheiro recebido não trouxe muitas mudanças, segundo ela,

Pra mim não. Eu glorifico e agradeço a Deus pelo que recebo, porque já é uma ajuda. Mas mudança, mudança mesmo não teve, porque se fosse uma quantia maior, que pudesse assim... eu fazer algo mais, aí tudo bem poderia dizer que havia mudança. Mais o que fazer com 32,00 reais? (DONA GLEICE, 08/11/2013).

O recurso recebido é visto por ela como uma ajuda. Lembrando aqui que Dona Gleice é uma das mães com vínculo trabalhista, sendo auxiliar de serviços gerais em uma escola do município de Feira de Santana. Ao longo da entrevista foram constantes as vezes em que Dona Gleice questionou o que recebia considerando ser um valor baixo para a manutenção dos gastos domésticos bem como da compra de material escolar. Pelo recurso que recebe, Dona Gleice deve ter sido cadastrada para recebimento do benefício variável que antes do reajuste anual de 2014 era no valor de R\$32,00²⁹.

Por fim, para Dona Isabel, as mudanças advindas com a bolsa foram importantes na compra de material escolar para os filhos dando suporte para a manutenção dos mesmos como alimentação e medicação. Segundo ela

Com a bolsa teve contribuições. Material escolar que no final do ano vem muitas coisas pra comprar né? Aí com o dinheiro da bolsa família já ajuda a comprar né? Pra questão dos materiais e também nos alimentos porque todo jovem tem que ter ali a alimentação certa e o salário que eu ganho não dá pra tudo e a gente temos que ter de roupa a remédio, de tudo em uma casa (DONA ISABEL, 11/11/2013).

Nos depoimentos coletados a relação das mães com o trabalho fez com que essa palavra aparecesse com frequência, configurando um elemento importante para a reflexão da relação pobreza, vulnerabilidade e PBF. De partida é válido notar que para a maioria das mães o trabalho está associado a sobrevivência, isto é, ao desenvolvimento de atividade que tem por

²⁹ De acordo com o Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, os valores dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), além das linhas que definem as situações de extrema pobreza e de pobreza, terão um reajuste de 10%. Esse aumento terá efeitos a partir de 1º junho de 2014. Assim, o Programa passará a atender famílias que tenham renda mensal por pessoa de até R\$ 77 (extrema pobreza) e famílias com renda *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154 (pobreza), desde que, nesse caso, haja crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes. Os benefícios, que compõem o valor mensal recebido pelas famílias, também terão aumento:

- O Benefício Básico, que é pago às famílias extremamente pobres, aumentará para R\$ 77,00;
- O Benefício Variável, pago às famílias pobres e extremamente pobres, que tenham crianças de 0 a 15 anos, gestantes ou nutrizes, aumentará para R\$ 35,00;
- O Benefício Variável Jovem (BVJ), pago às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes de 16 e 17 anos, aumentará para R\$ 42,00; e
- O Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) terá aumento caso a caso, pois deverá ser concedido para famílias que, mesmo após receber os demais benefícios do PBF, permaneçam com renda por pessoa de até R\$ 77,00. Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acesso em 21 de mai. de 2014.

finalidade a obtenção de alguma renda para o sustento da família. Nesta noção o trabalho se apresenta em sua feição de exploração e, como tal esvaziada como atividade criadora, constitutiva do homem como sujeito histórico. Isto se manifestou em algumas das famílias entrevistadas, a exemplo da família de D. Gleice ao relatar o motivo que levou um de seus filhos estudar à noite:

Meu filho passou a trabalhar desde os treze anos de idade e aí quando ele chegava em casa ele chegava muito cansado porque ele começou a trabalhar logo em oficina de mecânica e é um trabalho muito cansativo coitado, quando ele chega em casa saía não dava nem tempo de almoçar voltava de novo e quando chegava em casa voltava todo sujo de graxa e aí tinha que tomar banho às pressas para ir para a escola. Aí quando ele chegava na escola em vez de ele ter a mente assim leve para poder estudar ele acabava dormindo cansado. E quando era no outro dia não tinha tempo de fazer as tarefas. Aí ele passou a estudar a noite assim mesmo depois que completou porque para estudar a noite tinha que ter a idade de dezesseis anos aí foi quando ele passou a estudar a noite (D. GLEICE, 08/11/2013).

Dentre os elementos relatados por D. Gleice, alguns merecem relevo. O primeiro deles refere-se ao ingresso no mercado de trabalho por um de seus filhos já na adolescência, característica presente em muitas famílias pobres que, diante das baixas remunerações obtidas, mais pessoas da família passam a trabalhar para ajudar no orçamento doméstico. Segundo, o tipo de trabalho desempenhado pelo filho de Dona Gleice, é característico de outros beneficiários do programa, senão vejamos na fala de D. Ana ao justificar, os motivos que levaram seus filhos, assim como o caso anterior, solicitar transferência para o turno noturno. “Eles mudaram pra noite porque eles quiseram trabalhar como ajudante de pedreiro, aí arranjaram serviço como ajudante de pedreiro. Aí eu deixei eles trabalhar, vim aqui no colégio e conversei pra eles estudar a noite e aí eles liberaram” (D. ANA, 12/12/2013).

As realidades vivenciadas pelas famílias acima não representa caso isolado. Em estudo realizado por Teles e Stein (2013), também foi percebida situação análoga, como se nota no trecho abaixo:

O tipo de trabalho que sobra para os beneficiários do PBF está longe do modelo ideal em condições de trabalho, salário, vínculo empregatício; ao contrário, o trabalho precário, com baixa remuneração, sem vínculo empregatício é o que se apresenta para o público do programa (TELES e STEIN, 2013, p. 199-200).

As características citadas por Teles e Stein estão presentes na família de quase todas as mães entrevistadas, as quais relataram a convivência com trabalhos mal remunerados, precarizados, com jornada elevada, como podemos verificar nas falas abaixo.

Desde que entrei na prefeitura pra trabalhar nunca fiquei sem trabalhar. Mesmo quando não trabalhei com carteira assinada trabalhei assim, em roça, sempre trabalhei fui doméstica, trabalhei em casa de família. [...] Apesar das dificuldades enfrentadas sempre incentivei como até hoje incentivo meus filhos estudar porque é minha obrigação como mãe que meu filho se forme, ver meu filho na faculdade ver meu filho crescer. Então, claro que eu quero que ele estude como agora mesmo ele tem dezenove anos, já era pra ele estar formado, fazendo uma faculdade, mas não,

como é também que eu vou forçar? Como mãe aconselho, falo, mas hoje em dia quem é pai ou mãe sabe a dificuldade que tem da criação dos jovens, principalmente a gente que é mãe e não tem um pai por perto, mas também eu criei os dois e estamos conseguindo. Meu filho é um filho bom, trabalhador, o motivo de não conciliar os dois é que sai muito tarde do trabalho, ele trabalha o dia todo, não tem tempo (DONA GLEICE, 08/11/2013).

Quando a pessoa tem um trabalho certo assim numa firma aí você não sente falta não, mas quando a pessoa faz bico e é uma pessoa só dentro de casa aí faz falta sim. [...] Porque são trabalhos aqui em Feira e ele (*seu marido*) trabalha em vários lugares pra poder sustentar a casa. (grifos nossos) (DONA VÂNIA, 08/11/2013).

Acho que não tem nenhum tipo de trabalho assim para pessoas assim que nunca estudou. Eu nunca precisei tirar a menina da escola, mas antes de eu receber o benefício (do outro que eu não recebia) eu pensei em tirar ele, pra mim poder trabalhar e levar ele pro trabalho em casa de família, só que logo eu encontrei ajuda e aí não precisou graças a Deus (DONA JOANA, 08/11/2013).

Na vida da família de Dona Gleice o trabalho precarizado aparece desde sua infância visto que os trabalhos desenvolvidos por ela, como destacado acima, são, em sua maioria, trabalhos historicamente marcados por baixa qualificação e, por esta justificativa, acompanhados de baixas remunerações e sem garantias trabalhistas. Seu filho, repetindo a trajetória da mãe iniciou a vida de trabalhador cedo, prejudicando a continuidade dos estudos, como se depreende de sua fala.

Outra característica do trabalho desenvolvido pelos membros das famílias entrevistadas é o caso de Dona Vânia, cujo marido precisa trabalhar em vários lugares para compor a renda familiar, trabalho este que, devido ao seu caráter esporádico é comumente chamado de “bico”, termo utilizado pela própria beneficiária. No caso de Dona Joana, a mesma acredita não conseguir trabalho devido à falta de estudos, característico das concepções que depositam na educação a responsável pela inserção (em caso de sucesso escolar) ou não (em caso de fracasso ou falta de acesso) no mercado de trabalho. Entretanto, como vimos discutindo até aqui sabemos que o problema do desemprego no Brasil não reside apenas na falta de qualificação e/ou estudo.

Ademais, as próprias formas de organização e de controle do trabalho, e, principalmente, as relações estabelecidas nas sociedades capitalistas são neste contexto chaves interpretativas importantes para avançarmos na compreensão desta realidade. É necessário lembrar, portanto, que na sociedade da mercadoria o trabalho, além de elemento de exploração humana, como salientara Silva (2013), é “expressão de opressão” e como tal o trabalho se materializa de forma contraditória. Desta forma,

O trabalho, embora seja o elemento central para a produção da existência humana, ao ser mercantilizado é também base para a exploração do homem e, mais, para a sua reificação [...] Na realidade, a reificação do homem está intimamente relacionada à sua alienação, ou seja, à cisão do homem em relação ao objeto que o engrandece como homem, à indiferença do homem frente ao objeto de seu trabalho (SILVA, 2013, p. 59).

Em que pesem as formas contraditórias pelas quais o trabalho vem sendo operado, compreendemos que

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1986, p. 50).

Assim, numa concepção contrária ao lugar que o trabalho vem ocupando, o compreendemos como transcendência humana em que o “homem realiza sua vontade, afirmando-se como sujeito, construtor de sua humanidade” (ASBAHR; SANCHES, 2013, p. 13). Entretanto, como dito, o lugar ocupado pelo trabalho em nossa sociedade para além de prover sua realização enquanto sujeito autônomo, promove, cada vez mais, o seu afastamento dos produtos de sua atividade, exigindo das massas de trabalhadores, para extração da mais valia, tempo cada vez maior no desenvolvimento de suas atividades, o que provoca na vida de muitos trabalhadores a “falta de tempo”, inclusive para prosseguimento dos estudos. No contexto do PBF contudo, a categoria trabalho foi, por muitas vezes, contraposta à educação, refletindo concepções de trabalho expressivo das relações de exploração capitalista e de uma educação voltada à formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Neste cenário, quando se olha para o lugar da transferência de renda na vida dos beneficiários, é possível perceber que o programa vem cumprindo o papel de suprir demandas materiais onde o acesso a atividade remunerada é precária ou ausente. Pelo que se depreende dos depoimentos, o acesso a produtos e serviços que antes encontravam dificuldade para acessar foi possível a partir do recebimento do benefício para a maioria das mães. A contribuição para compra de alimentos e pagamento de contas, por exemplo, revela-se presente na vida de quase todas. Entretanto, para algumas delas a hipótese do desligamento do programa (lembrando que o descumprimento das condicionalidades pode provocar a suspensão do pagamento e até mesmo desligamento do programa) poderia recolocar a família na condição vivida antes do ingresso no mesmo. Isto significa dizer que as bases de promoção de meios emancipatórios das famílias continuam frágeis, ou praticamente não existem. Por muitas vezes as mães expressavam sua condição de beneficiária como se a mesma fosse permanente, o que contradiz o caráter do mesmo de prover o alívio dos efeitos da pobreza e de meios para emancipação das famílias beneficiárias de modo que possam sair do Programa por espontânea vontade. No entanto os depoimentos não revelaram, após aproximadamente dez anos de pertencimento ao programa, que as mães desenvolveram estratégias que promovessem sua emancipação. Daí decorre a importância de se refletir sobre políticas sociais que ultrapassem o limite do emergencial.

5.4. EDUCAÇÃO PARA QUÊ? RELAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS E A ESCOLA

No movimento de apreender as possíveis influências do programa na vida de seus beneficiários (lembrando que no capítulo anterior perseguimos o desempenho escolar dos estudantes beneficiários por meio de fontes documentais da escola), na presente seção continuamos a apreender as influências do programa na vida de seus beneficiários a partir das entrevistas realizadas com as mães. As respostas às perguntas formuladas revelam um pouco da trajetória dos estudantes e, para além disto, as dificuldades enfrentadas pelas famílias na efetivação deste direito. Também foi possível compreender a concepção de educação que emergiu de suas falas.

As entrevistas evidenciaram ainda a preocupação e esperança depositada pelas mães na educação dos filhos chegando, muitas vezes a conceber a educação pelo viés salvacionista, acreditando ser a falta de estudos o fator responsável pela situação de pobreza que enfrentam desde a infância, concepção que continua a ser disseminada não só no interior das escolas, mas também por vários veículos de formação de opinião, tais como partidos políticos e meios de comunicação. Por meio dessa concepção vem se difundindo uma visão mágica de mudança da realidade na qual os problemas relacionados ao desemprego, baixa renda e exploração são superados apenas com a escolarização. Tal concepção encobre o peso dos aspectos estruturais de nosso modo de produção, responsável não apenas pela “falta” de emprego para todos, mas principalmente pelo quadro de desigualdade presente em nosso país.

Os relatos das entrevistas revelaram que embora as mães se preocupem com a educação dos filhos, o que vem contribuindo para a frequência à escola é o risco de suspensão do benefício ou desligamento do PBF. À exceção dos estudantes que trabalham os demais só faltam à escola, segundo suas mães, quando adoecem ou por motivo de força maior. Quanto a isto, D. Vânia relata que:

Eles só faltam quando eles estão doentes. Bem doentes assim que eu trago o atestado médico. Mas eles não faltam, eles é frequentes na escola. Quando quer faltar e diz ‘ó mainha hoje eu não quero ir’, eu mando tomar vergonha e se arrumar (D. VÂNIA; 08/11/2013).

Assim como no relato de D. Vânia, as demais mães demonstraram preocupação com a frequência. Caso a parte, um dos filhos de D. Gleice que perguntada se as crianças frequentam a escola normalmente, assim respondeu:

Só minha menina, meu menino frequenta variavelmente. Porque durante um ano se ele vai na escola um mês ele vai muito... Ele trabalha. Ele trabalha das seis, seis e vinte até sete horas da noite... É assim eu nunca tive marido sempre fui mãe solteira e aí sempre quando ele tinha treze anos ele passou a trabalhar para me ajudar (D. GLEICE, 08/11/2013).

Além da frequência escolar, outro aspecto abordado nas entrevistas e que revela a relação entre as famílias beneficiárias e a escola diz respeito ao abandono. Assim, como em muitos casos no Brasil, um dos filhos de D. Gleice tem histórico de abandono escolar em prol da ajuda financeira à família. O trabalho, então, tem se constituído neste caso no principal fator do abandono escolar. No que concerne ao abandono dois filhos das entrevistadas encontram-se nesta situação, é o caso de um dos filhos de D. Gleice, referido acima, e de D. Ana que, os quais deixaram os estudos para trabalhar.

Segundo dados do IBGE (IBGE, 2010), no Brasil, em 2008, apenas 21,5% da população com mais de 25 anos de idade possuía 11 anos de estudo. Este percentual reduz ainda mais quando a pesquisa eleva os anos de estudo, sendo 4,4% para os que possuíam de 12 a 14 anos de estudo e 9,5% para os que possuíam 15 anos ou mais. Tais dados refletem a desigualdade presente na sociedade e denunciam a negação do acesso a educação a grande parcela de nossa população. A negação que me refiro não está circunscrita apenas à oferta de vagas, mas à estrutura engendrada que coloca grandes massas de trabalhadores diante do dilema de dar continuidade aos estudos ou à manutenção da vida por meio do ingresso precoce no mundo do trabalho.

Se a muitos brasileiros não foi garantido o direito aos estudos, diante das baixas taxas de escolarização acima, o tempo disponível à leitura tornou-se ainda mais escasso diante da necessidade de trabalhar. Aliado a isso é importante não esquecer a complexa história da prática de leitura no país, como demonstraram Luckesi et al (2012). Ao analisarem tal prática os autores evidenciaram o quão negado foi o direito à leitura às populações pobres do país em diferentes momentos da história. Segundo os autores,

A prática de leitura, em nosso país, tem negado o entendimento que vimos estabelecendo sobre a mesma em discussões anteriores. Um rápido retrospecto histórico, a esse respeito, bastará para nos mostrar sua insuficiência e inautenticidade. Nesse particular, é evidente que nunca poderemos esquecer a nossa origem colonial, com as implantações, imposições e castrações que lhe foram inerentes e cujos reflexos, ainda hoje, se fazem sentir em todos os aspectos de nossa vida (LUCKESI et al, 2012, p. 158).

Neste sentido, como um indicador de continuidade na baixa prática de leitura presente na história do Brasil entre as populações pobres, constatamos, a partir das entrevistas, a ausência ou baixa prática da leitura nas famílias participantes da presente pesquisa. Perguntado às mães se seus filhos costumavam ler (revistas, jornais, literatura, enfim) à exceção da realização das atividades obrigatórias da escola, na maioria dos casos (quatro das cinco mães) responderam que não leem e que o mesmo acontece com os filhos, como é ilustrativa a fala de D. Gleice que, perguntado se os filhos faziam leitura como deveriam,

enfaticamente respondeu: “eles não leem como deveria não, eles não lê” (D. Gleice). A única mãe que respondeu que a filha costuma fazer leituras em casa esclareceu que tais leituras correspondiam à leitura diária da Bíblia.

O mesmo se evidenciou no que diz respeito à frequência em bibliotecas, prática inexistente em todas as famílias entrevistadas. Ressalte-se que embora a unidade escolar conte com espaço destinado à biblioteca o mesmo também é utilizado como sala de vídeo servindo ainda de passagem para a sala de informática, fato que compromete os requisitos mínimos para a prática da leitura e constituição de leitores. Diante da carência financeira das famílias das mães participantes das entrevistas a compra de livros se revelou uma realidade distante, expressando nas falas dificuldade, inclusive, na compra dos livros didáticos caso fossem exigidos pela escola.

Ao perguntar às mães se costumam ir à escola acompanhar a vida escolar dos filhos apenas uma respondeu positivamente sendo que as demais vão à escola quando são chamadas para reunião de pais. À exceção de uma das mães que respondeu que raramente vai à escola, principalmente nas reuniões realizadas aos sábados, devido à questões de ordem religiosa.

Na tentativa de apreender as dificuldades enfrentadas pelos filhos das beneficiárias, questionamos acerca dos estudos, tendo Dona Joana dito que,

Ela tem muita dificuldade, assim, matemática agora ela melhorou bastante. Ela tem dificuldade assim... como é que fala...? Ah, em memorizar. Ela passa o tempo todo estudando, estudando que é pra poder conseguir fazer o dever certinho né? Aí ela tem que passar o tempo todo estudando. Essa é a dificuldade que ela tem, mas ela estuda muito (D. JOANA, 08/11/2013).

Assim, segundo Dona Joana, sua filha tem dificuldade em “memorizar”, ou, em outras palavras, decorar o conteúdo que será abordado nas avaliações, o que contradiz uma concepção de educação que preze pela formação de sujeitos críticos capazes de perceber, analisar e, por conseguinte, transformar a realidade em que vive. Entretanto, a educação a partir da perspectiva de reprodução dos conhecimentos adquiridos desconexa da realidade contribui para a manutenção do *status quo* e por sua vez, para a produção e reprodução do quadro de desigualdade presente em nosso país há séculos.

Ao perguntar se a participação no programa trouxe alguma influência para os estudos da sua filha, Dona Joana respondeu que não poderia afirmar a existência de influência devido ao fato de já receber o benefício antes da filha iniciar os estudos: “Não porque ela sempre recebeu... porque quando eu comecei a receber ela tinha seis anos”. Entretanto, como vimos acompanhando nos depoimentos anteriores da beneficiária a mesma afirmou sobre a situação financeira da família que “nunca foi tão ruim porque eu morava com o meu marido né, só

ficou ruim depois que ele saiu”. Assim, apreende-se, do quanto informado por Dona Joana, que após a separação do casal, a situação financeira da família piorou, sendo que o valor recebido pelo PBF passou a ter lugar central diante do fato de Dona Joana não trabalhar, tendo esta sinalizado mudanças na vida da família com a participação no Programa. Retomando seu depoimento, assim falou: “Tem mudança sim, por que ajuda muito comprar o material, que quando chega no dia a gente compra né?” E mais, sobre como o recurso é utilizado disse que “serve para pagar luz, serve pra comprar gás, serve pra comprar remédio, serve pra comprar material” (DONA JOANA, 08/11/2013)

Avançando sobre a importância da educação escolar na vida da filha, Dona Joana acredita efetivar-se na contribuição para “arranjar um emprego”. A “conquista de um bom emprego” para Dona Joana, faria com que a família interrompesse o ciclo de pobreza que atravessa há gerações, revelando assim uma concepção salvacionista da educação. Entretanto, como já sinalizado anteriormente, a educação escolar por si só é incapaz de, como um passe de mágica, mudar a vida material das famílias no modo de produção capitalista.

Todavia, como um dos aspectos contraditórios da educação escolar neste sistema, ao ser uma obrigação do Estado, permite a abertura de brechas para a reivindicação por parte das populações marginalizadas de condições melhores de sobrevivência, como argumentam Asbahr e Sanches (2013).

Se é verdade que o Estado serve às classes dominantes, também é verdade que, em um regime democrático, mesmo que formal, há espaço para outros grupos sociais reivindicarem condições melhores de sobrevivência que garantam um mínimo de dignidade à existência humana (ASBAHR; SANCHES, 2013, p. 40).

O papel da educação na vida das famílias pobres no Brasil pode abrir perspectivas de transformação da realidade a partir da busca da transformação desta derrubando argumentos que naturalizam a pobreza e a estrutura social vigente. Entretanto, sabemos que a educação sozinha não é capaz de em um passe de mágica, transformar a situação de miserabilidade presente em nosso país, embora tenha lugar importante no processo de questionamento do que aí está.

Influenciadas por discursos prolatados nos diversos veículos de comunicação que apresentam a educação (na maioria das vezes mercadológica) como passaporte para uma vida promissora, a maioria das mães depositam na educação a possibilidade de mudança da situação de pobreza por meio do acesso a postos de trabalho mais qualificados, como podemos verificar, por exemplo, na fala de Dona Ana ao pedir para que falasse sobre a importância da educação da vida de seus filhos:

A importância para mim é deles estudar, ser algum na vida. Eles terminando os estudos eles podem arrumar um trabalho melhor pra eles e melhorar a vida deles né? Melhorar a situação que terminando os estudos entrando em qualquer curso eles melhoram bastante a vida deles. O curso que eles quiserem formar ... vai melhorar a vida deles (DONA ANA, 12/12/2013).

“Ser alguém na vida”, então, refere-se à ocupação de “um trabalho melhor”, em outras palavras, mais qualificado, lembrando que dois dos filhos da entrevistada trabalham como ajudante de pedreiro. Outra das mães entrevistadas, Dona Gleice, embora traga em sua resposta uma reflexão mais elaborada sobre a educação, revelando uma preocupação por uma educação de qualidade, também deposita na educação a possibilidade de sua filha ao terminar os estudos, ingressar no mercado de trabalho, no caso, por meio do concurso público.

Educação não só pra vida de meus filhos, mais pra vida de muitos filhos, de muitas mães nesse Brasil, seria o que, a educação um ensino de qualidade. Uma educação mesmo de qualidade (pausa) pra tudo. Hoje em dia sem o estudo se vai a lugar nenhum? Seria importante pra ela fazer um curso, passar num concurso, porque se você não tiver o 1º grau completo, o 2º grau completo, você não faz nada. Você não passa em um concurso, você não tem um trabalho melhor, você não vai pra lugar nenhum, não acha nada. Hoje em dia, pra ser um simples gari tem que ter o ensino fundamental, que é o 2º grau completo. O estudo hoje, resumindo tudo, na vida da gente, pra mim, como mãe, pra mim é um tudo. Um tudo mesmo. Não tem nada como um ensino, saber estudar, poder se expressar, poder falar, porque tem tantas pessoas que estuda, nunca saiu de um lugar pro outro, porque não sabe, não sabe se comunicar, não sabe conversar, não sabe falar (DONA GLEICE, 08/11/2013).

Assim como Dona Gleice e Dona Ana, Dona Isabel também deposita na educação escolar a possibilidade de mudança nas condições de vida por meio do ingresso de seu filho no mercado de trabalho. Questionada se a participação no programa tem alguma influência nos estudos da filha, assim respondeu:

Não só por causa do Bolsa Família, porque eu trabalho em uma faculdade e vejo a iniciativa de lá do ambiente de trabalho e digo a minha filha estude porque tudo hoje é o estudo sem ele você hoje não tem nada, você não tem um emprego, não tem como ter dinheiro porque para ter dinheiro e para ser alguém na vida você tem que estudar. Porque tudo na vida tem que ter estudo pra você ser um doutor ser um advogado, qualquer coisa tem que ter faculdade (DONA ISABEL, 11/11/2013).

Segundo Dona Isabel “tudo hoje é o estudo”, sem o qual a pessoa nada tem. A concepção de educação presente em sua fala é a de que, “para ser alguém na vida, tem que ter estudo”, o que reflete, como já vimos discutindo, uma concepção de educação mágica, ingênua, como se esta pudesse por si só projetar seus egressos aos postos de trabalho almejados e melhor remunerados. A escola aparece então nesta perspectiva, como sendo responsável pela inserção social dos sujeitos, mas neste caso, uma inserção comprometida com a reprodução do sistema, visto que a oferta de mão de obra é indispensável à lógica de funcionamento de nossa sociedade.

Paro (2001, p. 20) nos ajuda a compreender os anseios das mães entrevistadas ao afirmar que a vida dos membros das camadas trabalhadoras, desde a infância, é preenchida por preocupações a respeito do trabalho alienado que está desenvolvendo ou vai desenvolver. E esta vem sendo uma das preocupações das mães, ao depositar em possíveis postos de trabalho a serem ocupados por seus filhos a possibilidade de mudança no histórico de pobreza vivida pelas mesmas, visto que algumas consideram o fato de não conseguir emprego justifica-se apenas por não ter escolaridade.

As entrevistas realizadas nos permitem inferir ainda que, embora pujante a presença da educação como vetor de acesso a postos de trabalho, há mães que veem além e percebem a educação como algo importante para a vida, como podemos verificar no depoimento de Dona Gleice, para quem o estudo representa tudo na vida de uma pessoa. Retomando um trecho de sua fala acima ela afirma que “não tem nada como um ensino, saber estudar, poder se expressar, poder falar, porque tem tantas pessoas que estuda, nunca saiu de um lugar pro outro, porque não sabe, não sabe se comunicar, não sabe conversar, não sabe falar” (D. GLEICE, 08/11/2013). Os elementos presentes aí revelam a importância da educação escolar como algo que permite ao indivíduo a aquisição de instrumentos de comunicação e convívio em sociedade, “poder sair de um lugar pro outro”, se relacionar, conhecer e compreender o mundo. Aqueles que não têm acesso à educação, para ela deixa então o indivíduo preso ao mundo restrito e particular de sua vida.

Sendo assim, a educação elemento importante no processo de formação humana tem lugar na vida das beneficiárias, as quais, embora com poucos anos de formação escolar, conseguem tecer críticas às desigualdades sociais, embora muitas delas com percepção limitada da realidade que as circunda. Desta forma, ao criticar os problemas enfrentados no seu dia a dia e também pela escola onde seus filhos estudam e à escola pública em geral, depositaram a origem de tais problemas no governo, cuja relação passamos a analisar na próxima seção.

5.5. PROBLEMAS EDUCACIONAIS NA VISÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Ao longo das entrevistas chamou atenção a tendência das mães depositarem “no governo” a culpa por grande parte dos problemas enfrentados pelas populações pobres, principalmente os problemas enfrentados pela escola pública brasileira tais como

precariedade, baixos salários dos professores, baixa qualidade, enfim. Sendo assim, abordaremos aqui algumas das respostas que se destacaram neste sentido.

Ao perguntar se seus filhos têm algum tipo de dificuldade em termos de aprendizado, assim responderam as mães:

Na verdade, *as escolas hoje, do governo*, não tem muitos professores, faltam muitos professores e isso prejudica muito o aluno. *Não é culpa da escola, mas sim do governo* que isso aí nem eu sei explicar né porque se o aluno hoje não tem uma aula de tal disciplina porque não tem professor, *culpa é de quem? do governo né?* E isso às vezes atrapalha o ensino dos jovens. Às vezes os jovens fica... não tem aprendizagem como antes. Eu acho que hoje em dia a aprendizagem dos jovens não é como antes porque também o governo não oferece (grifos nossos) (DONA ISABEL, 11/11/2013).

Eu não sei se são os meninos mentindo porque a gente mãe não sabe quase nada que acontece na escola, só quem sabe são os professores e os alunos, mas, às vezes tem dificuldades porque de uns tempos pra cá tá acontecendo muitas, porque tá acontecendo greves nas escolas. Porque não está tendo aquele individual, como é que se fala, acompanhamento como deveria ter aí aluno já não tem muito interesse na verdade, né. Tem aluno que não tem muito interesse e a gente mãe é que tem que estar incentivando, tem que estudar, tem que estar pegando no pé pra chegar ao final do ano com uma nota que dê pra passar. Mas na verdade o governo quer mais é passar o aluno, o aluno passa que esteja bem ou não. Na verdade eu não quero isso quero que ele estude pra aprender, que o governo oferecesse mais professores, mais coisas, mais atividades na escola pro aluno se empenhar melhor (DONA ANA, 12/12/2013).

Eu acho que a educação não está como era antes. Mudou pra pior. Eu acho que é o método que os governantes manda que os professores faça. Aí já é culpa deles e as professoras tem que acatar e tem que passar pros alunos, aí fica difícil (DONA GLEICE, 08/11/2013).

Ao apontar deficiências enfrentadas pelas escolas públicas, em especial da unidade em tela, as mães acima tocam em pontos que revelam elementos da precarização da educação pública brasileira. Dona Isabel denuncia em sua fala a falta de professores, problema recorrente em muitas escolas baianas, o que para a mesma “prejudica muito o aluno”. Tal prejuízo advém da constante troca de professores temporários que cumprem a função de “tapar os buracos” existentes pela falta de contratação de profissionais e, em muitos casos, da presença maciça de estagiários³⁰ que, contrariando o que o estágio deveria representar em sua formação, assumem salas de aula, tornando-se muitas vezes autodidatas.

Vale retomar aqui a suposta relação entre superação da situação de vulnerabilidade social e educação no PBF. O acesso a educação que de acordo com o programa, em longo

³⁰ Nas escolas da rede estadual de ensino não são raros os casos de estudantes de graduação assumindo atividades de docência, embora sejam ‘estagiários’. Na prática esses sujeitos vêm substituindo professores em licença prêmio e médica, e até mesmo em casos de vacância por remoção ou aposentadoria. Entretanto, tais estudantes não dispõem de nenhum tipo de acompanhamento pedagógico, seja da Instituição de Ensino Superior a que pertencem, seja da direção escolar, já que poucas são as unidades de ensino na rede estadual da Bahia que dispõem de coordenador pedagógico.

prazo, poderia contribuir para interromper o ciclo intergeracional da pobreza³¹ encontra sérios entraves ao exercício deste direito diante da precariedade do ensino ofertado à população pobre e cujos exemplos são percebidos pelos próprios beneficiários. Se por um lado se pretende incentivar o acesso à educação, por outro não se verifica a implementação de políticas educacionais capazes de ofertar um ensino que altere os baixos indicadores presentes na história educacional brasileira.

Observemos o que diz o artigo do Decreto 5.209/2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família:

Art. 27. As condicionalidades do Programa Bolsa Família previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios e se destinam a:

I - estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, *promovendo a melhoria das condições de vida da população;*

[...]

Parágrafo único. Caberá às diversas esferas de governo *garantir o acesso pleno aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social*, por meio da oferta desses serviços, de forma a viabilizar o cumprimento das contrapartidas por parte das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (grifos nossos) (BRASIL, 2004a).

Como se depreende do artigo supracitado, o PBF por meio das condicionalidades, entre elas a educação, busca a promoção de melhoria nas condições de vida da população, cabendo às diversas esferas de governo a *garantia do acesso pleno* aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Entretanto, a materialização do acesso pleno a estes direitos sociais, no caso da educação, vem sendo provido de forma mínima aumentando-se o número de vagas nas escolas sem, no entanto, prover melhoras nos níveis de ensino, estrutura física ou valorização dos profissionais da área, o que não se reduz apenas à questões salariais, mas também a melhores condições de trabalho.

Os relatos das mães revelam que na prática o Programa contradiz o quanto proposto em seus enunciados, visto que a garantia de melhoria nas condições de vida da população requer mais que a mera oferta dos referidos serviços. Requer a disponibilização de estrutura de atendimento capaz de fornecer serviços de qualidade. Isto implica, dentre outros, a disponibilização de equipamentos físicos e recursos humanos compatíveis com o desenvolvimento das respectivas atividades, sejam elas da área da saúde, educação ou assistência social.

³¹ A exemplo do que consta na Instrução Operacional Conjunta nº 19 do MDS: “O acesso aos serviços de educação e de saúde é um direito básico e é fundamental para possibilitar a proteção social das famílias e o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza”. Disponível em: ftp://ftp.datasus.gov.br/ftp bolsa/download/IO-Conjunta-%20no-19-%20SENARC-SNAS%2007de-fevereiro-de-2013_alterada.pdf Acesso em 16 de jun. de 2014.

O problema advindo da falta de professores, por exemplo, segundo Dona Isabel diz respeito ao governo o qual, em suas palavras, não oferece a aprendizagem. Embora as mães localizem os governos como responsáveis diretos pelo quadro de precarização nos serviços públicos, existem elementos estruturais mais complexos que envolvem a relação entre a oferta de serviços públicos e a prestação precária dos mesmos.

No que concerne à educação, o quadro desenhado pelas mães insere-se no movimento de precarização da profissão docente que, dentre outros fatores, traz consigo baixas remunerações, tornando a profissão pouco atrativa, além das péssimas condições de trabalho que vão desde a infraestrutura escolar à qualificação profissional.

Outro ponto que reflete alguns dos problemas encontrados nas redes públicas de ensino é percebido tanto na fala de Dona Ana quanto na de Dona Isabel, especialmente no que concerne às “greves nas escolas”. O direito à greve, embora constitua uma conquista histórica dos trabalhadores, vem sendo propalada, principalmente por alguns veículos de comunicação, como algo que prejudica a população. A fala de Dona Ana reflete o aspecto negativo da imagem transmitida por veículos de comunicação alinhados à lógica capitalista ao associar as dificuldades enfrentadas pelos alunos às greves realizadas pela categoria docente.

O “governo” também aparece na fala de Dona Ana, para quem “o governo quer mais é passar o aluno, o aluno passa quer esteje bem ou não”. Problemas enfrentados pela educação pública brasileira que dizem respeito ao modelo de Estado, de sociedade e de educação são também na fala desta mãe relacionados ao governo que, em muitos casos, acaba por ser personificado em um indivíduo, o ocupante do cargo governamental.

Para a terceira mãe, a educação “mudou pra pior”, referindo-se ao tipo de educação ofertada a seus filhos e que esta piora diz respeito ao método de ensino utilizado pelos professores, método este que, segundo ela, “os governantes manda”. Mais uma vez, como no caso das demais mães, Dona Gleice associa o ensino ofertado pela escola Caminho das Letras ao método determinado “pelos governantes”. Embora com percepções limitadas, as críticas feitas pelas mães sinalizam elementos presentes na lógica dominante na sociedade em geral e na educação em específico, qual seja, a lógica de produção capitalista.

Os depoimentos das mães acima revelam que a educação que vem sendo ofertada a seus filhos não vem atendendo às expectativas da educação de qualidade que almejam e que, embora a unidade de ensino conte com um número considerável de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, poucos são os investimentos em termos de melhoria das condições de ensino. Ainda é perceptível nas escolas a presença de número elevado de alunos por sala, escolas sem infraestrutura adequada, dentre outros. Ilustrativo disto é uma pesquisa

realizada por Neto, Jesus, Karino e Andrade³², na qual constataram que apenas 0,6% das escolas brasileiras têm infraestrutura avançada para o ensino (com todos os elementos necessários para um bom funcionamento da escola, contando com biblioteca, quadra esportiva, laboratório de informática, de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais). Invertendo-se o dado percentual acima, significa dizer que 99,4% das escolas brasileiras não possuem infraestrutura avançada para o ensino.

Ainda de acordo com a pesquisa, as diferenças regionais são ainda mais gritantes. Das 24.079 unidades de ensino da Região Norte, 71% podem ser consideradas no nível elementar, o mais precário, sendo que no Nordeste o índice encontra-se em 65%. Se as escolas das áreas urbanas apresentam problemas de infraestrutura, nas escolas rurais a situação é ainda mais crítica, visto que enquanto 18,3% das escolas urbanas têm infraestrutura elementar, 85,2% das escolas rurais encontram-se nesta categoria. Vale ressaltar que a pesquisa enquadrou as escolas em quadro categorias: Infraestrutura elementar, Infraestrutura básica, Infraestrutura adequada, Infraestrutura avançada, sendo a de infraestrutura elementar a menos estruturada e a de infraestrutura avançada a mais estruturada.

A pesquisa realizada acima é ilustrativa dos problemas pelos quais vem passando as escolas públicas no Brasil, o que exige a implementação de ações que fomentem não apenas o acesso, mas a oferta de serviços educacionais de qualidade como preconiza a Carta Magna brasileira de 1988. Se, para além de incentivar a matrícula e permanência dos estudantes na escola, o programa não vem investindo em melhoria nas condições de ensino, como promover, por meio da educação, a saída da situação de vulnerabilidade social das famílias alvo do mesmo? É o que analisaremos a seguir.

5.6. APROXIMANDO OLHARES: ANALISANDO O DESEMPENHO ESCOLAR DE DEZ ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS

A fim de complementar a análise da influência do Programa Bolsa Família no desempenho escolar de seus beneficiários e tentando uma aproximação com o desempenho dos filhos das cinco mães entrevistadas, percorremos os resultados dos mesmos do ano 2006 a 2012, anos em que foram encontrados registros dos mesmos nas atas de resultados finais da unidade Escolar Caminho das Letras.

³² Disponível em < <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/04/menos-de-1-das-escolas-brasileiras-tem-infraestrutura-ideal.htm>> Acesso em 21 de mai. de 2014.

Localizamos nas atas os nomes dos filhos das mães entrevistadas e é em referência a estas que analisaremos o desempenho dos estudantes. Vale salientar que a análise se restringirá aos filhos que estudam na escola em tela. Dessa forma, foram localizados dez estudantes: três filhos de Dona Ana, dois de Dona Vânia, dois de Dona Gleice, dois de Dona Isabel e um de Dona Joana, cujos dados sobre aprovação (A), reprovação (R) e abandono (AB) encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 4: Desempenho escolar dos estudantes beneficiários (2007-2009)³³

| Nome | 2007 | | | 2008 | | | 2009 | | |
|---------|------|---|----|------|---|----|------|---|----|
| | A | R | AB | A | R | AB | A | R | AB |
| Paula | | | | X | | | X | | |
| Carol | | | | | | | X | | |
| Fábio | X | | | | X | | | | X |
| Lúcia | X | | | | X | | X | | |
| Cléber | | X | | X | | | X | | |
| Leandro | | | | | | | X | | |
| Rita | | X | | X | | | X | | |
| Mário | | | | | | | | X | |
| André | | | | X | | | | X | |
| Laura | | | | | X | | | X | |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos dos arquivos da Unidade Escolar Caminho das Letras, onde A= aprovação; R= Reprovação e AB= Abandono

Quadro 5: Desempenho escolar dos estudantes beneficiários (2010-2012)

| Nome | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | |
|---------|------|---|----|------|---|----|------|---|----|
| | A | R | AB | A | R | AB | A | R | AB |
| Paula | X | | | X | | | X | | |
| Carol | X | | | X | | | X | | |
| Fábio | | | X | X | | | | | X |
| Lúcia | X | | | | X | | X | | |
| Cléber | | X | | | X | | X | | |
| Leandro | | X | | | X | | | X | |
| Rita | X | | | | X | | X | | |
| Mário | X | | | | | X | | | X |
| André | | X | | X | | | X | | |
| Laura | | X | | X | | | X | | |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos dos arquivos da Unidade Escolar Caminho das Letras, onde A= aprovação; R= Reprovação e AB= Abandono.

³³ Os espaços em branco do ano 2007 referem-se aos alunos Paula, Carol, Leandro, Mário, André e Laura, cujos dados não foram localizados nas atas de final de ano.

Assim como fizemos com as mães entrevistadas, adotaremos nomes fictícios para os seus respectivos filhos. Dos filhos de Dona Vânia, dois foram localizados nos registros da escola. Rita, a filha mais velha estuda na escola desde o ano de 2007. De 2007 a 2012, Rita alternou anos de aprovação e reprovação tendo em seu desempenho duas reprovações e quatro aprovações. Leandro, o segundo filho, tem registro na escola desde o ano de 2009. Dos quatro anos que estuda na escola Caminho das Letras tem em seus registros duas aprovações e duas reprovações.

Os filhos de Dona Ana localizados nas atas da escola serão aqui tratados por Mário, André e Laura. A situação da família de Dona Ana é peculiar, visto que todos os filhos foram transferidos para o turno noturno devido a necessidade de trabalhar ou ajudar nos afazeres domésticos. Laura, de 2008 a 2012 foi reprovada três vezes, conseguindo neste período apenas duas aprovações, estas quando passou a estudar no turno noturno. André, assim como Laura, estuda na escola desde o ano 2008, possuindo neste período três aprovações (duas das quais no noturno) e duas reprovações. O filho mais novo, Mário, que também estuda a noite para trabalhar durante o dia, do ano 2009 a 2012 tem em seu histórico uma aprovação, uma reprovação e dois casos de abandono.

Por sua vez, os filhos de Dona Gleice, Carol e Fábio, possuem desempenhos opostos. Enquanto a menina não possui em seus registros (2009-2012) nem reprovação nem abandono, Fábio, provavelmente pelo fato de trabalhar, possui três evasões, uma reprovação e duas aprovações entre os anos 2007 e 2012.

Ambos os filhos de Dona Isabel estudam na escola Caminho das Letras desde o ano de 2007. Embora tanto Lúcia quanto Cleber tenha caso de reprovação, a primeira, de 2007 a 2012 foi reprovada duas vezes e aprovada quatro vezes no período, enquanto Cleber conta com três reprovações e duas aprovações no período, ambos sem abandono. Por fim, a filha de Dona Joana, aqui nomeada de Paula, estuda na escola desde 2008, sendo que deste ano até o ano de 2012 não tem registros de reprovação nem de abandono escolar.

A análise do desempenho dos filhos das mães entrevistadas aponta para um número expressivo de reprovações, visto que dos dez estudantes, oito tem em seus registros casos recorrentes de reprovação, sendo que apenas dois dos estudantes nunca foram reprovados no período analisado. Chama a atenção, ainda, os que foram transferidos para o noturno diante da necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção da casa.

O quadro acima exposto ganha ainda mais relevo quando retomamos a discussão acerca da vinculação da educação como condicionalidade do Programa Bolsa Família e da importância atribuída àquela no processo de mudança em longo prazo do histórico de pobreza

das famílias beneficiárias. Entendemos e reiteramos que, embora o PBF tenha por objetivo direto a transferência monetária às famílias beneficiárias com o fito de atenuar os efeitos da pobreza, a educação, assim como a saúde e a assistência social, são apresentadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social³⁴ como elementos-chave no processo de retirada das famílias da situação de miserabilidade em que se encontram, bem como de interrupção do ciclo intergeracional da pobreza (como anunciamos anteriormente). Contudo, esta relação encobre contradições que ultrapassam os limites da transferência de renda. Diz respeito à vinculação de direitos sociais e, portanto, universais, à uma política de característica focalizada.

Partindo da compreensão de que a educação é um direito garantido constitucionalmente, sua oferta e garantia não pode estar condicionada a participação em programas sociais focalizados. Entretanto, como já sinalizado nos capítulos anteriores, esta vem sendo usada como elemento condicional para o recebimento de valores monetários. Como programa social que tem origem no marco histórico de emergência da ideologia neoliberal em nosso país, o PBF carrega consigo características que contradizem o caráter das garantias inerentes aos direitos sociais anunciadas Constituição Federal de 1988. Em lugar de prover o pobre de direitos sociais face às desigualdades presentes no Brasil, concede-se benefício monetário, exigindo em troca a contraprestação de obrigações, sob pena de sofrer penalização que vai desde a suspensão do benefício à exclusão do programa. Neste sentido Pereira argumenta que

Sob o domínio do neoliberalismo, construíram-se ortodoxias ideológicas e moralistas (Dean, 2006), em torno de uma ética de *autorresponsabilização* dos indivíduos *pobres*, que obriga a estes a autossatisfazerem suas necessidades sociais; ou, então, a darem algo em troca pelos auxílios públicos recebidos, como se fossem eternos devedores, e não credores, de vultosas dívidas sociais (Pisón, 1998). Donde se conclui que a ética da autoproteção social que está se fortalecendo e se impondo como a ortodoxia do momento mundo afora, incluindo o Brasil, funciona apenas para os pobres (2012, p. 738).

As reflexões trazidas pela autora são pertinentes para a análise dos programas sociais atuais, não se restringindo apenas ao Programa Bolsa Família, tendo em vista a disseminação do que ela nomeia como ética de *autorresponsabilização* dos indivíduos pobres. Tal característica está presente no PBF quando se exige a frequência escolar dos filhos das mães beneficiárias, além de participação dos pais em cursos oferecidos pelo MDS e até mesmo da oferta de trabalho em postos em sua maioria precários. No que concerne a estes últimos, os mesmos são alvo quando o programa se propõe a retirada das famílias de situações

³⁴ Ver, por exemplo, as diversas publicações feitas no site do MDS dos chamados avanços do Programa Bolsa Família. Disponível em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/> Acesso em 22 de mai. de 2014.

vulneráveis, cujas concepções vimos no capítulo 1. As ações empreendidas para tal “transforma essa política em instrumento de ativação dos indigentes para o trabalho, geralmente precário” (PEREIRA, 2012, p. 738).

A educação tem servido assim como instrumento de reforço desta lógica que imputa aos pobres a autorresponsabilização pelo seu fracasso, visto que, como já vimos sinalizando, a lógica de organização de nossa sociedade é incapaz de gerar trabalho para todos e, mais do que isso, trabalho que permita ao indivíduo acesso ao produto de sua atividade bem como a satisfação de suas necessidades. Queremos dizer com isso que a prestação de transferência monetária às famílias pobres no Brasil, ao vincular a educação como condicionalidade, esvazia desta a função da educação enquanto atualização histórica que conjuga apropriação e reelaboração de saberes socialmente produzidos (SILVA, 2007a; PARO, 2001) e defendida no presente trabalho. Ao contrário, neste movimento a educação passa a disseminar a lógica da meritocracia em que aqueles que alcançam o sucesso o fizeram por mérito próprio.

Em verdade, o predomínio contemporâneo da ética da autorresponsabilização no contexto mundial da política social mostra que está havendo um contínuo e crescente esvaziamento do padrão capitalista de Estado social de direito em favor do padrão capitalista de Estado neoliberal meritocrático, laborista, ou do que a literatura especializada vem chamando de transição do Welfare State para o Workfare State (PEREIRA, 2012, p. 738).

A passagem do *Welfare* (bem-estar incondicional, como direito) para o *Workfare* (bem-estar em troca de trabalho, não importa qual) nas políticas públicas brasileiras ilustra o cenário que tentamos demonstrar visto que de acordo com Pereira (2012) as exigências feitas aos beneficiários dos programas sociais se apoiam tanto na cobrança de contrapartidas (matrícula e frequência escolar, no caso da educação) quanto na ativação dos beneficiários para a sua inserção no mercado de trabalho, visando a sua autossustentação (a participação em cursos de qualificação e encaminhamento a postos de trabalho).

Trazendo a discussão acima para o caso específico da presente pesquisa, as entrevistas realizadas com as mães revelam as bases frágeis em que o PBF tem se relacionado com a educação, tendo em vista que seu alcance tem limites cuja transposição não se vislumbra diante da configuração da educação como complemento daquele. Assim, ao condicionar a matrícula e a frequência escolar à continuidade no programa, coloca-se aquela como subsidiária deste quando, em verdade, o que deveria ocorrer é justamente o contrário. Neste entendimento, “a exigência do cumprimento de obrigatoriedades como condição para o exercício de um direito social fere os próprios princípios de cidadania” (YANNOULAS, 2013, p. 48).

A educação dentro do Programa Bolsa Família nas condições em que lhe é empregada assume subsidiariamente caráter reprodutor da ideia de autorresponsabilização dos indivíduos visto que os mesmos depositam nela a expectativa de saída da situação de pobreza por meio da aquisição de postos no mercado de trabalho. Nesta perspectiva a educação reveste-se de uma concepção mágica, salvacionista e ingênua de que possa resolver os problemas de ordem econômica. Vale lembrar que todas as mães, revelando esta concepção, afirmaram que a importância da educação para seus filhos reside da possibilidade de entrar no mercado de trabalho.

Neste sentido, compreendendo que a educação constitui-se direito social e que o acesso e oferta pelo Estado assenta-se em garantias constitucionais, sua vinculação a programas residuais como contrapartida para recebimento de benefícios monetários, além de corromper seu sentido como defendido aqui, contribui não apenas para manutenção como também reprodução do volume de assistidos por programas sociais que ao focalizar o pobre mascara os índices de desigualdade cujo fim prescinde da superação da lógica de funcionamento do modo de produção em vigor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou analisar os efeitos do Programa da Bolsa Família no desempenho escolar de estudantes beneficiários no município de Feira de Santana bem como da educação no processo de superação da situação de vulnerabilidade social de seus beneficiários. Para alcance dos objetivos traçados foi necessária uma aproximação tanto com fontes documentais quanto por meio da escuta às mães beneficiárias na tentativa de perscrutar se o Programa gerava efeitos na vida dos mesmos.

Após o período de revisão da literatura, montagem do quadro teórico e coleta nas fontes documentais, nos voltamos à realização das entrevistas para apreensão dos dados sobre os efeitos do programa em suas vidas. Antes de nos lançarmos às entrevistas e, atendendo às recomendações éticas da pesquisa científica, submetemos o projeto da presente pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - da Universidade Estadual de Feira de Santana. Após a análise do projeto pelo CEP e emissão de parecer favorável ao desenvolvimento do mesmo, procedemos aos primeiros contatos com as mães.

O primeiro contato na unidade escolar foi feito diretamente com a diretora da escola em outubro de 2013, a qual autorizou-nos a realização tanto da coleta de dados documentais utilizados no capítulo anterior quanto das entrevistas, indicando a servidora responsável pelas informações do PBF na escola. Assim, para que chegássemos às cinco mães selecionadas para as entrevistas foi de grande importância a colaboração da servidora responsável pela coleta e transmissão das informações sobre o cumprimento das condicionalidades por parte dos estudantes da Unidade Escolar Caminho das Letras.

Após explicar à mesma os objetivos da pesquisa, as informações necessárias, bem como a questão ética aqui assumida, procedemos ao levantamento do quantitativo de estudantes na escola e da relação dos estudantes beneficiários para que, a partir destes dados, pudéssemos selecionar aqueles cujas mães participariam das entrevistas, atendendo ao critério estabelecido, qual seja, mães que tivesse cadastro no programa há mais tempo, especialmente as que estivessem desde a criação do PBF³⁵.

Destaco que a experiência desenvolvida nesta pesquisa foi de grande importância no processo de constituição como pesquisador, processo muitas vezes não tão simples, mas permeado por momentos em que se exigiu a tomada de posição diante da realidade complexa e antagônica presente nas políticas sociais brasileiras das quais o Programa Bolsa Família não

³⁵ A seleção de mães com dez anos de Bolsa Família foi possível tendo em vista que algumas já eram beneficiárias do Programa Bolsa Escola, tendo sido migradas para o Bolsa Família quando da criação deste.

se furta. A investigação desenvolvida acerca do funcionamento de tais políticas coloca o pesquisador diante de dilemas cujo aporte teórico torna-se fundamental não apenas para compreensão do objeto de estudo, mas, principalmente, da realidade em que vivemos. Isto remete ao quanto afirmado por Pereira (2006) o conceito de pobreza é político, prescritivo e moral, o que exige posicionamento diante do estado de desigualdade presente em nossa sociedade.

Isto significa dizer que apesar dos efeitos imediatos gerados na vida das famílias beneficiárias por meio das transferências de renda do PBF e que impactam, mesmo que minimamente, suas vidas, no alívio da fome e provimento de produtos de primeiras necessidades, como apreendido por meio das falas das mães entrevistadas (no custeio da alimentação, pagamento de contas, acesso a serviços como fornecimento de luz, água e gás, por exemplo), o processo de negação de direitos sociais em curso nos leva a pensar tais programas para além de seu caráter imediatista.

Assim, embora algumas pesquisas tenham constatado que o Programa Bolsa Família vem contribuindo para o alívio a fome das famílias beneficiárias, a análise dos dados à luz do referencial teórico adotado, algumas outras considerações nos foram então possíveis pelos relatos apreendidos por meio das entrevistas e que evidenciaram a situação de vida das famílias participantes da pesquisa, verificou-se que estas atendem aos critérios estabelecidos pelo PBF no que tange à elegibilidade (uma das características de focalização nos mais pobres entre os pobres) das famílias para o cadastramento no Cadastro Único do MDS e recebimento do benefício monetário transferido diretamente às mães beneficiárias. Tais critérios como visto no capítulo 1, pautam-se no estabelecimento do que o Programa compreende por pobreza e extrema pobreza.

Pudemos perceber que conceito de pobreza adotado para operacionalização do PBF estabelece relação com a lógica neoliberal que ganha força em nossas políticas sociais a partir da década de 1990 e que, por meio da interferência mínima do Estado, vem fomentando a negação dos direitos sociais; a prevalência do princípio do *Workfare* sobre o *Welfare*; a substituição das políticas universais pelas focalizadas; a redução dos gastos sociais; a primazia da lógica do mercado sobre a das necessidades sociais e da primazia do mérito empreendedor dos indivíduos em detrimento dos direitos (PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2012).

Tais características revelam-se presentes na operacionalização do Programa Bolsa Família que, como visto, se constitui atualmente como a política focalizada de maior expressão no país. Como pudemos apreender nos documentos oficiais de criação e

regulamentação do Programa, além de caracterizar-se no seio das políticas focalizadas, o mesmo assenta-se na exigência de contrapartidas nas áreas de educação, saúde e assistência social. No que concerne à educação, a exigência de contrapartidas desvirtua um dos direitos garantidos constitucionalmente cuja oferta e acesso é de responsabilidade do Estado, cabendo a este a sua garantia indiscriminadamente. Isto é, independente do acesso ao benefício, já é obrigatória a frequência à escola. Com isto, a condicionalidade se materializa mais como uma pseudo condição que denuncia as contradições do Estado na proteção e garantia dos preceitos constitucionais. Neste movimento, a educação, enquanto contrapartida que balizou as análises desta pesquisa, operada como coadjuvante no processo de transferência de renda do PBF, tem seus efeitos positivos circunscritos no aumento da frequência escolar e redução das taxas de abandono escolar, como demonstrado por relatórios institucionais e confirmados, no caso do abandono, pela presente pesquisa.

Neste contexto, a análise do desempenho escolar dos estudantes beneficiários da Unidade Escolar Caminho das Letras apresentou entre os anos 2006 e 2012 resultados positivos em termos de baixas taxas de abandono escolar, sendo que o mesmo não foi possível constatar no que se refere ao desempenho, através dos indicadores aprovação/reprovação. Isto fica mais acentuado quando estabelecemos comparação entre os estudantes beneficiários e os não beneficiários, haja vista a proximidade dos resultados entre os mesmos, o que pode ser explicado com uma melhor aproximação do ensino que vem sendo ofertado a estes, o que foge aos limites da presente pesquisa.

Se de um lado as taxas de aprovação revelaram-se baixas, as taxas de reprovação dos estudantes beneficiários do Programa na unidade escolar investigada apresentaram-se altas, flutuando entre 25% (a mais baixa) e 44,10% (a taxa de reprovação mais alta), como se depreende dos gráficos apresentados para o período analisado.

Quando aproximamos o olhar ao percurso dos dez estudantes cuja trajetória escolar foi acompanhada por meio das fontes documentais, a situação mostrou-se ainda mais complexa, visto que pudemos constatar a necessidade de alguns estudantes trabalharem para ajudar na manutenção da casa. Contatamos também cinco casos de abandono e dezessete reprovações entre os anos 2006 e 2012, isto, ressalte-se, entre os dez estudantes cujas mães foram entrevistadas.

O desempenho da unidade escolar nas avaliações do IDEB, por sua vez, dão indícios de que muito precisa ser feito para que possamos ir além da frequência à escola, tendo em vista que a escola não manteve regularidade em termos de alcance da média esperada nas avaliações realizadas entre os anos 2005 e 2011. Ao fomentar o acesso à escola à população

beneficiária, o mesmo não se fez acompanhar de melhoras substantivas na educação que é ofertada às classes pobres no Brasil, sendo que as características que demarcam o estado de precarização de nossas escolas públicas são perceptíveis inclusive pelas mães beneficiárias, como ficou constatado na pesquisa a partir das suas falas: carência de material escolar, baixos salários dos profissionais da educação, rotatividade de professores e sua substituição por estagiários, precária qualificação profissional, dentre outros.

Além da precarização escolar, ficou constatado por meio das entrevistas que é unânime entre as mães entrevistadas, responsáveis diretas pela manutenção e sustentação do lar, o anseio de que seus filhos concluam os estudos para que ingressem no mercado de trabalho, para que, assim, contribuam com o orçamento doméstico diante da situação de pobreza a que são submetidas. Esta expectativa desenvolvida pelas mães de que a conclusão dos estudos garantirá inserção no mercado de trabalho e, assim, melhorias nas condições de vida ou mudança no histórico de pobreza, como vimos no último capítulo, associa-se a concepções salvacionistas da educação e, mais do que isto, uma visão utilitarista da escola, o que tem vinculação direta com a apreensão desta como uma mercadoria.

Neste sentido, a expectativa das mães de mudança nos níveis de vida por meio da inserção de seus filhos no mercado de trabalho denota o quão disseminado se encontra o ideário neoliberal de colocar a escola pública a serviço do mercado e que tem contado com o aval de programas de transferência de renda como o PBF. Neste sentido programas sociais que focalizam o grupo de beneficiários exigindo contrapartidas, como a educacional, prescindem da atenção de qual educação se refere e as possibilidades desta educação dentro do capitalismo. Já criticamos anteriormente a vinculação da educação ao trabalho alienado como também sua utilização como instrumento de obtenção de emprego oriunda de concepções de que a escola possa, como um passe de mágica, inserir seus egressos em postos de trabalho ditos mais qualificados.

Verificou-se ainda que a unidade escolar, no que diz respeito aos estudantes beneficiários, tem seu campo de atuação limitado à coleta e envio da frequência escolar bimestralmente à coordenação do Programa Bolsa Família por meio do Sistema Presença. As reuniões realizadas com a gestão local do Programa no município, por sua vez, restringem-se também ao aperfeiçoamento profissional dos funcionários responsáveis pelo acompanhamento da frequência escolar bem como dos alunos que evadem.

A pesquisa nos permite ainda considerar que o mesmo vem contribuindo com o ideário de autorresponsabilização dos indivíduos pelo seu próprio fracasso ao depositar na educação escolar que é então ofertada a expectativa de melhoria das condições de vida. A

vinculação de programas sociais de transferência de renda à educação insere-se, assim, no movimento contemporâneo da ética da autorresponsabilização no contexto mundial da política social em favor do padrão capitalista de Estado neoliberal meritocrático. Como afirma Pereira (2012), da transição do *Welfare State* para o *Workfare State*. O debate moral, desencadeado pelo discurso neoliberal, deposita nos indivíduos a responsabilização pelos resultados de suas vidas, medida na maioria das vezes pela posição que ocupa face ao acúmulo de determinada renda. Tal característica revela-se presente no PBF ao se exigir dos seus beneficiários contrapartidas, dentre outros, a frequência escolar e a participação dos pais em cursos oferecidos para inserção em postos de trabalho em sua maioria precários. Assim, retomando o quanto constatado por Pereira (2013, p. 649), verifica-se que a educação “atualmente se degrada ao ficar restrita a adequar formação de recursos humanos às demandas do mercado de trabalho e a treinar desempregados para a sua reinserção neste mercado ou em atividades economicamente produtivas”.

Entendemos, assim, que a ativação para o mercado de trabalho, como instrumento de retirada das famílias da situação de vulnerabilidade social, constitui-se em um grande engodo diante das características contraditórias do modo de produção capitalista, pois a extração da mais valia impõe-se à uma exploração ainda maior da força de trabalho. Neste sentido, constatamos que a concepção de vulnerabilidade social que baliza o programa sustenta-se numa perspectiva conjuntural, não considerando o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematizando a superação das suas contradições na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais. Assim, segundo Monteiro (2011),

Embora aponte possibilidades de contribuir com o enfrentamento dos determinantes dos elementos que condicionam a vulnerabilidade, apontam para o fortalecimento das potencialidades, empoderamento dos sujeitos, desenvolvimento das capacidades, ou seja, numa lógica paliativa, atrelada aos sujeitos e não à estrutura social. (MONTEIRO, 2011, p. 36).

Não se trata aqui de desqualificar o Programa, visto que a implementação de políticas de equalização das desigualdades configura-se direito social diante de um modelo de produção que se alimenta da exploração de uma classe em detrimento de outra. Além disso, entendemos que a proteção social do Estado diante da polarização existente em nosso país entre ricos e pobres, representa não benefício, mas questão de justiça social. Ainda neste sentido, os resultados imediatos apresentados, como já apontados, remetem à discussão acerca de seu alcance em termos de garantias enquanto políticas universais. Trata-se então de garantia e efetivação dos direitos sociais conquistados historicamente. É nesse sentido que as

análises de programas de transferência de renda condicionada a direitos sociais como saúde, educação e assistência social ganham relevo.

Apesar do desvirtuamento da configuração PBF/educação, como uma das características contraditórias no modo de produção em vigor, a ampliação do acesso e permanência de estudantes das camadas pobres de nossa sociedade na escola (mesmo que obrigada por meio da exigência da frequência escolar mínima) pode sinalizar para mecanismos que podem contribuir para que, com um número maior de estudantes frequentando a escola, o processo de transformação social por meio do acesso ao conhecimento historicamente produzido, e assim da realidade social, alcance um número maior de indivíduos.

Assim, a partir desta mesma contradição, pode a escola assumir papel de transformação da estrutura de dominação vigente no capitalismo e apontar para a transformação da realidade social e, neste processo, a educação enquanto apropriação do conhecimento historicamente produzido tem lugar especial. Neste processo, fazem-se necessárias práticas escolares que contribuam para a constituição de sujeitos capazes de criticar o mundo em que vivem e de agir no sentido da transformação da realidade em que vive. Tais práticas devem então favorecer a formação de atitudes democráticas que engendre nos sujeitos capacidades de refletir, discutir, buscar informações e participar politicamente da (re)construção da realidade social.

Retomando aqui o quanto afirmado por Valente (2003), uma contraposição à tendência neoliberal de negligência dos fins primeiros da educação só é possível se conhecidos os mecanismos que produziram essa situação; reinventado o sentido da escola, implicando o esclarecimento e a condução de prática e discurso desmistificadores; e, se a própria sociedade e as relações vividas entre os homens forem reinventadas.

7. REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miriam et al (coord.). **Bolsa Escola: melhoria Educacional e Redução da Pobreza**. Brasília: UNESCO, 1998.

_____. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Jovens em Situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, nº 116, jul/2002.

AGUIAR, Marcelo. **Educação e Oportunidades: o exemplo mexicano**. Brasília: Editora Missão Criança, 2006.

ALVES, Sónia Cristina Nunes. **O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas em risco na cidade do Porto**. Lisboa. 2010. 336p. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2010.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; SANCHES, Ydeliz Coelho de Souza. **Transformação social: uma possibilidade da educação escolar?** In: PARO, Vitor Henrique. A teoria do valor em Marx e a educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na Berlinda? **Revista Novos Estudos**, São Paulo nº 87, Jul./2010.

BRANDÃO, Clélia; CRAVEIRO, Alvarenga. Educação e cidadania na perspectiva dos movimentos sociais. **Revista Estudos**. Goiânia, v. 26, nº 3, Jul./set. 1999.

BRITO, Tatiana Soares. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, nº 79, nov. 2007.

CASTRO, Henrique C. de Oliveira de. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas: vol. 15, nº 02, Novembro, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEMO, Pedro. **Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1991.

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. **Rev. katálysis**, Jun 2007, vol.10, nº 1, p.105-114.

DRUCK, Graça et al. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10. nº 1. jan./jun. 2007.

FAHEL, Murilo Cássio Xavier; FRANÇA, Bruno Cabral; MORAES, Thais. O efeito da condicionalidade educação do Bolsa Família em Minas Gerais: uma avaliação por meio da PAD/MG. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. nº 2. jul./dez. 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. Editora Brasiliense. São Paulo. 1986.

FERREIRA, Nildete Virgínia Turra. **Programa Bolsa Família: o velho com novas roupagens**. Vitória. 2010. 145p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Política Social. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, p. 107-127, set./dez. 1986.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Líber Livro Editora, 2005.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Bolsa Família, educação e cidadania. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano II, nº 03, ago./dez. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil Moderno**. Editora Brasiliense. 2ª edição, São Paulo. 1994.

IPEA. **Carta de Conjuntura 2014**. mar./2014. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc22_inflacao.pdf Acesso em 20 de mai. de 2014.

JANCAZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 11, nº 2, p. 301-308, ago/dez, 2012.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, v. 4, nº 1, 2002.

LAZANI, Rodrigo. **Programas de transferência de renda: autonomia versus assistencialismo**. Campinas. 2011. 128p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

LOBO, Tereza. **Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão**. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 21 ed. São Paulo: Ática, 2005.

- MACHADO, Keny Menezes. Renda Mínima no Brasil: de programas residuais a políticas públicas residuais. In: **Bahia Análises & Dados**. Salvador, v. 16, nº 4, p. 595-604, Jan./Mar. 2007.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 2. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.
- MEDEIROS, Marcelo et al. Transferência de Renda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, n. 79, novembro, 2007.
- MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, nº 17(2), jul-dez/2011.
- MOURA, Paulo Gabriel Martins de. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Revista Katálasis**, Florianópolis. V. 10, n. 1. 2007.
- MORROW, Raymond A. e TORRES, Carlos Alberto. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, Nicolas C. e TORRES, Carlos Alberto. (orgs.) **Globalização e Educação: Perspectivas críticas**. Porto Alegre.2004.
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S (Org) – **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- OLIVEIRA, Luis Carlos Santos. **Programa Bolsa Família: uma análise de resultados educacionais de bolsistas do Distrito de Maria Quitéria, Feira de Santana-Ba**. Feira de Santana. 2008. 83p. Monografia. Programa de Pós-graduação em Educação e Pluralidade Sociocultural. Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.
- PAIVA, Olgamir Amância Ferreira. **Contradições dos programas de transferência de renda no campo da educação: suavizando efeitos da barbárie capitalista ou enfrentando a lógica deste mesmo sistema?** UnB. Brasília, 2012.
- PARO, Vitor. Gestão da escola pública: alguns fundamentos e uma proposta. IN: _____ **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- _____.Parem de Preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e papel da escola. IN: _____. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. SP: Casa do Psicólogo, 1999.
- PASQUIM, Elaine Martins. SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Análise de Programas de Transferência de Renda no Brasil sob a Ótica e Prática de Atores Federais e Estaduais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.16, nº 3, p.52-68, 2007.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser. Social**, Brasília, n° 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

REGO, Walquíria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Lua Nova**, São Paulo, n° 73, 2008.

ROCHA, Simone Rocha da. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre**. 2007. 249f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROCHA, Sônia. **Pobreza e Transferência de Renda**. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2004.

RUS PEREZ, José Roberto. **Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas**. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Revista Crítica Marxista**, n°. 16. Editora Boitempo, 2000.

SÁNCHEZ, Alba I. Muñoz; BERTOLOZZ, Maria Rita. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência e saúde coletiva**. Vol.12, n° 2, Rio de Janeiro, Mar./Abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 273-290, dez. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de jun. 2014.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Campinas, Autores Associados. 1999.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. **Revista Katálays**. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? Florianópolis. V. 10, n° 1. jan./jul. 2007.

SILVA, Antonia Almeida. **Democracia e democratização da educação: primeiras aproximações a partir da teoria do valor**. In: PARO, Vitor Henrique. **A teoria do valor em Marx e a educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998)**. 2007, 243 f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

SILVA, Almeida Silva; SCAFF, Elisângela Alves da Silva; JACOMINI, Márcia Aparecida. **Políticas públicas e políticas educacionais: percursos Históricos, interfaces e Contradições das produções na Década de 2000**. No prelo. Versão preliminar desse texto

foi apresentada na 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 12, nº 6, dez. 2007.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira.** *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 34, 2009. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>. Acesso em 20 de maio de 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH.** Salvador, nº 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

TELES, Alan; STEIN, Rosa Helena. **Programas de transferência de renda e condicionalidades educacionais: acesso ao direito ou moralização do acesso?** In: YANNOULAS, Silvia Cristina. (coord.) *Política Educacional e Pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada.* Brasília: Líber Livro, 2013.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

VAIDERGON, José. **Liberalismo, cidadania conservadora e educação.** In: VAIDERGON, José. *O direito a ter direitos.* Campinas, SP: Autores Associados. 2000.

VALENTE, Ana Lúcia. Espaço Aberto O Programa Nacional de Bolsa Escola e as ações afirmativas no campo educacional Ana Lúcia Valente. **Revista Brasileira de Educação.** Nº 24. Set/Out /Nov /Dez, 2003.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe.** In: CUNHA, José Marcos Pinto (Org.). *Novas Metrópoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação.* Campinas: Nepo/Unicamp , p.95 -142, 2006.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Literatura recente sobre uma antiga problemática.** In: YANNOULAS, Silvia Cristina. (coord.) *Política Educacional e Pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada.* Brasília: Líber Livro, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. **Revista Brasileira de Educação.** v. 17, nº 50, maio/ago, 2012.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** Ed. Fundação Perseu Abramo. 1ª ed. 2006. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2975>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

8. FONTES DOCUMENTAIS:

BAHIA (Governo). Decreto nº 13.202 de 19 de agosto de 2011. Dispõe sobre os critérios e procedimentos do processo seletivo interno para preenchimento do cargo de Diretor e Vice-Diretor e dá outras providências. **Diário Oficial**. Salvador, 20 e 21 de agosto de 2011. Disponível em <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2>. Acesso em 25 de jun. 2014.

BRASIL (Governo). **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

_____. **Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004. 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em 05 de ago. 2013.

_____. **Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. 2004a**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm

_____. Portaria Interministerial nº 3.789. (2004b). Estabelece atribuições e normas para o cumprimento da condicionalidade da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2004. Seção 1, p. 13-14.

_____. **Lei 10.219, de 11 de abril de 2001. 2001**. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm. Acesso em: 05 de ago. 2013.

_____. Decreto 3.823, de 28 de maio de 2001. 2001a. Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3823.htm. Acesso em 05 de ago. 2013.

_____. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 de ago. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Brasil Sem Miséria**. 2013d. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php. Acesso em 25 de mai. de 2013.

_____. **Bolsa Família**. 2013c. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em mai. 2013.

_____. **Relatórios e informações do Programa Bolsa Família**. 2013a. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. **RI Bolsa Família e Cadastro Único**. 2013. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448. Acesso em 10 de ago. 2013.

_____. **Condicionalidades.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 05 de ago. 2013.

_____. **Ações complementares.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/acoes-e-programas-complementares>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. **Acompanhamento familiar.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/acompanhamento-familiar>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 2ª Rodada.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/AvaliacaodeImpactoProgramaBolsaFamiliaII.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2013.

_____. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família.** Brasília, 2007. Disponível em <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/cadernos-de-estudos/avaliacao-de-impacto-do-programa-bolsa-familia/avaliacao-de-impacto-do-programa-bolsa-familia>. Acesso em: 10 de ago. de 2013.

_____. **Condicionalidades em educação.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-educacao%20>. Acesso em 05 mai. 2013.

_____. **Pesquisa qualitativa de avaliação sobre as condições de acesso aos serviços de saúde e educação, a partir do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Brasília, 2012a. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Estudo%20quali%20condicionalidades%20PBF_2012.pdf. Acesso em 25 de ago. 2013.

_____. **Programas sociais por estado.** Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso em: 01 ago. 2013.

ESCOLA CAMINHO DAS LETRAS. **Atas de resultados finais.** 2006-2012.

IBGE. **Bahia: Feira de Santana, ensino - matrículas, docentes e rede escolar – 2012.** 2012d. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291080&idtema=117&search=bahia|feira-de-santana|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>. Acesso em 15 de mar. de 2014.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinte_seindicossociais2010/SIS_2010.pdf. Acesso em: 15 de mai. 2014.

INEP. Cálculo das taxas de rendimento escolar. 2013d. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2012/nota_tecnica_indicadores_de_rendimento_2012.pdf. Acesso em 19 de fev. 2014.

_____. **Projeção de matrículas no estado da Bahia e no município de Feira de Santana. 2013c.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** 2011. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2013.

_____. **Mapa do analfabetismo no Brasil.** Brasília. Disponível em http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf . Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Sinopse Estatística Rendimento escolar.** Brasília. 2012. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 01 out. 2013.

_____. **Censo da educação básica: 2011.** Brasília, 2012a. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf. Acesso em: 01 out. 2013.

PNUD. (2013) **Atlas Brasil 2013.** Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/feira-de-santana_ba. Acesso em 3 de jun. 2014.

9. APÊNDICES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Sr(a) _____

O projeto de pesquisa “Programa Bolsa Família: efeitos no desempenho escolar e na superação da situação de exclusão social de seus beneficiários”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Universidade Estadual de Feira de Santana, tem como objetivo analisar se e como o Programa Bolsa Família gera efeitos no desempenho escolar dos beneficiários e se os mesmos têm efeitos na superação da situação de exclusão social. Trata-se de uma pesquisa voltada a analisar o Programa em termos educacionais bem como de sua capacidade de melhorar a vida de seus beneficiários. Esta é a razão pela qual você está sendo convidado a participar, como entrevistado, do projeto referido, o qual está ligado ao Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Propomos a você colaborar permitindo a realização de uma entrevista gravada, diante da participação que teve e vem tendo como beneficiário do Programa. As entrevistas que você fizer serão gravadas por meio de um gravador de áudio e transcritas, sendo que depois lhes serão apresentados para que confirme se está de acordo com o que você falou, quando você poderá retirar, no todo ou em parte, os documentos gerados a partir dos seus depoimentos. Todo texto contendo os seus depoimentos será gerado em duas vias, uma das quais será entregue a você. Caso você seja menor de 18 anos só será permitida sua participação mediante autorização por escrito de seu responsável. Mesmo sendo autorizado pelo seu responsável, só participará da pesquisa por livre vontade.

Cuidando para que não haja uso indevido das entrevistas fica esclarecido que tanto as gravações e transcrições das suas entrevistas, quanto as perguntas das entrevistas serão cuidadosamente identificadas através de códigos que assegurem o seu anonimato (como números ou letras). O depoimento que você venha a dar fornecerá dados para uma melhor compreensão dos processos vividos pelos beneficiários na construção da educação pública baiana, uma vez que os dados contidos nos documentos não são suficientes para se produzir informações sobre as contribuições do Bolsa Família na educação. Fica aqui garantida sua

liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo. O texto final sobre os resultados da pesquisa será entregue no Colégio será realizada a entrevista, com sugestões sobre os problemas analisados. As entrevistas serão realizadas em uma sala deste colégio em dia e horário agendado. Se você se sente esclarecido quanto aos procedimentos e quanto aos riscos e benefícios, e caso você concorde em colaborar, na condição de entrevistado, com a pesquisa “Programa Bolsa Família: efeitos no desempenho escolar e na superação da exclusão social de seus beneficiários”, por favor, assine no local abaixo reservado, declarando assim o seu consentimento livre e esclarecido, em duas vias, uma das quais ficará com você.

Local, data.

Orientadora: Professora Dra. Antônia Almeida Silva

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do participante/responsável

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Há quantos anos você é beneficiário do Programa Bolsa Família?
2. Em que o benefício recebido é utilizado?
3. As crianças frequentam a escola normalmente?
4. Como tem sido o desempenho dos estudantes na escola nos últimos anos?
5. Houve alguma mudança no desempenho dos estudantes antes e depois de receber o benefício? Quais?
6. Seus filhos costumam estudar/ler em casa? Como eles estudam/leem? Vão à biblioteca?
7. Houve interrupção nos estudos das crianças? Se sim, qual o(s) motivo(s)?
8. Quantos membros da família já concluíram o ensino médio?
9. Existe algum membro da família cursando o ensino superior? Se sim, quantos?
10. Há algum membro da família com ensino superior completo? Se sim, quantos?
11. Quantas pessoas trabalham em sua casa? Qual a ocupação/profissão?
12. Há algum acompanhamento do governo sobre a situação da família, como oferta de curso de qualificação/profissionalização, encaminhamento à agência de empregos, acompanhamento da vida escolar dos filhos?
13. Como era a vida da família antes de pertencer ao Bolsa Família?
14. Após a entrada no Programa houve algum tipo de mudança na família?
15. Sua família pensa em sair do Programa? Se sim, de que forma?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

QUESTIONÁRIO

Dados da Escola

1. Perfil do corpo docente:

- a) N° de professores efetivos _____
- b) N° de professores temporários _____
- c) Quantos têm formação em ensino superior _____

2. Quantidade de alunos nos últimos anos:

- 2006: _____
- 2007: _____
- 2008: _____
- 2009: _____
- 2010: _____
- 2011: _____
- 2012: _____
- 2013: _____

3. A forma de gestão:

- a) É democrática? _____
- b) Se sim, desde quando? _____
- c) Como funciona? Há empenho por parte de alunos/pais/professores?

- d) Possui colegiado escolar? Grêmio escolar? Funciona? Reuniões?

- e) Conselho Escolar? Funciona? Reuniões? _____

f) A comunidade escolar participa das decisões? Se sim, de que forma?

4. A escola e suas responsabilidades frente ao programa

a) Faz reuniões com pais dos alunos beneficiários? Se sim, para tratar de que?

b) Acompanha o desempenho dos estudantes beneficiários? Se sim, de que forma?

c) Quais as responsabilidades do colégio em relação ao Programa?

d) Há reunião com a coordenação do Programa?

e) Se sim, para tratar de que?

f) Os alunos beneficiários tem algum tipo de acompanhamento? Se sim, qual?

5. O perfil dos estudantes:

a) Faixa etária:

b) Origem social:

c) Comportamento na escola (há casos de violência, uso de drogas etc.)?

**QUADRO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BANCO DE DADOS DA
CAPES
(2001-2012)**

| ANO | AUTOR | ÁREA/IES | TÍTULO | QUESTÃO/OBJETIVO | TIPO |
|------|--------------------------------|--|---|--|------------|
| 2001 | Roseli de Sousa | Política Social / Universidade de Brasília | A pobreza política das mães beneficiárias do Programa Bolsa Escola do Distrito Federal | Quais os fatores que determinam e mantem pobres politicamente as mães do Programa Bolsa Escola? | Mestrado |
| 2001 | Ivete Venâncio da Silva | Serviço Social / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | Trabalho Infantil – Programa Brasil Criança Cidadã no Município de Campos dos Goytacazes | Analisar o cotidiano dos beneficiários do Programa Bolsa Escola após o ingresso no mesmo. | Mestrado |
| 2001 | Débora Barros da Silva | Políticas Públicas/ UFPA | Programas de Renda Mínima no Brasil: Bolsa Escola em Belém (1997- 1999) | Quais as interveniências na implementação do Programa Bolsa Escola no bairro da Terra Firme no ano de 1997 | Mestrado |
| 2004 | Vanessa Maria de Castro | Desenvolvimento Sustentável / UnB | Impactos dos Programas Educação Bolsa- Escola no Brasil e Education Action Zone na Inglaterra | Quais os resultados dos programas educacionais Bolsa-Escola na vida das famílias? | Doutorado |
| 2005 | Adriana Fonseca de Azevedo | Serviço Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro | Uma discussão sobre o conceito de necessidades sociais nos programas de Renda Mínima | | Doutorado |
| 2005 | Osório Carneiro de Oliveira | Economia / UFBA | Impactos do Bolsa Família na economia de subsistência do município de Pé de Serra - Ba | As repercussões das transferências monetárias na economia de subsistência do município de Pé de Serra - Ba | Monografia |

| | | | | | |
|------|------------------------------------|---|--|---|-----------|
| 2006 | Adriana Nominato do Amaral Durigan | Educação / Universidade Federal de São Carlos | O Programa Executivo Bolsa-Escola no município de São José do Rio Preto: uma proposta de universalização da educação ou de transferência de renda? | A pesquisa investiga e constata a falta de qualquer tipo de acompanhamento especial das famílias atendidas e do controle; restrito apenas à aferição da frequência das crianças às escolas. Finalmente; por meio de um questionário aplicado aos alunos; pais; professores da Escola Municipal Darcy Ribeiro e à Secretária da Educação do município; avaliamos o rendimento escolar dos alunos antes e depois do recebimento da Bolsa e a concepção da Secretária de Educação do município a respeito do Programa. | Mestrado |
| 2007 | Iolanda Carvalho Fontenele | Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão | O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal | O controle da pobreza passa pelo processo de privatização da proteção social (tese) | Doutorado |
| 2007 | Alexandra Drabik Chaves | Administração / Fundação Getúlio Vargas-RJ | Coordenação federativa no Programa Bolsa Família: estudo de caso dos municípios de Miguel Pereira e Piraí | Quais os limites e possibilidades do Programa Bolsa Família. | Mestrado |

| | | | | | |
|------|-----------------------------------|---|--|--|-------------|
| 2007 | Camile Sahb Mesquita | Serviço Social / UnB | O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e abrangência social | Qual a contribuição do Programa Bolsa Família para a satisfação de necessidades humanas básicas | Mestrado |
| 2007 | Cleonice Correia Araújo | Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão | Pobrezas e Transferência de Renda: concepções e significados | Quais os significados presentes na relação entre o programa Bolsa Família e a pobreza | Doutorado |
| 2007 | Ângela Cristina Salgueiro Marques | Comunicação Social / Universidade Federal de Minas Gerais | O Processo deliberativo a partir das Margens: o Programa Bolsa Família na mídia e na fala das beneficiárias | Como o Programa se constituiu enquanto política social em diferentes contextos comunicacionais | Doutorado |
| 2007 | Andrea Rodrigues Ferro | Economia / USP | Jovens e adultos no mercado de trabalho: impactos dos programas de transferência de renda e uma análise agregada usando séries temporais | Qual o impacto do programa bolsa escola sobre o trabalho de crianças e adultos e qual a relação entre o emprego de jovens e adultos no Brasil sob o ponto de vista do mercado de trabalho? | Doutorado |
| 2007 | Denise Miranda Torres | Sociologia e Direito / UFF | Os limites do Bolsa Família como instrumento de justiça social | Quais os limites do Programa Bolsa Família enquanto instrumento de justiça social? | Dissertação |
| 2007 | Iuri Sampaio Santos | Economia / UFBA | Bolsa família: concepções, aspectos positivos e Negativos deste programa de transferência de | Quais as falhas e aspectos negativos que necessitam de medidas de mudança no Programa Bolsa Família | Monografia |

| | | | | | |
|------|---------------------------------------|---|--|--|-------------|
| | | | Renda com enfoque no assistencialismo | | |
| 2008 | Edneia de Oliveira Alves | Psicologia Social / Universidade Federal da Paraíba | Programa Bolsa Família: uma avaliação do impacto no rendimento escolar das crianças de família beneficiárias pelo Programa | Quais os impactos do Programa Bolsa Família no rendimento escolar de seus beneficiários | Mestrado |
| 2008 | Maria do Amparo Caetano de Figueiredo | Educação / Universidade Federal da Paraíba | Inclusão Educacional na Exclusão: Políticas de Renda Mínima | Demonstrar a inefetividade e ineficácia das políticas de renda mínima na educação | Doutorado |
| 2008 | Alaísa de Oliveira Siqueira | Serviço Social / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | Programa Bolsa Família: autonomia ou legitimação da pobreza? | Quais as mudanças e significados do Programa Bolsa Família na realidade familiar da população atendida por um Centro de Referência de Assistência Social | Dissertação |
| 2009 | Alessandra Ballinhas de Moura | Serviço Social / Universidade Católica de Pelotas | Avaliação da eficácia do programa de transferência de renda – Bolsa Família na cidade de Pelotas-RS | Questiona se os objetivos do programa BF estão sendo atingidos em Pelotas RS | Mestrado |
| 2009 | Alessandra Crystian Engles dos Reis | Educação / Universidade Estadual Paulista - Marília | Bolsa Família: uma análise dos resultados sob a óptica educacional | Qual a relação entre o recebimento do programa Bolsa Família e o rendimento escolar e sua possível contribuição para a | Mestrado |

| | | | | | |
|------|---------------------------------------|---|--|--|----------|
| | | | | emancipação social das famílias beneficiadas | |
| 2009 | Anna Gabriela Corrêa Candido | Educação / Universidade do Rio de Janeiro | Renda Mínima, Cidadania e Educação: análise qualitativa do programa Bolsa Família na zona oeste do município de Rio de Janeiro | Em que medida o Bolsa Família tem sido capaz de articular estratégias que levem à emancipação de seus beneficiários, ou, ao contrário, tem conservado características das propostas tradicionais de proteção social de cunho assistencialista/paternalista | Mestrado |
| 2009 | Ana Carolina Paes de Barros Boyadjian | Economia / PUC-SP | Os programas de transferência de renda em países específicos da América Latina e no Brasil | Qual o papel da transferência de renda nos países da América Latina | Mestrado |
| 2009 | Daniel Cerqueira Ribeiro | Economia / USP | Sistema de controle dos gastos públicos do governo federal: uma ênfase no Programa Bolsa Família | Quais as formas de controle e acompanhamento da execução do Programa no Município de Campo Grande do Estado de Mato Grosso do Sul. | Mestrado |
| 2009 | Raphael Simas Zylberberg | Economia / USP | Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade: uma análise inter-regional para o Brasil | Programas nos moldes do Bolsa Família, que não alteram a estrutura econômica, afetam a distribuição da renda? | Mestrado |

| | | | | | |
|------|--|---|---|---|------------|
| 2009 | Matheus Aziz Montanha de Andrade | Economia / UFBA | Focalização versus universalização: uma discussão sobre as Políticas sociais no Brasil, enfocando o programa Bolsa Família e seus resultados | Quais os resultados do Programa Bolsa Família enquanto política social brasileira? | Monografia |
| 2010 | Nair D'Aquino Fonseca Gadelha | Sociologia / USP | O Cavalo de Tróia das políticas sociais Brasil e Argentina: um estudo comparado da políticas públicas | Como se constroem os arcabouços de cidadãos no Brasil e Argentina | Doutorado |
| 2010 | Ana Carolina da Silva Moura | Sociologia / Universidade Federal de Pernambuco | Educação, pra que te quero? O Programa Bolsa Escola da prefeitura do Recife e as aspirações e expectativas educacionais das famílias beneficiárias. | Quais as aspirações e expectativas educacionais das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Escola da Prefeitura do Recife | Mestrado |
| 2010 | Carla Etiene Mendonça da Silva | Políticas Públicas / UnB | Os beneficiários do Programa Bolsa Família diante das condicionalidades: casos de Porto Alegre | Como se dá a ideologia, a ação social e a conduta de indivíduos diante das regras explícitas impostas pelo Estado | Mestrado |
| 2010 | Antonio Euzébio Filho | Psicologia / PUC – Campinas | Sujeito e consciência entre a alienação e a emancipação | Quais os aspectos da consciência de classe de beneficiários e cadastrados em programas de transferência de renda | Doutorado |

| | | | | | |
|------|----------------------------------|---|--|---|-----------|
| 2010 | Adriana Aparecida Felicetti | Educação / Universidade do Oeste de Santa Catarina | Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública no município de Videira-SC | O Bolsa Família é eficaz enquanto política pública de inclusão sócio educacional, principalmente no tocante ao desempenho escolar? | Mestrado |
| 2010 | Aracy Alves de Araújo | Economia Aplicada / Universidade Federal de Viçosa | O programa bolsa família e o trabalho infantil no Brasil | O Programa Bolsa-Família tem sido um capaz de colaborar para a diminuição do trabalho infantil no Brasil? | Doutorado |
| 2010 | Marcelo Sitcovsky Santos Pereira | Serviço Social / Universidade Federal de Pernambuco | Bolsa Família e reprodução da força de trabalho no Brasil: implicações socioeconômicas e políticas | Quais as implicações socioeconômicas e políticas do Programa Bolsa Família, como parte dos mecanismos de reprodução da força de trabalho brasileira | Doutorado |
| 2010 | Ana Lúcia Figueiró | Sociologia / UnB | Entre o assistencialismo e a emancipação: uma análise das relações entre Estado e Sociedade civil a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do DF | Qual o impacto do programa na vida social e econômica das famílias beneficiadas em três cidades do entorno do DF | Doutorado |
| 2010 | Marilene Alberini | Saúde / USP | Nos limites do viver e do sobreviver: o programa Bolsa Família, modos de vida | Quais os alcances e limitações do Bolsa Família no acesso da população aos serviços de saúde e | Mestrado |

| | | | | | |
|------|------------------------------------|---|--|--|-----------|
| | | | e desenvolvimento social no contexto urbano | educação e à inclusão social, considerando-se o desenvolvimento social. | |
| 2010 | Marcelo Driusso | Integração da América Latina / USP | Estudo comparado entre os programas de transferência condicionada de renda no Brasil e México | Quais as virtudes e limitações dos Programas dos dois países | Mestrado |
| 2010 | Aline Souto Maior Normado Vieira | Serviço Social / Universidade Federal Fluminense | Possibilidades e limites na utilização dos serviços de saúde por parte dos usuários do Programa Bolsa Família. | Quais os limites e possibilidades para utilização dos serviços de saúde por parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família no âmbito do cumprimento das condicionalidades? | Mestrado |
| 2010 | Ana Maria Vieira Lourenço Sa Silva | Ciências Médicas / Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Violência familiar e estado nutricional de adolescentes do programa bolsa família numa unidade de saúde | Qual a associação entre violência intrafamiliar sofrida por adolescentes e distúrbios nutricionais? | Mestrado |
| 2010 | Annova Miriam Ferreira Carneiro | Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão | A centralidade da família no Programa Bolsa Família: análise referenciada no programa em São Luís – MA | Desenvolver uma análise sobre a centralidade da família no Programa Bolsa Família, considerando sua forma de expressão e significados para os diferentes sujeitos sociais envolvidos no seu processo de implementação na capital maranhense. | Doutorado |

| | | | | | |
|------|---|---|--|--|-------------|
| 2011 | Heitor Sandes Pellegrina | Economia / USP | Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista | Qual o impacto desta política sobre diferentes variáveis escolares do aluno beneficiário? | Dissertação |
| 2011 | Jeronymo Marcondes Pinto | Economia Aplica / USP | Benefícios do governo federal: uma análise com base na teoria dos ciclos eleitorais | O número de concessões destes benefícios tende a crescer com a aproximação das eleições? | Doutorado |
| 2011 | ALESSANDRA MONESTEL | Saúde Coletiva / Universidade do Vale do Itajaí | Avaliação das condições nutricionais de crianças com base nos dados do SISVAN Web e do benefício do Programa Bolsa Família no município de Itajaí/SC | Quais as condições nutricionais de crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família menores de 5 anos, residentes no município de Itajaí, no período de janeiro a dezembro de 2009? | Mestrado |
| 2011 | Alessandra Scalioni Brito | Economia / Universidade Federal Fluminense | Programa Bolsa Família e Mercado de Trabalho: Uma Análise das Limitações e Possibilidades da PNAD e do Cadastro Único. | Quais as limitações e possibilidades das bases de dados comumente usadas para análises do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a inserção laboral dos pobres? | Mestrado |
| 2011 | Ana Beatriz Pinto De Almeida Vasconcellos | Saúde Coletiva / Fundação Oswaldo Cruz | As Ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição na rede de Atenção Básica: uma análise dos anos de 2008 e 2009. | Realizar uma análise dos resultados produzidos nos anos de 2008 e 2009, tendo como foco os sistemas de informação que na atenção básica registram dados | Mestrado |

| | | | | | |
|------|---------------------------------|---|---|---|-----------|
| | | | | sobre a execução destas ações e programas de nutrição prioritariamente dirigidos à população infantil. | |
| 2011 | Ana Paula Bento Melgarejo | Administração / Fundação Getúlio Vargas | Eficiência do controle do Programa Bolsa Família na perspectiva da gestão por resultados. | Avaliar a eficiência do controle do Programa Bolsa Família, na perspectiva de cumprimento de sua proposta e da gestão por resultados. | Mestrado |
| 2011 | Ana Paula Pereira do Nascimento | Serviço Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Trabalho e assistência social: uma aproximação à produção acadêmica no Serviço Social sobre o Programa Bolsa Família | Qual a relação entre trabalho e assistência social no âmbito da política social na atualidade? | Mestrado |
| 2011 | Andréa Carvalho Araújo Moreira | Saúde Coletiva / Universidade Federal do Ceará | Limites e possibilidades do programa bolsa família, na percepção de mulheres assistidas em Sobral - Ceará | Como o PBF contribui para as práticas nutricionais de crianças de zero a cinco anos, na percepção das mães beneficiadas, em Sobral-Ceará? | Mestrado |
| 2011 | Andréa Cristina Santos de Jesus | Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão | O Programa Bolsa Família: impactos econômicos, socioculturais e políticos em pequenos e médios municípios do Rio Grande do Norte/Brasil | Quais os impactos desse Programa nas dimensões econômica, social e política no cenário de pequenos e médios municípios brasileiros? | Doutorado |

| | | | | | |
|------|-----------------------------|-------------------------|--|---|----------|
| 2012 | Pedro Cavalcanti de Camargo | Economia Aplicada / USP | Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras | Qual efeito de um aumento da proporção de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família nas escolas, sobre o desempenho médio das mesmas? | Mestrado |
|------|-----------------------------|-------------------------|--|---|----------|

